



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.862

BELÉM — SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

Governador do Estado
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Assembleia
DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Procuradoria Geral de Justiça
EDITH MARÍLIA MAIA CRESPO
Procuradoria Geral do Estado
GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
Procuradoria Geral da Defensoria Pública
ANTÔNIO REGIS MACEDO

Casa Militar da Governadoria do Estado
Ten. Cel. - QOPM **FAUSTINO ANTÔNIO GONÇALVES NETO**
Casa Civil da Governadoria do Estado
ANTÔNIO NONNATO AMARAL

SECRETARIADO

Administração
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Justiça
WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Fazenda
JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
Obras Públicas
RAUL DOS SANTOS AMARAL
Saúde Pública
JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ
Educação
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Agricultura
CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO
Segurança Pública
ALFREDO LIMA HENRIQUES SANTALICES
Planejamento e Coordenação Geral
WILTON SANTOS BRITO
Cultura
GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
Indústria Comércio e Mineração
LUIZ PANIAGO DE SOUSA
Trabalho e Promoção Social
LEDA APARECIDA CAMARA DE AZEVEDO
Transportes
JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS
Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Comandante Geral da Polícia Militar
Cel. QOPM **CLETO JOSÉ BASTOS DA FONSECA**
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar
Cel. BM **GILBERTO FERNANDES DE SOUSA LIMA**
Consultor Geral do Estado
CAMILO PINTO DA SILVA NETO

DECRETOS

Do Governo do Estado

PORTARIAS

Das Secretarias de Estado de Administração, Fazenda,
Saúde Pública, Educação, Agricultura e Planejamento e
Coordenação Geral

TOMADA DE PREÇOS

Da Centrais Elétricas do Pará S/A.

AVISO DE LICITAÇÃO

Da Loteria do Estado do Pará

PAUTA DE JULGAMENTOS

Do Tribunal de Contas dos Municípios

AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do Diário Oficial
do Estado, que o horário de funcionamento para re-
cebimento de matérias, venda de exemplares e reno-
vação de assinaturas é de 08:00h. às 18:00h.

4 Cadernos
32 Páginas

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO
Poder Executivo

Gabinete do Governador

Ofício nº 411 -GG
Senhor Presidente,

Belém, 16 de dezembro de 1994

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 106/92, de 28 de novembro de 1994, que "Reconhece como de Utilidade Pública, para o Estado do Pará, o Instituto Catarina de Labouré e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.867, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

CP94/0203184-7

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N E S T A

LEI N.º 5.867 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O ESTADO DO PARÁ, O INSTITUTO CATARINA DE LABOURÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecido como de Utilidade Pública, o Instituto Catarina de Labouré, entidade civil de caráter filantrópico, com sede e foro na cidade de Belém, Estado do Pará, situada à Avenida Senador Lemos, 3864, bairro da Sacramenta, fundada em fevereiro de 1940, tendo como finalidade, dar educação pré-primária; amparar a infância e a juventude abandonada e proteger sua saúde; dar assistência aos escolares; dar assistência a qualquer espécie de doente, socorrendo-o corporalmente e espiritualmente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça

CP94/0203188-5

Ofício nº 404 -GG
Senhor Presidente,

Belém, 16 de dezembro de 1994

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 14/94 de 28 de novembro de 1994, que "Concede Pensão Especial à viúva e às filhas de Luís Isaac Costa Nascimento e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.868, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

CP94/0203167-7

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N E S T A

LEI N.º 5.868 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

CONCEDE PENSÃO ESPECIAL A VIÚVA E AS FILHAS DE LUÍS ISAAC COSTA NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida à viúva de LUÍS ISAAC COSTA NASCIMENTO, senhora ANA ROSA DA SILVA MARINHO NASCIMENTO, e às suas filhas menores, ARIANA DA SILVA MARINHO NASCIMENTO e SUELEN DA SILVA MARINHO NASCIMENTO, a pensão mensal correspondente a 28,58 UFE (vinte e oito vírgula cinquenta e oito Unidades Fiscais do Estado).

Art. 2º - As despesas decorrentes do pagamento da Pensão Especial, prevista no artigo anterior, correrão à conta dos recursos financeiros do Estado.

Art. 3º - A Pensão Especial será paga enquanto a primeira beneficiária permanecer em estado de viuvez e enquanto as filhas permanecerem solteiras e jovens menores de 21 (vinte e um) anos, proporcionalmente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203278-9

Ofício nº 405 -GG
Senhor Presidente,

Belém, 16 de dezembro de 1994

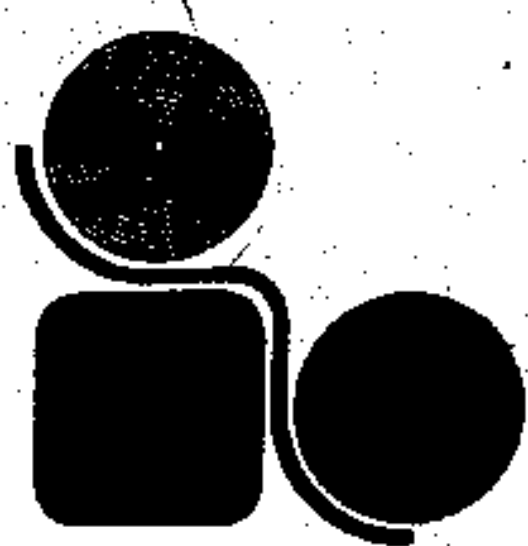
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 73/94, de 28 de novembro de 1994, que "Concede Pensão Especial à viúva e ao filho de João Canuto de Oliveira e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.869, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

CP94/0203176-6

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N E S T A



Imprensa Oficial

**DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso
Belém - Pará

PBX - 226-7888 (GERAL)
FAX - 226-0556

**Diretor Presidente
WALTER GUIMARAES ROLIM**

**Diretor Administrativo
ELZEMAN JOSÉ DE OLIVEIRA LOBO**

**Diretor Técnico
NAZIR RACHID**

**Diretor de Documentação e Divulgação
LOURIVAL BARBALHO JUNIOR**

**Resp. Pela Chefia de Redação
ANTÔNIO CARLOS C. DOS SANTOS**

**Chefe da Revisão
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO**

Tabela de Assinaturas e Publicações		
ASSINATURA TRIMESTRAL:		
Na Capital	R\$	25,00
Outros Estados e Municípios	R\$	78,00
PUBLICAÇÕES:		
Cada centímetro	R\$	14,00
Preço por página	R\$	2.772,00
COMPOSIÇÃO:		
(centímetro)	R\$	2,00
FOTOLITO:		
(centímetro)	R\$	1,00

PREÇO DO EXEMPLAR - R\$ 0,40

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 08:00h. às 18:00h. de segunda a sexta-feira.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: devem acompanhar publicações a cobrar.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

OBS.: As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO não dão direito ao recebimento de Caderno Especial, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

LEI N.º 5.869 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

CONCEDE PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA E AO FILHO DE JOÃO CANUTO DE OLIVEIRA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida à viúva e ao filho de JOÃO CANUTO DE OLIVEIRA - GERALDINA PEREIRA DE OLIVEIRA e MARCIAL CANUTO DE OLIVEIRA -, a pensão mensal no valor de R\$ 129,58 reajustável na mesma época da majoração dos vencimentos dos servidores públicos estaduais.

Art. 2º - As despesas decorrentes do pagamento da Pensão Especial, prevista no artigo anterior, correrão à conta dos recursos financeiros do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NOMEADO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203304-1

OFÍCIO n.º 406 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei n.º 74/94, de 28 de novembro de 1994, que "Concede Pensão Especial à viúva e aos filhos de José Canuto de Oliveira e das outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.870, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Carlos José Oliveira Santos
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

CP94/0202944-3

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N E S T A

LEI N.º 5.870 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

CONCEDE PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA E AOS FILHOS DE JOSÉ CANUTO DE OLIVEIRA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida à viúva e aos filhos de JOSÉ CANUTO DE OLIVEIRA - MARIA DA CONCEIÇÃO MELO DE OLIVEIRA, MARIA APARECIDA MELO DE OLIVEIRA e JOSÉ CANUTO DE OLIVEIRA FILHO, pensão mensal no valor de R\$ 129,58, reajustável à medida que houver majoração de vencimentos dos servidores públicos estaduais.

Art. 2º - As despesas decorrentes do pagamento da Pensão Especial, prevista no artigo anterior, correrão à conta dos recursos financeiros do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203286-0

Ofício nº 404 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 72/94, de 28 de novembro de 1994, que "Concede Pensão Especial à viúva e aos filhos de Braz Antônio de Oliveira e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.871, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

LEI N.º 5.871 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

CONCEDE PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA E AOS FILHOS DE BRAZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida à viúva e aos filhos de BRAZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA - MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA, VIVIANE OLIVEIRA DE MOURA, FABIANO OLIVEIRA DE MOURA, MULLER BEJAMIN DE OLIVEIRA e LILIANE PABALA DE OLIVEIRA, a pensão mensal correspondente a R\$ 203,37, reajustável na mesma época da concessão do aumento aos servidores estaduais.

Art. 2º - As despesas decorrentes do pagamento da Pensão Especial, prevista no artigo anterior, correrão à conta dos recursos financeiros do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203292-4

Ofício nº 408 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 71/94, de 28 de novembro de 1994, que "Concede Pensão Especial à viúva e aos filhos de Expedito Ribeiro de Souza e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte

te da Legislação Estadual com o número 5.872, de 13 de dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

LEI N.º 5.872 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

CONCEDE PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA E AOS FILHOS DE EXPEDITO RIBEIRO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida à viúva e aos filhos de EXPEDITO RIBEIRO DE SOUZA - MARIA JOSÉ MACEDO SOUZA, ANTONIA MACEDO RIBEIRO, JOSÉ ANTONIO MACEDO RIBEIRO, ROSÂNGELA MACEDO RIBEIRO, MARCOS ANTONIO MACEDO RIBEIRO, ZULEIDE MACEDO RIBEIRO, FÁBIO MACEDO RIBEIRO e MAURÍCIO MACEDO RIBEIRO, a pensão mensal correspondente a R\$ 203,37, reajustável na mesma época da concessão do aumento aos servidores estaduais.

Art. 2º - As despesas decorrentes do pagamento da Pensão Especial, prevista no artigo anterior, correrão à conta dos recursos financeiros do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203294-0

Ofício nº 410 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 111/94, de 28 de novembro de 1994, que "Inclui o Inciso II, ao Art. 12, da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.873, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

LEI N.º 5.873 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

INCLUI O INCISO II, AO ART. 12, DA LEI Nº 5.530, DE 13 DE JANEIRO DE 1989.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso II ao art. 12, da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com a seguinte redação, passando o atual inciso II a inciso III:

"II - a alíquota de 12% (doze por cento) na operação de fornecimento de refeições".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça

JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
Secretário de Estado da Fazenda

WILTON SANTOS BRITO
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

CP94/0202951-6

OFÍCIO Nº 409 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994
Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 84/90, de 28 de novembro de 1994, que "Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação "Loteamento Jardim das Águas Lindas" e dá outras providências", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.874, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N. E. S. T. A

CP94/0203303-3

LEI N.º 5.874 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O ESTADO DO PARÁ A ASSOCIAÇÃO "LOTEAMENTO JARDIM DAS ÁGUAS LINDAS" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É declarado de Utilidade Pública para o Estado do Pará, na forma da Lei 4.321, de 03 de setembro de 1970, a Associação denominada "Loteamento Jardim das Águas Lindas", com personalidade jurídica em virtude de sua inscrição feita junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos - 2º Ofício, fundada em 25 de maio de 1964, com sede e foro no Município de Ananindeua.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça CP94/0203110-3

OFÍCIO Nº 412 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994
Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 108/94, de 28 de novembro de 1994, que "Autoriza a Abertura de Crédito Especial, no valor de R\$18.009,00 (Dezoito Mil e Nove Reais) para atender despesas na Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social", foi sancionado e assinada a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.875, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N. E. S. T. A

CP94/0203302-5
de 1994.

LEI N.º 5.875 de 13 de DEZEMBRO

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 18.009,00 (DEZOITO MIL E NOVE REAIS), PARA ATENDER DESPESAS NA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social vigente, o Crédito Especial no valor de R\$ 18.009,00 (DEZOITO MIL E NOVE REAIS), em favor da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, destinado a atender despesas com a atividade Manutenção do Programa de Emprego no Estado - SINE/PA, segundo a classificação orçamentária abaixo discriminada:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	23.000
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	
PROGRAMA: RELAÇÕES DO TRABALHO	80
SUBPROGRAMA: ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	477
ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EMPREGO NO ESTADO - SINE/PA	2.260
42.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 18.009

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Crédito Especial correrão à conta do Excesso de Arrecadação - Recursos do Tesouro - Recursos Vinculados - Convênio Ministério do Trabalho - Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, estabelecido no item II, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Pág. 6

0390

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça

LEDA APARECIDA CAMARA DE AKEVEDO
Secretária de Estado do Trabalho e Promoção Social

JOÃO BAPTISTA PERREIRA RAMOS
Secretário de Estado da Fazenda

WILSON SANTOS BRITO
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral CP94/0202943-5

OFÍCIO nº 413 -GG Belém, 16 de dezembro de 1994
Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 98/94, de 28 de novembro de 1994, que "Altera a Lei nº 5.834, de 15 de março de 1994, que Dispõe sobre a Reorganização da Secretaria de Estado de Transporte, no que se refere ao Nível de Atuação Regional, extingue e cria cargos e dá outras providências", foi sancionado e assina a Lei que passou a fazer parte da Legislação Estadual com o número 5.876, de 13 de dezembro de 1994.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado DURBIRATÂN DE ALMEIDA BARBOSA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

LEI

CP94/0202935-4

Lei nº 5.876 de 13 de DEZEMBRO de 1994.

ALTERA A LEI Nº 5.834, de 15 DE MARÇO DE 1994, QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES, NO QUE SE REFERE AO NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL, EXTINGUE E CRIA CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso VI, do art. 3º, da Lei nº 5.834, de 15 de março de 1994, passa a ter a seguinte redação, alterando-se, em consequência, o organograma anexo da Lei:

"VI - NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL

a) 10 Núcleos Regionais".

Art. 2º - Os Núcleos serão regionalizados através de Portaria do Secretário de Estado de Transportes.

Art. 3º - Ficam extintos, no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes, 10 cargos das Divisões Regionais, Código GEP-DAS-011.3.

Art. 4º - Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes, 10 cargos de chefes de Núcleos Regionais, Código GEP-DAS-011.4.

Art. 5º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 473, de 15 de setembro de 1989.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

WILSON MODESTO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Justiça

JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS
Secretário de Estado de Transportes CP94/0202936-2

DECRETO Nº 3126 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

FIXA O SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que dispõe a lei nº 5.651, de 21.01.91, publicada no Diário Oficial de 21.01.91.

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam equiparados os soldos dos policiais militares integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará aos das Forças Armadas, observando-se a tabela de escalonamento vertical constante do Decreto nº 4440, de 25.08.86.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 16 de dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

CP94/0202928-1

DECRETO Nº 3127, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994.

PROMOVE PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 135, item I, da Constituição do Estado do Pará.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica promovido pelo critério de merecimento ao posto imediato, o Oficial abaixo discriminado:

NO QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

AO POSTO DE 1º TENENTE QOAB

2º Ten QOAB ALAN NELSON DE OLIVEIRA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 de Dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração CP94/0202934-6

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DECRETO Nº 3497 DE 16 DEZEMBRO DE 1994.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 135, Inciso V da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos Decretos nºs 2362 e 2363, de 11 MAR 94, combinado com o Art. 57 do Decreto nº 4.244 de 28 JUL 86 (Regulamento da Lei de Promoção de Oficiais da PMPA),

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam promovidos ao posto imediato pelo critério de Antiguidade, os Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, abaixo discriminados:

PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADEQUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES BOMBEIROS MILITARESAO POSTO DE 1º Ten COBM

- 2º Ten EM HELIEL FRANKLIN MONTEIRO

AO POSTO DE 2º Ten COBM

- Asp Of EM CLAUDIO ANTONIO DA SILVA CAVALCANTI
- Asp Of EM IDIAS FILHO DOS SANTOS RIBEIRO
- Asp Of EM LUIZ FERNANDO CAJANGO PEREIRA
- Asp Of EM LUIZ MÁRIO DAS NEVES FIGUEIREDO
- Asp Of EM JOSÉ AUGUSTO FARIAS DE ALMEIDA
- Asp Of EM SÉRGIO NONATO BRITO DE SOUZA
- Asp Of EM CLAUDIO FERNANDO TAVERNARD TRINDADE
- Asp Of EM ZANELLI ANTONIO MELO NASCIMENTO
- Asp Of EM CARLOS ANTONIO SOUZA DA CUNHA
- Asp Of EM FRANCISCO CANTUÁRIA MOUTINHO JUNIOR
- Asp Of EM AUGUSTO SÉRGIO LIMA DE ALMEIDA
- Asp Of EM HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA
- Asp Of EM ROGER NEY LOBO TEIXEIRA
- Asp Of EM JOSÉ RIBAMAR SILVA DE FREITAS
- Asp Of EM PAOLLO SCHMULLERMAN CIPRIANO DE OLIVEIRA
- Asp Of EM MÁRIO MATOS COUTINHO
- Asp Of EM ALEXANDRE COSTA DO NASCIMENTO
- Asp Of EM MÁRCIO VINÍCIUS DE LIMA PEREIRA
- Asp Of EM MARCUS VÍCTOR LIMA NORAT
- Asp Of EM JOSÉ GEDALBERTO LESSA LISBOA
- Asp Of EM ARISTIDES PEREIRA FURTADO
- Asp Of EM MURILO BORGES MOURA
- Asp Of EM FREDERICO AUGUSTO CORREA PAMPLONA

PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADEQUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO BOMBEIRO MILITARAO POSTO DE 1º Ten COADM

- 2º Ten COADM FRANCISCO GOLENNESKY DA LUZ
- 2º Ten COADM ORLANDO VIEGAS DE MELO

PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADEQUADRO DE OFICIAIS COMPLEMENTARES BOMBEIRO MILITARAO POSTO DE Cap COCHM

- 1º Ten COCHM FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO DA SILVA
- 1º Ten COCHM FERNANDO AUGUSTO CORREA DE MIRANDA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 24 DEZ 94, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, 16 de Dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

DECRETO Nº 3429, DE 16 DEZEMBRO DE 1994.

PROMOVE PELO CRITÉRIO DE MERECEIMENTO

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 135, item I da Constituição do Estado do Pará.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica promovido pelo critério de merecimento o praça abaixo discriminado, por haver concluído com aproveitamento o Curso de Regente de Banda de Música Militar, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no período de 12 SET a 12 NOV 94.

NO QUADRO DE OFICIAIS MÚSICOS BOMBEIRO MILITARAO POSTO DE 2º TENENTE COBM/MUS

3º CGT EM MÚSICO ADIR GUTMANN DE FARIAS

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 de Dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

DECRETO Nº 2430 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso X do Art. 135 da Constituição Estadual.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica promovido ao Posto imediato, o ex-oficial da Polícia Militar do Pará, abaixo discriminado:

PELO CRITÉRIO POST-MORTEMQUADRO DE OFICIAIS DE SAÚDE - QOSPMAo Posto de Capitão PM

Ex-1º TEN QOSPM RG 17.721 JUSCELINO DA SILVA NASCIMENTO

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a contar de 12 de agosto de 1994, em retificação ao Decreto nº 3068 de 05 de dezembro de 1994.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 DE DEZEMBRO DE 1994

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

DECRETO Nº 3131 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

PRORROGA O PRAZO PREVISTO NO ART. 5º DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DO DECRETO Nº 2711, DE 25 DE JULHO DE 1994.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e

CONSIDERANDO que o prazo consignado no art. 5º das Disposições Transitórias do Decreto nº 2.711, de 25 de julho de 1994, mostrou-se insuficiente para a elaboração do Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado do Pará, haja vista a complexidade de estudos que o encargo requer.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 120 (cento vinte dias), a contar de 30 de novembro de 1994, o prazo, consignado no art. 5º das Disposições Transitórias do Decreto nº 2.711, de 25 de julho de 1994, para a elaboração e colocação em vigor do Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 16 de dezembro de 1994

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

CP94/0203181-2

Assessoria Pública "Arthur Viana"

Pág. 8

0392

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

DECRETO Nº 3132 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

REVOGA DECRETO GOVERNAMENTAL DE DESAPROPRIAÇÃO

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições constitucionais,

Art. 1º Fica Revogado o Decreto Governamental nº 2.037 de 31 de agosto de 1994, publicado no D.O.U. de 19 de setembro de 1994, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação em favor do Estado, o terreno dotado de benfeitorias, situado no Município de Redenção-Pa., compreendido como parte dos lotes agrícolas 01, 03, 05 e 07 da Colônia Frei Gil de Vila Nova, partindo do marco M-2, cravado na confrontação da área remanescente (Gerudes Gomes da Silva) o Loteamento Novo Horizonte - perímetro urbano da Redenção, estendendo-se até o marco M-12, perfazendo um total de 348.4800 ha, (trezentos e quarenta e oito hectares e quatro centos e oito ares), de propriedade da firma comercial APEKOL-AGROPECUÁRIA PANASSOLO Ltda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário,

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 16 de dezembro de 1994

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração CP94/0203160-0

* DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1994
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 60, inciso II da Lei nº 5.810 de 24.01.94, JOSÉ LEONEL OLIVEIRA, do cargo em comissão de Chefe do Núcleo Regional de Vigia, código GEP-DAS-011.2, lotado na Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETEPS, a partir de 12.12.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em 12 de dezembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado
RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 13.12.94

CP94/0203136-7

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

* DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear de acordo com o art. 6º, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ELIETE VIEIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Chefe do Núcleo Regional de Vigia, código GEP-DAS-011.2, lotado na Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETEPS, a contar de 12.12.94.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado
RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração

* Republicado por ter saído com incorreção no D.O. de 15.12.94.

CP94/0203197-9

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear de acordo com o art. 6º, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ANGÉLICA DE CÁRTAS FONSECA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Centro de Saúde (Salvaterra), código GEP-DAS-012.1, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar da data da publicação do ato.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 de dezembro de 1994.
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado
RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração
JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ
Secretário de Estado de Justiça

CP94/0203128-6

CASA CIVIL DA
GOVERNADORIA DO ESTADO

RESUMO DE PORTARIA DE REPOUSO A GESTANTE

PORTARIA Nº 176/94-CCG, DE 13.12.1994
NOME: ADRIANA ESTACIO D. DE ALMEIDA
MATRÍCULA: 5588111-010
CARGO/LOTAÇÃO: ASESOR ESPECIAL I/CASA CIVIL
PERÍODO: 12.12.94 a 10.04.95

CARLOS CRUZ
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

CP94/0203151-0

DECRETO Nº 3133 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

O Governador do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 135, Inciso XVII, da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO que a Medalha "GENERAL FERREIRA COELHO" Dedicada ao Estado, instituída pelo Decreto nº 1.585/81 e com nova redação dada pelo Decreto nº 1914, de 22 OUT 81, visa condecorar Policiais Militares que obtenham o 1º Lugar nos diversos Cursos de natureza policial-militar.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida ao policial-militar abaixo Medalha "GENERAL FERREIRA COELHO" - Dedicada ao Estado.

DUAS ROSAS HERÁLDICAS

- ASP-OF PM FEM MARINEY SANTOS ALMEIDA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 de dezembro de 1994

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado de Administração CP94/0203174-0

IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO

PORTARIA Nº 219 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Conceder trinta (30) dias de férias regulamentares, no período de 16/12/94 a 14/01/95, referente ao período aquisitivo de 23.07.93 a 23.07.94, à servidora temporária desta Repartição MARIA DAS DORES SANTOS DE OLIVEIRA - Auxiliar de Administração

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

WALTER GUIMARÃES ROLIM
Diretor Presidente CP94/0203199-5

PORTARIA Nº 220 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Conceder à servidora ANTÔNIA ELIANA CASTRO DE CARVA- LHO - Assessor, admitida em 30.05.83, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 16/12/94 a 13/02/95, referente ao triênio de 30.05.1988 a 30.05.1991.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

WALTER GUIMARÃES ROLIM
Diretor Presidente

CP94/0203191-0

PORTARIA Nº 221 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

O Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,

Considerando que 1/2 página do Diário Oficial concedido pela Portaria nº 12 de fevereiro de 1986 é insuficiente para atender as necessidades prioritárias da Associação Beneficente e Recreativa da Imprensa Oficial - ABRIO;

RESOLVE:

Conceder o valor correspondente a 1/2 página do Diário Oficial, totalizando 01 (uma) página.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

WALTER GUIMARÃES ROLIM
Diretor Presidente

CP94/0203182-0

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
CONTRATADO: OZEMAR SEVERINO MARQUES
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
VIGÊNCIA: 12/10/1994 a 12/04/1995
VENCIMENTO: R\$ 72,96
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13201.03070214.325-3111.01
WALTER GUIMARÃES ROLIM
Presidente da IOE

CP94/0203175-8

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
CONTRATADO: GILBERTO RAMOS RESENDE
CARGO: AUXILIAR DE ATIVIDADES GRÁFICAS
VIGÊNCIA: 01/10/1994 a 01/04/1995
VENCIMENTO: R\$ 86,25
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13201.03070214.325-3111.01
WALTER GUIMARÃES ROLIM
Presidente da IOE

CP94/0203192-8

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
CONTRATADO: UBIRAJARA NOGUEIRA RODRIGUES
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
VIGÊNCIA: 21/09/1994 a 21/03/1995
VENCIMENTO: R\$ 70,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13201.03070214.325-3111.01
WALTER GUIMARÃES ROLIM
Presidente da IOE

CP94/0203200-2

SECRETARIA DE ESTADO DE
ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2197 DE 27 DE JULHO DE 1994

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,

RESOLVE:

Reformar "Ex-Officio", na mesma graduação, de acordo com os arts. 106, item II, 108, item V e 109, §§ 1º e 2º, alínea "b" da Lei nº 5251/85, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/88 do TCE, art. 48, item II da Constituição Estadual, art. 1º, item II e art. 2º, item I do Decreto nº 2940/83, art. 1º, item I, alínea "d" do Decreto nº 4490/86, art. 1º, item I do Decreto nº 3266/84, art. 1º do Decreto 1461/81, art. 1º do Decreto nº 2696/83, art. 20 da Lei nº 4491/73, com nova redação dada pela Lei nº 5231/85, o 1º Sargento PM RG 3817 - RAIMUNDO NONATO DE VILHENA MF 3349594-014, pertencente ao Quadro de Pessoal Inativo da PMPA.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 27 de julho de 1994.
EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO

Secretário de Estado de Administração, em exercício

Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 20.744 de 29.11.94

CP94/0203152-9

PORTARIA Nº 3542 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,

RESOLVE:

Retificar os proventos do Coronel QOS PM R/R RG 4083 ANTÔNIO ANDRADE RIBEIRO, MF 3347362-010, pertencente ao Quadro de Pessoal Inativo, transferido para a Reserva Remunerada, a pedido, pela Port. nº 088 de 26.11.80 - SEJA, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 4.295,89 (QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), assim discriminados:

Soldo de Coronel PM acrescido de 20%	R\$ 304,37
Risco de Vida - 50%	R\$ 152,19
Habilitação Militar - 40%	R\$ 121,75
Indenização de Moradia - 30%	R\$ 91,31
Representação - 60%	R\$ 182,62
Gratificação de Ensino - 16%	R\$ 48,70
Gratificação de Razo X - 40%	R\$ 121,75
Serviço Ativo - 30%	R\$ 91,31
Categoria "C" - 20%	R\$ 60,87
Indenização de Tropa - 10%	R\$ 30,44
Representação de Diretor de Saúde - 80% (DAS-5)	R\$ 1.976,83
Tempo de Serviço - 35%	R\$ 1.113,75
Provento Mensal	R\$ 4.295,89

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 14 de dezembro de 1994.

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

CP94/0203141-3

SECRETARIA DE ESTADO DE
JUSTIÇA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº/DATA: 261/94 de 14.12.94.

Nº DE DIAS DE LICENÇA: Trinta (30) dias.

NOME DO SERVIDOR: SÔNIA MARIA RAMOS AZEVEDO

MATRÍCULA: 0040096-014

CARGO: BIBLIOGRAFIA

LOTAÇÃO: DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

PERÍODO: 19.12.94 a 17.01.95

TRIÊNIO REFERENTE: 10.08.75 a 09.08.81

CP94/0203144-8

Ministério Público - Arthur Viana



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 2

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.862

BELEM — SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESUMO DE PORTARIAS DO GABINETE DO SECRETÁRIO ISENÇÃO DE ICMS

Portaria Nº02419 de 24.11.94
Processo nº07328/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de ADALBERTO DE SOUZA NUNES, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria nº2238/94 de 14.11.94 CP94/0203113-8
Processo nº06807/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de ELMIR BARROS DA SILVA a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02241 de 14.11.94 CP94/0203121-9
Processo nº06958/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94 de 29.03.94, em favor de JOSÉ REGINALDO ARAUJO FEITOSA, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02245 de 14.11.94
Processo nº06940/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de FRANCISCO DE CASTRO FREITAS, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02249 de 14.11.94 CP94/0203137-5
Processo nº06962/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de AFONSO JOSÉ DE ANDRADE PINON FILHO, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02253 de 14.11.94 CP94/0203145-6
Processo nº06977/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de LUIZ BENTO DE SOUZA GOMES, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02254 de 14.11.94 CP94/0203153-7
Processo nº06929/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de GILNEI FREIRE DOS SANTOS, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02260 de 14.11.94 CP94/0203161-8
Processo nº06999/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de MARIA INES DE OLIVEIRA ALVINO, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02261 de 14.11.94 CP94/0203169-3
Processo nº07035/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de RAIMUNDO NONATO DA SILVA MENDONÇA, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02266 de 16.11.94 CP94/0203185-5
Processo nº07053/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de ANTONIO SÉRGIO DA COSTA ALVES, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Portaria Nº02268 de 16.11.94 CP94/0203193-6
Processo nº07041/94/SEFA
RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de JOSÉ LEAL DE BARROS, a isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

RESUMO DE PORTARIAS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO LICENÇA MATERNIDADE

Portaria Nº0980 de 06.12.94 CP94/0203201-0
Nome da servidora: ANA MÁRCIA MENDES BRAGA
Matrícula: 5225884-015
Cargo: Agente Administrativo
Lotação: 3º RF.
Nº de dias de licença: 120 (cento e vinte) dias
Período: 27.10.94 a 23.02.95

LICENÇA PRÊMIO

Portaria Nº0984 de 07.12.94 CP94/0203209-6
Nº de dias de Licença: 60 (sessenta) dias
Nome do Servidor: LUIS OCTÁVIO BRAGA SAMPAIO
Matrícula: 0052531-010
Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais
Lotação: 1º RF.
Período: 02.01 a 02.03.95
Processo nº07655/94

Portaria Nº0985 de 07.12.94 CP94/0203217-7
Nº de dias de licença: 30 (trinta) dias
Nome da Servidora: LEILA BADARANE JORGE
matrícula: 0052558-013
Cargo: Fiscal de tributos Estaduais
Lotação: 1º RF.
Período: 02 a 31.01.95
Processo: 07654/94

FÉRIAS

Portaria Nº0993 de 09.12.94 CP94/0203225-3
Nome da Servidora: MARIA AMÉLIA RODRIGUES MORGADO
Matrícula: 5097398-011
Cargo: Agente Tributário
Período: 02 a 31.01.95
Exercício: 1993/1994
Requerimento datado de 05.12.94

ANULAÇÃO

Portaria Nº02675 de 15.12.94 CP94/0203233-9
ANULAR, o Convite por ilegalidade, considerando que houve vício no processo, de acordo com o artigo 49 da Lei Federal nº8886/93, alterada pela Lei Federal nº8883/93.
Processo Licitatório nº5764/94-Convite nº19/94 - SEFA.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARÁ

PORTARIA Nº 064-A DE 09 DE NOVEMBRO DE 1994
O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO REGIME INTERNO DESTA COMISSÃO,

R E S O L V E:
ACATAR A INDICAÇÃO DO DOUTOR ANTONIO CARLOS PONTELLES DE LIMA, COMO MEMBRO SUPLENTE DO DOUTOR ANDERS WILLY WISSING TRINDADE, TITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DE BELEM, NESTA COMISSÃO, EM SUBSTITUIÇÃO AO DOUTOR WALTER WANDERLEY AMORAS, CONFORME OFÍCIO Nº 1.260/94-GAB/SESMA.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1994.

JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ
PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARÁ.

CP94/0203241-0

(Fat. nº 958, Reg. nº 958, Dia: 19/12/94)

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

RESUMO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 450/94-DG/HSE, de 12.12.94
CONCEDER, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias a servidora IRACELI ALVES SANTANA, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Clínica Pediátrica deste Hospital, referente ao Trênio de 01.06.89 a 31.05.92, para ser gozada no período de 02 a 31.03.95 e de 02 a 31.05.95. CP94/0202839-0

PORTARIA Nº 452/94-DG/HSE, de 12.12.94
CONCEDER, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias a servidora MARIA JOSÉ DE SOUZA DOS SANTOS, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Clínica Neo-Natal deste Hospital, referente ao Trênio de 02.07.90 a 01.07.93, para ser gozada no período de 02 a 31.03.95 e de 01 a 30.11.95. CP94/0202822-6

PORTARIA Nº 456/94-DG/HSE, de 15.12.94
DESIGNAR o ANTONIO ALUIZIO DE OLIVEIRA SEMBLANO, Médico, para responder pela chefia do C.T.I. durante o impedimento do titular no período de 15.12.94 a 13.01.95.

Belém, 15 de dezembro de 1994

Dr. MARIO DE NAZARETH CHAVES FASCIO
DIRETOR GERAL HSE/IOI

CP94/0203249-5

(Fat. nº 943, Reg. nº 943, Dia: 19/12/94)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 2871/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições legais e tendo em vista as conclusões constantes do Processo nº 28.143/92.

R E S O L V E:
Designar as Servidoras NAZIRA SOARES LABAD, ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA e DIVANIRA DE ARAÚJO BRITO, para sob a presidência da primeira comporem a Comissão de Inquérito Administrativo, encarregado de apurar fatos relatados no citado processo.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 06 de dezembro de 1994.

Profª. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretária de Estado de Educação CP94/0202945-1

PORTARIA Nº 2868/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes do Processo nº 07786/92- Capital.

R E S O L V E:
Tornar sem efeito a Portaria nº 2481/92-GS, datada de 29.12.92 que designou os Funcionários JOSÉ DA DEU DUARTE BASTOS, DIVANIRA DE ARAÚJO BRITO, MARIA DA GRAÇA BORGES, para sob a presidência da primeira comporem a Comissão de Inquérito encarregado de apurar fatos relatados no Processo acima citado.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 01 de dezembro de 1994.

Profª. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretária de Estado de Educação CP94/0202838-2

PORTARIA Nº 2856/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições,

R E S O L V E:
Art. 1º- Fica a Escola Estadual, Profª. "FLORENTINA DAMASCENO", localizada no município de Santa Luzia do Pará, caracterizada como Escola-Sede do referido município.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 25 de novembro de 1994.

Profª. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretária de Estado de Educação CP94/0203257-6

PORTARIA Nº 2869/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e tendo em vista as conclusões constantes do Processo nº 07786/92-Capital.

R E S O L V E:
Designar as Funcionárias ROSÂNGELA WANZELLER SIQUEIRA, NAZIRA SOARES LABAD e DIVANIRA DE ARAÚJO BRITO para sob a presidência da primeira comporem a Co

missão de Inquérito encarregada de apurar fatos relatados no Processo acima citado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 01 de dezembro de 1994.

Prof.^a MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretaria de Estado de Educação CP94/0202962-1

PORTARIA Nº 2857/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e considerando as conclusões constantes do Ofício nº 01286/94-4ª URE-MARABÁ.

R E S O L V E :

Art. 1º- Fica criada a Escola Estadual de 1º Grau "WALQUISE VIANA DA SILVA" em prédio recentemente construído pelo Governo do Estado, a Av. Tiradentes s/nº, na localidade de São Felix I Km I, município de MARABÁ.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 25 de novembro de 1994.

Prof.^a MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretaria de Estado de Educação CP94/0203027-1

(Fat. nº 936, Reg. nº 936, Dia: 19/12/94)

PORTARIA Nº 2908/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e considerando as conclusões constantes no Processo nº 3.898/94- EE Remigio Fernandes-Maranhão.

R E S O L V E :

Art. 1º- Fica autorizada a Implantação gradativa do Ensino de 1º Grau, a nível de 5ª a 8ª Série, com a 5ª Série, funcionando em 1994, na Escola Estadual de 1º grau "FRANCISCO DE SALES NEVES", sedida no município de Maranhão.

Art. 2º- Para atender ao que se dispõe o artigo anterior, deverá a direção registrar, junto a DILOT, a demanda do aluno alvo e a relação do corpo docente devidamente habilitado.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 14 de dezembro de 1994.

Prof.^a MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretaria de Estado de Educação CP94/0203009-3

(Fat. nº 935, Reg. nº 935, Dia: 19/12/94)

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 2907/94-GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições,

R E S O L V E :

Art. 1º- Fica caracterizada como ANEXO da Escola Estadual de 1º Grau "Antônio Teixeira Gueiros", 03 (três) salas de aulas pertencente ao Centro de Internação de Adolescentes Masculino e Feminino da FUNCAP.

Art. 2º- O anexo a que se refere o artigo anterior funcionará em dois turnos com ensino regular e supletivo a nível de 1ª a 4ª Séries e 1ª e 2ª etapas, respectivamente.

Art. 3º- Os documentos escolares do ANEXO deverão ser assinados e expedidos pela Escola/Ba se.

Parágrafo Único: As pastas individuais dos alunos, do ANEXO em referência, deverão ficar arquivados na respectiva Escola/Base.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUM PRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em 14 de dezembro de 1994.

Prof.^a MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
Secretaria de Estado de Educação CP94/0203001-8

(Fat. nº 952, Reg. nº 952, Dia: 19/12/94)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA DIVERSA
DEPARTAMENTO

PORT: 1506-94 de 12.12.94

NOME: FRANCISCA IVANI ALVES DE LIMA

MAT: 0484342-015

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. ANTONIO A. RAMOS/ICAR-AQU
MOTIVO: EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONC. PÚBLICO PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUN. NOMINADA ATRAVÉS DO DECRETO DATAO DE 29.03.94 CP94/0202993-1

PORT: 1505-94 de 12.12.94

NOME: MARIA ROSA SA DA COSTA

MAT: Nº 0484156-010

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. ANTONIO A. RAMOS/ICAR-AQU
MOTIVO: EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONC. PÚBLICO PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUN. NOMINADA ATRAVÉS DO DECRETO DATAO DE 29.03.94 CP94/0202985-0

PORT: 01425-94 de 25.11.94

NOME: MARIA DE NAZARE MARTINS MONTEIRO

MAT: 5555876-019

CARGO/LOTAÇÃO: ESC.DAT./EE. TRAV. UGUUBA II/CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0202969-9

PORT: 014124-94 de 25.11.94

NOME: MARIA ELEONETE SILVA DE OLIVEIRA

MAT: 5639751-013

CARGO/LOTAÇÃO: ESC.DAT./EE. OLIVEIRA BRITO/CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0202977-0

PORT: 014126-94 de 25.11.94

NOME: IRANDIR SILVA QUEIROZ

MAT: 5340780-013

CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. 16ª URE/ CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0203017-4

PORT: Nº 014127-94 de 12.12.94

NOME: SALLANTA SANTOS MONTEIRO

MAT: 5639638-016

CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. JOÃO SANTOS/CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0203025-5

PORT: 014123-94 de 25.11.94

NOME: JESIEL DA SILVA MAGALHÃES

MAT: 5489199-016

CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. JEMINA SALES/CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0203033-6

PORT: Nº 1503-94 de 25.11.94

NOME: ANA CRISTINA DA SILVA DANTAS

MAT: Nº

CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. AMÉRICA L. COMBURI/CAPANEMA

MOTIVO: A PEDIDO

DATA DA DEMISSÃO: 01.12.94 CP94/0203041-7

AUTORIZAR

PORT: Nº 014274-94 de 05.12.94

NOME: MARIA DEUSILENE FREIRE GOMES

MAT: Nº 5610729-014

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. PRETEXTATO C. ALVARENGA/PRA

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM LETRAS, 1ª ETAPA, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

DE SANTARÉM-NÚCLEO MONTE ALEGRE. CP94/0202961-3

PERÍODO: 01.03.94 à 19.03.94

PORT: 014276-94 de 05.12.94

NOME: MARIA DE NAZARE DE SOUSA CAMARGO

MAT: Nº 0263893-013

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. PEDRO A. CABRAL/SANTARÉM

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM MATEMÁTICA, 6ª ETAPA, NO CAMPUS

UNIVERSITÁRIO DE SANTARÉM CP94/0203002-6

PERÍODO: 01.08.94 à 19.08.94

PORT: 014275-94 de 05.12.94

NOME: MARIA RUFINA SOUSA E SILVA

MAT: 0260100-012

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. FRED ALBROSIO/SANTARÉM

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM MATEMÁTICA, 6ª ETAPA, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

DE SANTARÉM CP94/0203010-7

PERÍODO: 01.08.94 à 19.08.94

PORT: Nº 014273-94 de 05.12.94

NOME: LIDIA GISELI SIQUEIRA LEAL

MAT: 5301017-011

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. OLINDO C. NEVES/SANTARÉM

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM LETRAS, 8ª ETAPA, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

DE SANTARÉM CP94/0203018-2

PERÍODO: 01.08.94 à 12.08.94

PORT: Nº 014 271-94 de 05.12.94

NOME: CRUZINA DA SILVA MOREIRA

MAT: Nº 5301300-029

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. PEDRO A. CABRAL/SANTARÉM

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM MATEMÁTICA, 6ª ETAPA, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

DE SANTARÉM CP94/0203049-2

PERÍODO: 01.08.94 à 19.08.94

AUTORIZAR

PORT: Nº 014272-94 de 05.12.94

NOME: FRANCIELY HOYOS REGOS

MAT: 0228133-015

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. FRED ALBROSIO/SANTARÉM

MOTIVO: A PARTICIPAR DO CURSO DE LICENCIATURA PLE-

NA EM MATEMÁTICA, 8ª ETAPA, NO CAMPUS

UNIVERSITÁRIO DE SANTARÉM CP94/0203057-3

PERÍODO: 01.08.94 à 19.08.94

MANDAR SERVIR

PORT: Nº 014323-94 de 06.12.94

NOME: CRISTINA ARIANA DA SILVA

MAT: 5691656-010

CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. PADUA COSTA/SANTA BÁRBARA

NÍVEL: GD-1 (TUTOR)

MOTIVO: ATC ULTERIOR DE LICITAÇÃO CP94/0203025-3

ESCALA DE FÉRIAS

PORT: Nº 232-94 de 24.11.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE. GASPARI O. VIANNA/ITAITUBA

PORT: Nº 229-94 de 21.11.94

CP94/0203034-4

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE. ISAAC NEWTON/ITAITUBA CP94/0203042-5

PORT: 774-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE. YOLANDE CHAVES/BRAGANÇA

PORT: Nº 773-94 de 01.12.94

CP94/0203050-6

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94/BRAGANÇA

PORT: Nº 772-94 de 01.12.94

CP94/0203053-1

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: 1ª URE/BRAGANÇA CP94/0203066-2

PORT: Nº 771-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: BENJAMIN RAMOS/BRAGANÇA CP94/0203074-3

PORT: Nº 770-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: BENJAMIN RAMOS/BRAGANÇA CP94/0203081-6

PORT: Nº 769-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE. DEUZARINA RODRIGUES/BRAGANÇA

PORT: Nº 768-94 de 01.12.94

CP94/0203085-4

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE. DEUZARINA RODRIGUES/BRAGANÇA

PORT: Nº 767-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: GERMANO GARCIA/BRAGANÇA CP94/0203073-5

PORT: Nº 766-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: GERMANO GARCIA/BRAGANÇA CP94/0203082-4

PORT: Nº 765-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: GERMANO GARCIA/BRAGANÇA CP94/0203089-1

PORT: Nº 764-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: PEDRO SOUSA/BRAGANÇA CP94/0203090-5

PORT: Nº 763-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: PATALINO/BRAGANÇA CP94/0203105-7

PORT: Nº 762-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: MINERVINA RAMALHO/BRAGANÇA

PORT: Nº 761-94 de 01.12.94

CP94/0203098-0

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: NANA/BRAGANÇA CP94/0203105-5

PORT: Nº 760-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: JOSE MARIA/BRAGANÇA CP94/0203107-3

PORT: Nº 759-94 de 01.12.94

ANO: 1994

PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94

UNIDADE: EE

PORT: Nº 753-94 de 01.12.94
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. MARIA DE N. CESAR/BRAGANÇA

PORT: Nº 752-94 de 01.12.94 CP94/0203051-4
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. ROSILDA RAMOS/BRAGANÇA

PORT: Nº 751-94 de 01.12.94 CP94/0203043-3
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. LAURENTO O SOUZA/BRAGANÇA

PORT: Nº 750-94 de 01.12.94 CP94/0203035-2
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. CESAR FERREIRA/BRAGANÇA

PORT: Nº 749-94 de 01.12.94 CP94/0203019-0
ANO: 1994
PERÍODO: 01.11.94 à 15.12.94
UNIDADE: JANDIRA PINHEIRO/BRAGANÇA

PORT: Nº 748-94 de 01.12.94 CP94/0203011-5
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. JANDIRA PINHEIRO/BRAGANÇA

SALA DE FÉRIAS

PORT: Nº 747-94 de 01.12.94
ANO: 1994
PERÍODO: SR. RAMIRO CUNHA GUIMARÃES/BRAGANÇA

PORT: Nº 746-94 de 01.12.94 CP94/0202995-8
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. COCAL/BRAGANÇA

PORT: Nº 745-94 de 01.12.94
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. GUILHERME PORTO/BRAGANÇA

PORT: Nº 744-94 de 01.12.94 CP94/0202986-9
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. JOSÉ DE ANCHIETA/BRAGANÇA

PORT: Nº 743-94 de 01.12.94 CP94/0203076-0
ANO: 1994
PERÍODO: 01.12.94 à 30.12.94
UNIDADE: CHAU/BRAGANÇA

PORT: Nº 742-94 de 01.12.94
ANO: 1994
PERÍODO: 15.11.94 à 30.12.94
UNIDADE: SR. MÁRIO QUIROZ DO ROSÁRIO/BRAGANÇA

PORT: Nº 692-94 de 01.12.94 CP94/0203092-1
ANO: 1994
PERÍODO: 01.11.94 à 15.12.94
UNIDADE: SR. LEANDRO LOMBO DA SILVEIRA/BRAGANÇA

PORT: Nº 04-94 de 21.11.94 CP94/0203100-6
ANO: 1995
PERÍODO: 01 à 30.04.95
UNIDADE: SR. ANGELO O. CORRÊA/CANETÁ

PORT: Nº 03-94 de 21.11.94 CP94/0203108-1
ANO: 1995
PERÍODO: 01 à 30.06.95
UNIDADE: SR. DR. ANGELO O. CORRÊA/CANETÁ

PORT: Nº 08-94 de 21.11.94 CP94/0203068-9
ANO: 1995
PERÍODO: 01 à 30.12.95
UNIDADE: SR. DR. ANGELO O. CORRÊA/CANETÁ

PORT: Nº 01-94 de 21.11.94 CP94/0203060-3
ANO: 1995
PERÍODO: 01 à 30.05.95/ 01.05 à 14.06.95/ 01.02 à 02.03.95
UNIDADE: DR. ANGELO O. CORRÊA/CANETÁ

(Fat. nº 949, Reg. nº 949, Dia: 19/12/94)

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 188/94 DATA: 16.12.94
NOME: ALBERTO JOSÉ DE AMORIM FRANCO
ROBERTAL ABREU DOS SANTOS
MARIA TEREZA DE JESUS FERNANDES
CARGO: CONSULTOR JURÍDICO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
OFICIAL ADMINISTRATIVO
MOTIVO: COPOREM A COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, PARA APURAR FATOS REFERENTE AO PROCESSO Nº 187/94
PERÍODO: A PARTIR DO CIENTE CP94/0202987-7

TERMO ADITIVO I

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
CONTRATADO: DAVID TORRES LENOS
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
VIGÊNCIA: 01.09.94 a 19.03.95 CP94/0202979-6
VENCIMENTO: 161.01

TERMO ADITIVO I

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
CONTRATADO: LUCIETE COSTA SILVA
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: 08.09.94 a 24.03.95 CP94/0202978-5
VENCIMENTO: 85.43

RESUMO DE PORTARIA DE LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA Nº 168/94 DATA: 12.12.94
NOME: JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DE MEDEIROS
CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 60 DIAS
PERÍODO: 08.05.90 a 08.05.93 CP94/0202970-2

PORTARIA Nº 170/94 DATA: 12.12.94
NOME: YARA MARIA JORGE PASSOS
CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 60 DIAS
PERÍODO: 01.08.88 a 01.08.88 CP94/0202971-0

PORTARIA Nº 171/94 DATA: 12.12.94
NOME: CÉLIA MARIA PINTO DE OLIVEIRA
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 60 DIAS
PERÍODO: 01.11.89 a 01.11.93 CP94/0203044-1

PORTARIA Nº 172/94 DATA: 12.12.94
NOME: CHENIA ELFRISA TORTOLA BURLANAQUI
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 60 DIAS
PERÍODO: 03.02.75 a 03.02.78 CP94/0203036-0

PORTARIA Nº 4073/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de manutenção e material de consumo, junto a UAGRO de Ananindeua, em favor de ARMANDO DUNVAL FERREIRA no projeto 1199-AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, no elemento 3120 no valor de R\$ 2.873,25 (DOIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE CINCO CENTAVOS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4101/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de material de consumo, outros serviços e encargos para transportar Jeep anfibio da Amfrut e entregar na Comunidade VILA NOVA no município de Brejo Branco, em favor de ALESSANDRO ABRÃO MELO NETO no projeto 1199-AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, no elemento 3120 no valor de R\$ 80,00 (OITENTA REAIS) e no elemento 3132 no valor de R\$ 30,00 (TRINTA REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4100/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de pronto pagamento, outros serviços e encargos do GABINETE DO SECRETÁRIO, em favor de MARIA CLARA GODOIN MUNES no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4103/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de outros serviços e encargos de inscrição do curso ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS, que se realizará no período de 7 a 18.11.94, em favor de IRACILDA SANTANA DE BRITO no projeto 2518-CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DE RECURSOS HUMANOS, no elemento 3132 no valor de R\$ 60,00 (SESENTA REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4104/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de pronto pagamento do Departamento de Administração de Serviços-DAS, em favor de ROSANA MARIA CORRÊA DE SOUZA no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4106/94

Adiantamento para ocorrer com despesas urgentes necessárias ao desempenho do trabalho da Divisão, em favor de SANDRA MARIA BITENCOURT BECHMAN no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 100,00 (CEM REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4108/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de pronto pagamento da Diretoria Administrativa e Financeira-DAF, em favor de MARIA IZABEL SILVA GUALBERTO no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4107/94

Adiantamento para ocorrer com despesas miúdas de pronto

pagamento, outros serviços e encargos em favor de NAZARE SANTOS E SILVA no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4109/94

Adiantamento para conduzir técnicos desta SECRETARIA para fazer levantamento dos bens móveis e imóveis existentes na Regional do município de MARABÁ, em favor de HILÁRIO MACIEL DE ARAÚJO no projeto 2515-COORDENAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS no elemento 3120 no valor de R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS) e no elemento 3132 no valor de R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4110/94

Adiantamento para aquisição de material de consumo (matéria-prima, para ração, pintos de 01 (um) dia, vacinas e medicamentos) destinados ao UAGRO, em favor de ARMANDO DUNVAL FERREIRA no projeto 1199-AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL no elemento 3120 no valor de R\$ 1.244,55 (UM MIL DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

CP94/0203289-4

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4111/94

Adiantamento para ocorrer com despesas de pronto pagamento da Divisão de Comunicação-DICOM, em favor de MARIA JOSÉ FREITAS SOARES no projeto 1198-IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA VEGETAL no elemento 3132 no valor de R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 4112/94

Adiantamento para ocorrer com despesas para conduzir técnicos para manter infraestrutura na Cooperativa Mista Agro-Industrial Nova Redenção, em favor de LOURIVAL BRAGA MENEZES no projeto 1183-APÓIO AS AÇÕES DE MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA no elemento 3120 no valor de R\$ 70,00 (SETENTA REAIS) e no elemento 3132 no valor de R\$ 30,00 (TRINTA REAIS).

CP94/0203273-8

(Fat. nº 945, Reg. nº 945, Dia: 19/12/94)

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

RESUMO DE PORTARIAS

FÉRIAS
Port. nº 894 de 30.11.94 P.A.
Servidor:
SILVIA CRISTINA BLANCO 31.07.93 a 30.07.94
05.12.94 a 03.01.95
DOMINGAS FERREIRA DE SOUZA 01.03.93 a 28.02.94
12.12.94 a 10.01.95
ALCIDES DOS SANTOS RODRIGUES 01.08.93 a 31.07.94
01 a 30.12.94
MARIA DE NAZARE L. RAMOS 01.10.92 a 30.09.93
05.12.94 a 03.01.95
Mª ALFREDA FERREIRA BARROSO 01.03.93 a 28.02.94
05.12.94 a 03.01.95
WANDERLEIA DA SILVA RODRIGUES 15.02.93 a 14.02.94
21.12.94 a 19.01.95
CARMELO DO ROSÁRIO T. LOUREIRO 24.08.92 a 23.08.93
05.12.94 a 03.01.95

Port. nº 892 de 30.11.94 CP94/0203216-5
Servidores Temporários
EVERALDO ALVARES SAMPAIO 01.09.93 a 30.08.94
05.12.94 a 05.12.95
PAULINO DE OLIVEIRA M. JÚNIOR 01.12.93 a 30.12.94
01 a 30.12.94
Mª DE FÁTIMA B. P. MARQUES 01.06.93 a 31.05.94
12.12.94 a 10.01.95
ANA CRISTINA P. DE CARVALHO 01.05.93 a 30.04.94
01 a 30.12.94
Mª CELINA RAMOS SOUZA 01.05.93 a 30.04.94
16.12.94 a 14.01.95
JOCEVALDO SIQUEIRA DA SILVA 09.03.93 a 08.03.94
05.12.94 a 03.01.95
CRISTINA Mª AMARAL PESSOA 01.09.93 a 31.08.94
01 a 30.12.94
RAIMUNDA DO S. DA S. SANTIAGO 01.12.93 a 30.11.94
01 a 30.12.94
JOSÉ CARLOS BARROS 01.12.93 a 30.11.94
01 a 30.12.94
SARAYA SOPHIA D. RODRIGUES 01.10.93 a 30.09.94
01 a 30.12.94
HUMBERTO DE MELO CHAVES 01.04.93 a 31.03.94
01 a 30.12.94
MYLENE COSTA ATHIAS 02.01.93 a 01.01.94
05.12.94 a 03.01.95

Port. nº 892/94 - cont. CP94/0203210-0
VICTOR DE SOUZA FERREIRA 01.07.93 a 30.06.94
05.12.94 a 03.01.95
ALICE RODRIGUES MONTEIRO 01.09.93 a 21.08.94
01 a 30.12.94
Mª FERREIRA DA S. E SILVA 01.04.93 a 31.03.94
01 a 30.12.94
RONALDO RIBEIRO GUALBERTO 01.10.93 a 30.09.94
05.12.94 a 03.01.95
SILVIA LETÍCIA M. GOUVEA 01.09.93 a 31.08.94
05.12.94 a 03.01.95
MARILAN FERREIRA DE SOUZA 01.04.93 a 31.03.94
26.12.94 a 24.01.95
ADSON JORGE P. DE ARAÚJO 01.04.93 a 31.03.94
15.12.94 a 13.01.95
FÁTIMA RAIMUNDA DE O. SEABRA 12.03.93 a 11.03.94
26.12.94 a 24.01.95

VERA LÚCIA BRASÃO RIBEIRO 01.10.93 a 30.09.94
15.12.94 a 14.01.95
CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA REIS 01.04.93 a 30.03.94
01 a 30.12.94

Port. nº 895 de 30.11.94 CP94/0203202-9
Servidor:
MARA CECÍLIA SOUZA DA COSTA 24.07.93 a 23.07.94
01 a 30.12.94
RONALDO DE OLIVEIRA MARTINS 04.02.93 a 03.02.94
02 a 31.12.94
EMÍLIO CÉSAR DE OLIVEIRA 30.05.91 a 29.05.92
01 a 30.12.94
Mª DA GUÍA FERREIRA GUIMARÃES 01.02.93 a 31.01.94
05.12.94 a 03.01.95

Port. nº 893 de 02.12.94 CP94/0203194-4

O Secretário de Estado da Cultura e Superintendente da Fundação Cultural do Pará "TANCREDO NEVES", no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Decreto nº 2917 de 27 de outubro de 1994, que dispõe sobre a instituição dos comitês de negociações coletivas no âmbito da Administração Pública Estadual, impõe a esta Secretaria de Estado e Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves" o dever de instituir o seu próprio Comitê Setorial (art. 4º) e,

Considerando a necessidade de solucionar todas as questões de caráter setorial e específicas no que tange às relações de trabalho entre seus servidores e a Administração, através de negociações coletivas

de trabalho entre o comitê ora instituído e o dos servidores públicos civis do Estado.

R E S O L V E

I- Instituir o comitê Setorial de Negociações Coletivas, formado pelo Secretário Adjunto que o Coordenará pelo Coordenador Financeiro, pelo Coordenador de Recursos Humanos e pelo Coordenador da Consultoria Jurídica, a quem nos limites das respectivas alçadas, são atribuídos poderes de representação desta setor nas negociações coletivas com os servidores públicos civis estaduais, quando forem estas de caráter setorial.

II- Determinar à Coordenadoria de Recursos Humanos para:

a- funcionar como Secretaria Executiva do Comitê de Negociações Coletivas, devendo para tal fim fornecer todos os meios e recursos materiais e humanos necessários para seu regular funcionamento, podendo requisitar o auxílio de outras unidades administrativas quando tal se fizer necessário; e

b- articular-se com os setores competentes da Secretaria de Estado de Administração para fins de promover o treinamento e a reciclagem permanente dos integrantes do Comitê de Negociações Coletivas (artigo 3º do Decreto nº 2917/94).

III- Delegar competência ao Secretário Adjunto para assinar todos os documentos alusivos às negociações coletivas celebradas através do comitê ora instituído.

IV- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se

GUILLERME M. DE LA PENA
Secretário de Estado da Cultura e Superintendente da Fundação Cultural do Pará "TANCREDO NEVES".

Port. nº 878 de 24.11.94
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA E SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ "TANCREDO NEVES", no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

MANDAR RETORNAR à esta Fundação Cultural do Pará "TANCREDO NEVES" a contar de 10.11.94, o servidor SERGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY, matrícula nº 5058317-013, ocupante do cargo de Técnico de Nível Superior, à disposição da Fundação Cultural do Pará - FEP desde 10.11.93.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE

Fundação Cultural do Pará "TANCREDO NEVES", em 24 de novembro de 1994

GUILLERME M. DE LA PENA
Secretário de Estado da Cultura e Superintendente da Fundação Cultural do Pará "TANCREDO NEVES".

SUBSTITUIÇÃO DO TITULAR CP94/0203185-3

Port. nº 826 de 27.10.94
Servidor: MARIA DE NAZARE LIMA RAMOS.
Matrícula nº 0715530-019
Motivo da Substituição: viagem do titular
Período da substituição: 24 a 28.10.94

Port. nº 887 de 29.11.94
Servidor: MARIA ROSOLINDA DE OLIVEIRA FONSECA
Matrícula nº 0183857-024
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 13 a 30.11.94

Port. nº 890 de 29.11.94
Servidor: IONELE ABEVEDO MELO
Matrícula nº 2015676-010
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 01 a 30.10.94

Port. nº 886 de 29.11.94
Servidor: MARILDA PAES BARRETO MARQUES
Matrícula nº 5453232-014
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 28.10 a 30.11.94

Port. nº 885 de 29.11.94
Servidor: MARIA EUGÊNIA COIMBRA
Matrícula nº 0032379-015
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 15.11 a 22.11.94

Port. nº 888 de 29.11.94
Servidor: MOE FERREIRA DA COSTA

Matrícula nº 5313244-012
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 01 a 10.12.94

Port. nº 889 de 29.11.94
Servidor: BENEDITO WILFREDO MONTEIRO FILHO
Matrícula nº 3082768-030
Motivo da Substituição: Ausência do titular
Período: 21 a 29.11.94

Port. nº 891 de 29.11.94
Servidor: ALFREDDINA MIRANDA TEIXEIRA
Matrícula nº 0033162-011
Motivo da Substituição: ausência do titular
Período: 21.11 a 06.12.94

LICENÇA ESPECIAL
Port. nº 883 de 24.11.94
Nº de dias: 30 dias
Servidor: LOUISE SANTOS DE GUSMÃO
Matrícula nº 0716235-013
Período: 01 a 30.12.94
Triênio: 02.05.90 a 01.05.93

Port. nº 882 de 24.11.94
Nº de dias: 30 dias
Servidor: RAIMUNDA LOBATO MOURA
Matrícula nº 0030228-011 - Quinquênio: 22.04.85 a 21.04.90
Período: 21.11 a 20.12.94
Port. nº 881 de 24.11.94
Nº de dias: 30 dias
Servidor: MARIA CREUSA MARTINS DOS SANTOS
Matrícula nº 5058171-017

Período: 28.11.94 a 25.12.94

Quinquênio: 23.10.87 a 22.10.92 CP94/0203251-7

Port. nº 907 de 09.12.94
Nº de dias: 60 dias
Servidor: DOMINGAS ALVES DE SOUZA
Matrícula nº 0032506-028
Período: 30.11.94 a 28.01.95
Triênio: 01.08.88 a 31.07.91.

LICENÇA SAÚDE

Licença Médica nº 4553/94
Servidor: DOMINGAS ALVES DE SOUZA
Matrícula nº 0032506-028
Período: 03 a 27.11.94

Licença Médica nº 0237/94
Servidor: BERTINA EVERDOSA RIBEIRO
Matrícula nº 0030945-010
Período: 03 a 27.11.94

Licença Médica nº 4362/94
Servidor: SILVIA LETÍCIA MONTEIRO GOUVEA
Matrícula nº 5532949-016
Período: 17 a 21.10.94

DISPENSA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Port. nº 897 de 06.12.94
Motivo: abandono de função
Servidor: GHINLENY MAGALHÃES FERREIRA
Função: Datilógrafo
Data: a contar de 01.11.94

Port. nº 898 de 06.12.94

Motivo: abandono de função
Servidor: NAZARENO FERREIRA DOS PASSOS
Função: Servente
Data: a contar de 01.11.94

Port. nº 899 de 06.12.94
Motivo: a pedido

Servidor: ANNA ANDRÉA DA SILVA MULLER

Função: Auxiliar Técnico
Data: a contar de 01.11.94

LICENÇA GESTANTE

Licença médica nº 4149/94
Servidor: CECILIAN FURTADO RIBEIRO
Cargo: Bibliotecária
Período: 24.10.94 a 20.02.95

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE

Licença Médica nº 4030/94
Matrícula nº 5574013-018
Período: 15.10 a 29.10.94
Servidor: MARCELO PEREIRA DE ALMEIDA

LICENÇA GALA

Port. nº 880 de 24.11.94
Servidor: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE SOUZA
Período: 05 a 12.10.94

LICENÇA LUTO

Port. nº 879 de 24.11.94
Servidor: MARIA HELENA DE ANDRADE CRUZ
MATRÍCULA Nº 0031780-013
PERÍODO: 17.10.94 A 24.10.94

ERRATA

Port. nº 510 de 01.07.94
Onde se lê: Triênio de 02.06.90 a 01.06.93
Leia-se : Triênio de 02.05.90 a 01.05.93
Port. nº 778 de 06.10.94
Onde se Lê: Período de 19.12.94 a 17.01.95
Leia-se : Período de 26.12.94 a 24.01.95

(Est. nº 937, Reg. nº 937, Dia: 19/12/94)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1440, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1994

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 2º do Decreto nº 2941, de 31 de outubro de 1994, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDOT/4º TRIMESTRE - 94.

R E S O L V E M

I- Aumentar no montante de R\$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS), a quota do 4º trimestre, referente ao grupo de despesa e da Unidade Orçamentária abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 27.101 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente

RECURSOS VINCULADOS		R\$
		4º TRI - ANO 94
GRUPO DE DESPESA	FONTE	NOVEMBRO
- Outras Despesas Correntes	11.217	400

II - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

WILTON SANTOS BRITO
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
Secretário de Estado da Fazenda CP94/0203242-8

PORTARIA Nº 1511, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 2º do Decreto nº 2941, de 31 de outubro de 1994, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDOT - 4º TRIMESTRE/94, artigo 2º do Decreto nº 2941, de 31 de outubro de 1994, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDOT - 4º TRIMESTRE/94.

R E S O L V E M

I - Aumentar no montante de R\$ 3.200,00 (TRÊS MILHOS DUCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, DUCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), a quota do 4º trimestre, referente ao grupo de despesa e da Unidade Orçamentária abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 20.101 - Secretaria de Supervisão e Controle da Administração do Estado do Paraná

RECURSOS DO TESOURO		ANO 1961 - ANO 2º
PROJEÇÃO TRIMESTRAL		DEZEMBRO
GRUPO DE DESPESA		
2.141 - Manutenção de Serviços Públicos		451.427,00
- Outras Despesas Correntes		
2.142 - Manutenção dos Serviços de Processamento de Dados		1.255.012,70
- Outras Despesas Correntes		
2.176 - Encargos com Obrigações Patronais		74.902,00
- Outras Despesas Correntes		
2.157 - Encargos com Serviços Bancários		1.445,45
- Outras Despesas Correntes		
2.208 - Encargos com Obrigações Patronais - Educação		400.454,50
- Outras Despesas Correntes		
1.167 - Participação do Estado no Aumento do Capital da Companhia de Saneamento do Pará		1.000.000,00
- Investições Financeiras (Investimentos)		

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a quota do 3º trimestre, referente aos grupos de despesas da Unidade Orçamentária a seguir discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 28.101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda		R\$
RECURSOS DO TESOURO		
PROJETO/ATIVIDADE		32 TRI - ANO 7
		SETEMBRO
GRUPO DE DESPESA		
2.027 - Amortização Encargos de Financiamento (Externos)		644.351,00
- Amortização da Dívida		
2.242 - Manutenção dos Serviços Públicos - Educação		130.940,00
- Outras Despesas Correntes		
1.167 - Participação do Estado no Aumento do Capital da Companhia de Saneamento do Pará		2.509.024,40
- Inversões Financeiras (Dívida)		

II - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

WILTON SANTOS BRITO
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
Secretário de Estado de Fazenda CP94/0203234-7

PORTARIA Nº 1312, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições legais, resolve, conforme o artigo 28 do Decreto nº 2941, de 31 de outubro de 1994, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDAT - 4º TRIMESTRE/94.

R E S O L V E M:

- Aumentar de montante de R\$ 14.000.000,00 (QUATORZE MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO MIL, CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), para o ano de 2017 referente ao grupo de despesas e da Unidade Orçamentária abaixo discriminada:

ANEXO ORÇAMENTÁRIO, PP 191 - Regulamento de Supervisão de Secretarias
do Estado de Fazenda

RECURSOS DO TESOURO		82
PROJETO/ATIVIDADE		AP TET - ANO 24
		DEZEMBRO
GRUPO DE DESPESA		
2.077	Investimentos Imobiliários - Investições Financeiras	251.018,00
2.157	Encargos com Serviços Bancários - Outras Despesas Correntes	182.016,00
2.007	Contribuição à Entidades - Outras Despesas Correntes	20.063,16
2.242	Manutenção dos Serviços de Planejamento do Estado - Educação - Outras Despesas Correntes	2.495.627,41
2.247	Participação do Estado no Aumento do Capital da Companhia de Habitação do Estado de Pará - Investimentos Financeiros (Dívida) - Investições Financeiras (Investimentos)	382.534,12 165.303,17
2.127	Participação do Estado no Aumento do Capital do Banco do Estado do Pará - Investimentos Financeiros (Dívida)	870.542,22
2.128	Apoio ao Programa Vale Transporte - Outras Despesas Correntes	1.475.792,30
2.102	Encargos Atendimentos aos Servidores - Outras Despesas Correntes	5/379,00
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento (Interna) - Juros e Encargos da Dívida	2.412.412,3
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento (Externa) - Juros e Encargos da Dívida	2.182.942,4

II - Acórdão: Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

WILTON SANTOS BRITO
Secretaria de Estado do Planejamento e
Coordenação Geral

JOÃO BAPTISTA FENGEIRA RAMOS
CPF 94/0203226-0

(Fat. n° 948, Reg. n° 948, Dia: 19/12/94)

ERRATA

Na Portaria nº 1493/94-SEPLAN, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 14.12.94.

I- ONDE SE LÊ:

Período de aplicação: 06.12 a 16.12.94

II- LEIA-SE:

Período de aplicação: 06.12 a 31.12.94. CP94/0203255-7

(Fat. n° 953, Reg. n° 953, Dia: 19/12/94)

**SECRETARIA DE ESTADO DE
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
MINERAÇÃO**

TERMO DE CONVÊNIO

PARTES: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM e a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB.

OBJETO : Cessão de uso pela SEICOM à COMAB dos equipamentos que constituirão a unidade de Produção de Confeções, 02 Máquinas de Overlock, 05 Máquinas de Costura Industrial Reto, 02 Máquinas de ZIG-ZAG, 01 Máquina de Corte.

VIGENCIA : 28 (VINTE E OITO) meses.
DATA DE ASSINATURA : 15.12.94

(Fat. n° 942, Reg. n° 942, Dia: 19/12/94)

ERRATA

No extrato do TERMO DE CONVENIO, entre as partes: Secretaria de Estado de Industria, Comercio e Mineraçao - SEICOM e a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari, publicado no Diario Oficial do Estado de 31.10/94 - Caderno 4, pagina 5, ultima coluna.

Onde se lê: "Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari".

* Leia-se: "Ação Social da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari".

CP94/0203170-7

(Fat. n° 944, Reg. n° 944, Dia: 19/12/94)

ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARA
ACÓRDÃO B-013/94
NELSON SOUZA ADVOCACIA S/C
REQUERENTES: NELSON RIBEIRO DE MAGALHÃES E SOUZA e MÂRCIO RO
GÉRIO CUNHA VINAGRE

RELATORA : HELENA CLÁUDIA MIRALHA PINGARILHO

EMENTA: Contrato de Sociedade de Advogados, que observa os preceitos estatutários e que tem parecer unânime da Comissão de Seleção e Prerrogativas e de ser registrado nesta Seccional da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Vistos, relatados e discutidos acórdão por unanimidade os membros do Conselho Seccional em deferir o registro da sociedade de advogados denominada "NELSON SOUZA ADVOCACIA S/C", com sede e foro nesta Comarca de Belém Capital do Estado do Pará, à Rua Senador Manoel Barata, nº 718 - Edifício Infante de Sagres, Salas 602/604 - Comércio, nos termos do voto da relatora. Belém, 14 de dezembro de 1994

na) EDILSON OLIVEIRA e SILVA - Presidente e HELENA CLÁUDIA MIRALHA PINGARILHO - Relatora.

(Fat. n° 947, Reg. n° 947, Dia: 19/12/94)

Resumo do Contrato Social da Sociedade Civil denominada "CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA Dr. FERNANDO PEDRINHA S/C LTDA" com sede na Av. Alte. Barroso nº1539, com capital inicial de R\$ 30.000,00 dividida entre os sócios Antônio Fernando Armini Pedrinha e Maria da Conceição Silva Pedrinha, cujo objetivo é a prestação de serviços profissionais relativos a realização de exames de Ultra-Sonografia, tendo o prazo de duração indeterminado. Belém, 16 de Dezembro de 1994.

(Fat. n° 950, Reg. n° 950, Dia: 19/12/94)

RESUMO DO ESTATUTO DA IGREJA BATISTA MISSIONÁRIA EM SANTARÉM/PARÁ, APROVADOS EM ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA DIA 21 DE ABRIL DE 1994. DENOMINAÇÃO : IGREJA BATISTA MISSIONÁRIA EM SANTARÉM; DATA DA FUNDAÇÃO: 21 de abril de 1994; SEDE E FÓRO: Av. TapaJós, nº 1615 - Santarém (PA); NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Religiosa, sem fins lucrativos; DURAÇÃO: Tempo Indeterminado; FINALIDADE: Formar discípulos do N. Sr. Jesus Cristo, pregação da Palavra de Deus, Libertação, Salvação, Cura, Intercessão, Missões; ADMINISTRAÇÃO: Diretoria e Conselho da Igreja; DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro; RESPONSABILIDADE: Presidente; PATRIMÔNIO E RECEITA: Dízimos, Ofertas, doações, legados, bens móveis e imóveis; REFORMA DO ESTATUTO: Deliberação em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim; DISSOLUÇÃO: O seu Patrimônio reverterá para um órgão paraclesialístico, com a mesma visão do Ministério ou para a Sociedade Bíblica do Brasil.

Pr. ANTONIO PEREIRA HALTA
Presidente

(Fat. nº 946, Reg. nº 946, Dia: 19/12/94)

(Pat. n° 940, Reg. n° 940, Dia: 19/12/94)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

RESUMO DE PORTARIAS.

PORTARIA Nº 2247 de 02.12.94 - Designar, JEOVA EU CLIDES DE CARVALHO, Ag. Op. Op. N-C, Chefe de Seção de Sistema Contratados, código DAI-02.3, Mat. 20100 11-010, lotado no DC, para substituir a IZAURA CRISTINA FERNANDES MACHADO DE MIRANDA, no Função Gratificada de Chefe de Divisão de Processamento de Dados Código DAI-02.4, no período de 01 a 30.12.94, durante as férias da titular. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.12.94.

CP94/0203252-5

PORTARIA Nº 2246 de 02.12.94 - Designar FRANCISCO EDSON DE CAMPOS SILVA, Ag. Op. Op. N-C, Encarregado de Setor, DAI-02.1, Mat. 3158411-019, lotado no DC, para substituir a JEOVA EUCLIDES DE CARVALHO, na Função Gratificada de Chefe de Seção do Sistema Contratados DAI-02.3, no período de 01 a 30.12.94, devido o titular estar substituindo a IZAURA CRISTINA FERNANDES MACHADO DE MIRANDA. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.12.94.

CP94/0203180-4

PORTARIA Nº 2249 de 02.12.94 - Conceder a ORFÁ MARQUES DA SILVA, Representante Municipal de Xinguará Código DAS-01.1, Mat. 5694108-019, 08 diárias para fazer face as despesas com alimentação e pousada, nesta Capital no período de 29.11 a 05.12.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 29.11.94.

CP94/0203188-0

PORTARIA Nº 2250 de 02.12.94 - Conceder a MARIA DA PAZ FARIAS GOMES, Procurador N-F, Mat. 3152340-018, lotada na Procuradoria, IGNEZ HELENA RAMOS DE MESQUITA, Tec. N-A, Mat. 5347378-015, lotada na Procuradoria, EDUARDO JOSE DE FREITAS MOREIRA, DAS-01.1, lotado na Procuradoria, Mat. 5486351-036, EDY CELIA BOGEA LOBATO, Procurador N-C, Mat. 3155722-015, 03 diárias para cada um para fazer face as despesas com alimentação e pousada no Município de St. Izabel do Pará, no período de 30.11 a 02.12.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 30.11.94.

CP94/0203196-0

PORTARIA Nº 2252 de 05.12.94 - Designar, SUENY MARIA DOS SANTOS IMBIRIBA, Aux. Adm. N-C, Mat. 0446530-028, lotada no DAS, para substituir a RITA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA, na Função Gratificada de Encarregado de Setor Código DAI-02.1, no período de 28.11 a 27.12.94, durante as férias da titular. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 28.11.94.

CP94/0203162-6

PORTARIA Nº 2253 de 06.12.94 - Designar, ELLEN BARGACHIA ZAGALO, Aux. Adm. N-A, Mat. 6120660-019, lotada no DEF, para substituir a SOELY BARGACHIA ZAGALO, na Função Gratificada de Secretária Código DAI-02.2, no período de 16.11 a 15.12.94. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir de 16.11.94.

CP94/0203154-5

PORTARIA Nº 2254 de 06.12.94 - Conceder a SILVIA MARTINS DE CASTRO, Aux. Enfermagem N-C, Mat. 2010895-014, lotada no DAS, 30 dias de licença Especial referente ao 1º Quinquênio, no período de 01.12.94 a 30.12.94. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.12.94.

CP94/0203205-3

PORTARIA Nº 2255 de 06.12.94 - Conceder a OTAVIO SILVA BARBOSA, Motorista N-C, Mat. 3156834-016, lotado no DEA e RAIMUNDO NONATO B. PIMENTEL, Motorista N-A, Mat. 6119999-017, lotado no DEA, 03 diárias para cada um para fazer face as despesas com alimentação e pousada no Município de Ourém, nos dias 25.26 e 27.11.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 25.11.94.

PORTARIA Nº 2270 de 07.12.94 - Conceder aos funcionários abaixo relacionados, 30 dias de Férias regulamentares.

CELINA DA CONCEIÇÃO SILVA SANTOS; Aux. Tec. N-A, Mat. 5313341-016, lotada no DRE-PERÍODO AQUISITIVO: 22.05.93 a 21.05.94-PERÍODO CONCESSIVO: 12.12.92 a 10.01.95.

MARIA CRISTINA VILHENE CHEGÃO DE M. ROCHA, Tec. N-A, Mat. 6103324-039, lotada no DAS-PERÍODO AQUISITIVO: 05.03.93 a 04.03.94-PERÍODO CONCESSIVO: 19.12.94 a 17.01.95.

IZAURA CRISTINA FERNANDES MACHADO DE MIRANDA, Ag. Op. Prog. N-E, Mat. 3154033-016, lotada no DC, PERÍODO AQUISITIVO: 01.08.93 a 31.07.94-PERÍODO CONCESSIVO: 15.12.94 a 13.01.95.

MARIA LÚCIA DE LIMA SOARES, CARLOS ALBERTO M. NOURA, PAULO SÉRGIO FERREIRA BESSA, JÚLIA SILVA DE ALCANTARA, GILCEVALDO ARAGÃO BELEM, OLAVO CÂMARA DE OLIVEIRA JUNIOR, RAIMUNDO LACERDA PEREIRA, EDNEIDE FERREIRA DE MORAES, JOSÉ LUIZ CARRERA DE LIMA, ROSA MARIA SILVA LIMA, IVETE NAZARE A. ALBUQUERQUE, MARIA RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS, LUCRECIA MAMEDE F. T. DE CAMPOS, MARIA LÚCIA MOTA BANDEIRA PINTO, ELIZIA GONÇALVES FURTADO, ELIANA NAZARENA DO ESPÍRITO SANTO, ANA CARMEM ATAÍDE SIQUEIRA, MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA PANTOJA, ROSALBA CARVALHO LEÃO, MARIA RISOLENE DA SILVA BARROS, MARIA CLAUDIA TEIXEIRA FARIAS, MARIA EMÍLIA PANTOJA DE VASCONCELOS, MARIA JOSÉ QUADROS GONÇALVES, HELENA DA CONCEIÇÃO FLEIXA MARTINS, MARIA IRENE FERREIRA SOARES, CARLOS GARCIA COSTA, DAVI DE SOUZA SANTOS, CELIA ANGELA LISBOA DE ALMEIDA, MARIA-DE-FALCÃO BEMERGUI, JORGE ACÁCIO MONTEIRO, ROSALBA DE AMARAL PINESE, LUCILÂNDIA LIMA DA SILVA, NILTON DE ASSUNÇÃO B. GAVINHO, RAIMUNDO PINHEIRO DE MOURA, YACI MARY DO SOCORRO O. PEREIRA, PEDRO FLÁVIO DE SIQUEIRA MENDES, CARMEM BRITO FERREIRA, referente a relação anexa a Portaria nº 2079/94.

CP94/0203115-4

PORTARIA Nº 2281 de 09.12.94 - Conceder aos funcionários abaixo relacionados, Licença para Tratamento de saúde.

SUELY DAMIÃO PINTO, Aux. Enf. N-C, Mat. 2010941-019, lotada no DAS, Laudo Médico nº 4491/94, PERÍODO CONCESSIVO: 17.10, a 15.11.94.

MAURÍCIO ALVES DE ALBUQUERQUE, Aux. Adm. N-C, Mat. 5063060-019, lotado no DEA, Laudo Médico nº 4468/94, PERÍODO CONCESSIVO: 07.11, a 26.11.94.

ARLY PAIXÃO CRUZ DE MORAES, Tec. N-C, Mat. 3155021, lotada no DAS, Laudo Médico nº 4573/94, PERÍODO CONCESSIVO: 09.11, a 08.12.94.

NILSON WANDERLEY NUNES PINHO, Aux. Tec. N-C, Mat. 3158489-011, lotado no DEF, Laudo Médico nº 4313/94, PERÍODO CONCESSIVO: 10.09, a 24.10.94.

ISABEL SABINA PINHEIRO MARTINS, Tec. N-A, Mat. 5093120-018, lotada no DP, Laudo Médico nº 4368/94, PERÍODO CONCESSIVO: 01.11, a 08.11.94.

FRANCISCO PEREIRA VIANA, Tec. N-A, Mat. 3257959-030, lotado no DP, Laudo Médico nº 4348/94, PERÍODO CONCESSIVO: 04.10, a 07.10.94.

DILZA MORAES BARATA, Aux. Serv. gerais N-A, Mat. 6121233-014, lotada no DEA, Laudo Médico nº 4198/94, PERÍODO CONCESSIVO: 13.10 a 01.11.94.

CICERO RODRIGUES DE FREITAS, BENEDITA GALVÃO TAVARES, ODETT DA GAMA MACHALCHER GILLET, LEÃO SYLLIANIDI SOBRINHO, MARIA JOSÉ GATINHO, LENNE BARBALHO PRIANTE MÂRCIA VALÉRIA REIS, JOSÉ PEDRO DE LIMA CAMPOS, referente a relação anexa a Portaria nº 2080/94.

PORTARIA Nº 2256 de 06.12.94 - Conceder a OTÁVIO SILVA BARBOSA, Motorista N-C, Mat. 3156834-016, lotado no DEA e RAIMUNDO NONATO B. PIMENTEL, Motorista N-A, Mat. 6119999-017, lotado no DEA, 03 diárias para cada um para fazer face as despesas com alimentação e pousada no Município de Capitão Poço e Condição do Pará, nos dias 01.02 a 03.12.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.12.94.

CP94/0203213-4

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CENTRO OFTALMOLÓGICO DO PARÁ.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contratado, os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B., ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma do que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Primeira do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "As despesas decorrentes deste Contrato, correrão à conta da Dotação Orçamentária do Contratante para o exercício de 1994, conforme classificação abaixo".

ÓRGÃO	: IPASEP	13.202
UNIDADE	: IPASEP	13.202
FUNÇÃO	: SAÚDE E SANEAMENTO	13
PROGRAMA	: SAÚDE	75
SUB-PROGRAMA	: ASSIST. MÉDICA E SANITÁRIA	428
ATIVIDADE	: MANUT. A SAÚDE DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO IPASEP	4.245

NATUREZA DA DESPESA

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 3132.00 52204

CLAUSULA TERCEIRA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação: "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-3.400,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12(DOZE) meses. O restante ficará por conta da dotação de 1995".

CLAUSULA QUARTA: As demais Clausulas do Contrato permanecem em vigor, com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO

CONTRATANTE.

CP94/0203229-0

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, VELOSO & ROCHA S/A - HOSPITAL CELINA GONÇALVES.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contratado, os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B., ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma do que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Primeira do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "As despesas decorrentes deste Contrato, correrão à conta da Dotação Orçamentária do Contratante para o exercício de 1994, conforme classificação abaixo".

ÓRGÃO	: IPASEP	13.202
UNIDADE	: IPASEP	13.202
FUNÇÃO	: SAÚDE E SANEAMENTO	13
PROGRAMA	: SAÚDE	75
SUB-PROGRAMA	: ASSIST. MÉDICA E SANITÁRIA	428
ATIVIDADE	: MANUT. A SAÚDE DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO IPASEP	4.245

NATUREZA DA DESPESA

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 3132.00 52204

CLAUSULA TERCEIRA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação: "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-1.000,00 (UM MIL REAIS -x-x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12(DOZE) meses.

O restante ficará por conta da dotação de 1995".

CLAUSULA QUARTA: As demais Clausulas do Contrato permanecem em vigor, com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO

CONTRATANTE.

CP94/0203237-1

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CENTRO MÉDICO DE ABAETETUBA S.C. LTDA CEMA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contratado, os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B., ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma do que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Primeira do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "As despesas decorrentes deste Contrato, correrão à conta da Dotação Orçamentária do Contratante para o exercício de 1994, conforme classificação abaixo".

ÓRGÃO	: IPASEP	13.202
UNIDADE	: IPASEP	13.202
FUNÇÃO	: SAÚDE E SANEAMENTO	13
PROGRAMA	: SAÚDE	75
SUB-PROGRAMA	: ASSIST. MÉDICA E SANITÁRIA	428
ATIVIDADE	: MANUT. A SAÚDE DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO IPASEP	4.245

NATUREZA DA DESPESA

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 3132.00 52204

CLAUSULA TERCEIRA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação: "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS -x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11(ONZE) meses. O restante ficará por conta da dotação de 1995".

CLAUSULA QUARTA: As demais Clausulas do Contrato permanecem em vigor, com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO

CONTRATANTE.

CP94/0203245-2

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, MARIA ANTÔNIA ARAÚJO SOUZA - CLÍNICA PIQUIATUBA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contratado, os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B., ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma do que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Primeira do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação: "As despesas decorrentes deste Contrato, correrão à conta da Dotação Orçamentária do Contratante para o exercício de 1994, conforme classificação abaixo".

ÓRGÃO	: IPASEP	13.202
UNIDADE	: IPASEP	13.202
FUNÇÃO	: SAÚDE E SANEAMENTO	13
PROGRAMA	: SAÚDE	75
SUB-PROGRAMA	: ASSIST. MÉDICA E SANITÁRIA	428
ATIVIDADE	: MANUT. A SAÚDE DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS DO IPASEP	4.245

NATUREZA DA DESPESA

OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 3132.00 52204

CLAUSULA TERCEIRA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação: "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 500,00 (QUINHENTOS REAIS -x-x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11(ONZE) meses. O restante ficará por conta da dotação de 1995".

CLAUSULA QUARTA: As demais Clausulas do Contrato permanecem em vigor, com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO

CONTRATANTE.

CP94/0203253-3



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 3

0401

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.862

BELEM — SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CLIMIFARMA-SERVIÇOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA CLÍNICA SANTA ROSA DE LIMA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-500,00 (QUINHENTOS REAIS -x-x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11 (ONZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203293-2

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CLÍNICA OTOLÓGICA DO PARÁ LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 10 (DEZ) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203222-3

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, HOSPITAL SANTA ANGELICA - RANGEL GONÇALVES LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-500,00 (QUINHENTOS REAIS -x-x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11 (ONZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203230-4

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, MARIA BERNARDETE SALGADO PINTO.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-400,00 (QUATROCENTOS REAIS -x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 10(DEZ) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203238-0

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, FERNANDES & BARBOSA LTDA-CLINICA-CLÍNICA MÉDICA CIRURGICA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-11.000,00 (ONZE MIL REAIS -x-x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12 (DOZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203246-0

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CERB - SERVIÇOS MÉDICOS S/C LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-4.000,00 (QUATRO MIL REAIS -x-x-x-x-), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 10 (DEZ) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203254-1

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, MENDES E QUEIROZ LTDA-CLÍNICA DE UROLOGIA E CIRURGICA "DR.LAURO QUEIROZ".

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)x.x.x,para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12 (DOZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203262-7

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, CLÍNICA DE CRIANÇAS PIO XII LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS)para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12 (DOZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203239-8

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, HOSPITAL INFANTIL SANTA TEREZINHA LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$-3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS) para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11(ONZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.

JOSÉ DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203231-2

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIAS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, ORGANIZAÇÃO HOSPI-TALAR LTDA-CLÍNICA ANCHIETA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 3.500,00 (TRES MIL, QUINHENTOS REAIS) para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 12 (DOZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.
JOSE DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203287-8

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIAS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, SOUZA & BINO LTDA. CLÍNICA JOAO PAULO I

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 500,00 (QUINHENTOS REAIS), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11(ONZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de novembro de 1994.
JOSE DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203270-3

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIAS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, HOSPITAL GERAL DE ALTAMIRA LTDA.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de 01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 1.000,00 (UM MIL REAIS), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 11(ONZE) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, de de 1994.
JOSE DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203295-9

TÉRMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E AS SISTÊNCIAS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IPASEP E, POLICLINICA DR LAISE LINS.

CLAUSULA PRIMEIRA: A Clausula Oitava do Contrato Principal passará a vigorar com a seguinte redação "Pelos serviços efetivamente prestados aos beneficiários do IPASEP, o Contratante pagará ao Contrato os valores constantes da Tabela aprovada pela A.M.B, ficando o reajuste suspenso pelo prazo de

01(UM) ano na forma que dispõem os Art. 11 e 12 da Lei nº 8.880/94".

CLAUSULA SEGUNDA: A Clausula Décima Segunda passará a vigorar com a seguinte redação "Fica estimado para este exercício o valor de R\$- 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), para fazer face as despesas deste Contrato pelo período de 10(DEZ) meses. O restante ficará por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA de 1995".

CLAUSULA TERCEIRA: As demais Clausulas do Contrato permaneceram em vigor com vigência e redação inalteradas.

CLAUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, deverá

ser publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10(DEZ) dias a contar com a data de sua assinatura.

E, por estarem justas e Contratadas assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 30 de Novembro de 1994.
JOSE DO EGYPTO VIEIRA SOARES FILHO
CONTRATANTE.

CP94/0203296-7

(Fat. nº 955, Reg. nº 955, Dia: 19/12/94)

COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL
C.G.C. Nº 04.340.709/0001-97
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 15.098.507-0
JUNTA COMERCIAL Nº 15300011507

CAPITAL AUTORIZADO 4.228.460 ações
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO 3.861.038 ações
Em 09/12/1994, às 11:00 horas, na sede social, à Rodovia PA, 150, Km 74, Tailândia, Estado do Pará, reuniram-se os senhores Paulo José Ernesto Coelho, Antônio da Costa Cardoso e Flávio Márcio, membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Dr. Paulo José Ernesto Coelho, para deliberar sobre a emissão, dentro do limite do capital autorizado, de 292.664 ações escriturais preferenciais de classe "C", no valor de emissão de R\$ 8,43 cada uma, perfazendo o montante de R\$ 2.467.157,52, a serem subscritas pelo FINAM - FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA, devidamente autorizada pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, conforme Ofício SUDAM-GS 2422/94, de 07.12.1994. Informamos que a posição do capital social da Sociedade, antes desse aporte dos recursos do FINAM, é a seguinte:

AÇÕES TIPO	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
ORD.....	756.750	721.390	721.390
PREF. "A".....	1.113.791	1.113.791	1.113.791
PREF. "B".....	1.100.720	1.061.864	1.061.864
PREF. "C".....	1.257.199	963.993	963.993
TOTAL.....	4.228.460	3.861.038	3.861.038

Em seguida, o Presidente informou que tomaria as providências para efetivação da subscrição por parte do FINAM. Para tanto, propôs a suspensão da reunião para obtenção das assinaturas no Boletim de Subscrição pelo FINAM. Reaberta a sessão no dia 13/12/1994, o Presidente comunicou que o BASA - Banco Amazônia S.A., na qualidade de operador do FINAM, havia assinado o referido boletim de subscrição, solicitando a aprovação da ata pelos demais membros do Conselho de Administração, o que foi unanimemente aprovado. A reunião foi suspensa para lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Tailândia, 13 de dezembro de 1994, a.s. Paulo José Ernesto Coelho, Antônio Couto Cardoso, Flávio Márcio. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Paulo José Ernesto Coelho, Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL
C.G.C. Nº 04.340.709/0001-97

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO			
	Ordinárias	Preferenciais		
		"A"	"B"	"C"
Capital Autorizado.....	4.228.460 ações			
Capital Subscrito.....	3.861.038 ações			
Capital Subscrito nesta data.....	292.664 ações			
Capital a Subscriver.....	74.758 ações			
	721.390	1.113.791	1.061.864	963.993

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO de 292.664 ações, abaixo caracterizadas, da COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL, subscritas pelo FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM, através do Banco da Amazônia S.A., na forma da Lei nº 8.167, de 16.01.91, cuja emissão, dentro do limite do capital autorizado, foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09.12.1994.

IDENTIFICAÇÃO					
QUANTIDADE	PE (R\$)	TIPO / CLASSE	TOTAL EM R\$	ANO-CALENDÁRIO	ENQUADRAMENTO
292.664	8,43	Pref. Classe "C"	2.467.157,52	1994	Lei 8.167/91, Artigo 9º § 7º, I

Belém, 13 de dezembro de 1994
SUBSCRITOR: FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM
C.G.C. Nº 04.902.979/0001-44
JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO
Diretor de Produtos Bancários
Certifico o arquivamento deste documento na Jucepa, sob o nº 9.4001242,1 em reunião do dia 15/12/94. Maria S.S. de Vasconcelos p/Secretário Geral.
REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA
SILVIO HUMBERTO GOMES MAIA
CPF: 063.913.976-00
OBS.: Artigos 26 e 32 do Estatuto Social
FRANCISCO SILVA MITRAUD
CPF: 011.199.168-44

(Fat. nº 961, Reg. nº 961, Dia: 19/12/94)

COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO PARÁ - PARAMINÉRIOS
COC - 34.619.221/0001-64

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede da Companhia de Mineração do Pará - PARAMINÉRIOS, sito à Rua dos Mandurucos, 3852, Cramago, às 09:00 horas do dia 20 de Dezembro de 1994, no ato de deliberarem a seguinte ordem do dia:

- 1- Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 1993.
- 2- Aprovação do aumento do capital, consequente da reserva de correção monetária.
- 3- O que ocorrer.

Belém, 15 de Dezembro de 1994

LUIZ PANIAGO DE SOUSA
Presidente do Conselho de Administração

(Fat. nº 920, Reg. nº 920, Dias: 16, 19 e 20/12/94)

LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/94 - PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E NUMERAÇÃO DE BILHETES LOTÉRICOS. A LOTERIA - LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ, TORNA PÚBLICO QUE PROCEDERÁ ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMA DA DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICADO ACIMA, AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO REFERIDO EDITAL, DEVERÃO COMPARECER A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO, NO PRÉDIO SEDE, SITUADO A TRAVESSA CAMPOS SALES, Nº 107, NO HORÁRIO DAS 8:00 AS 14:00 HORAS, PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS COM RELAÇÃO A LICITAÇÃO.

A COMISSÃO

CP94/0202416-6

(Fat. nº 867, Reg. nº 867, Dias: 15, 16 e 19/12/94)

AGROPECUÁRIA SANTO ANTONIO S/A. - Convocação - Edital
tão por este edital convocados os senhores acionistas a comparecerem às Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da companhia, a serem cumulativamente realizadas na sede social, na "Fazenda Santo Antonio", no Km 14 da Rodovia PA-125, Município de Paragominas (Pa), às 10:00 horas do dia 29 do mês de dezembro em curso, com a seguinte ordem-do-dia: (a) re-ratificação da ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 03 de novembro de 1993; (b) tomada de contas dos administradores, bem como exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício social de 1993; (c) adequação do montante representativo do capital e do valor nominal e unitário das ações em que este se divide ao atual padrão monetário nacional; (d) aprovação da correção monetária do capital social realizado e sua elevação mediante (1) a apropriação de parte do saldo da conta "Reserva de Correção Monetária do Capital", com a decorrente distribuição de ações como bonificação; e (2) subscricao de ações ordinárias, por seu valor nominal, mediante a utilização de créditos registrados nos assentos contábeis da companhia; (e) alteração redacional do art. 5º do estatuto social; (f) fixação da remuneração mensal da Diretoria; e (g) o que ocorrer. Paragominas (PA), 9 de Dezembro de 1994. (a) Antonio Manoel S.S.P. Piqueira, Diretor-Presidente.

(Fat. nº 866, Reg. nº 866, Dias: 15, 19 e 20/12/94)

FRUTA AMAZÔNICA S/A. C.G.C. 58.127.889/0001-08. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Pelo presente são convidados os senhores acionistas da FRUTA AMAZÔNICA S/A. a comparecer à sede da empresa, na avenida Presidente Vargas, 112, Belém, capital do Estado do Pará, trazendo suas cautelas para serem trocadas por novas cautelas devidamente atualizadas, inclusive em virtude da alteração do padrão monetário. As antigas ações serão substituídas pelo valor a partir de 1995. As novas cautelas estarão à disposição dos Senhores Acionistas no endereço acima indicado a partir do dia 15 (quinze) de fevereiro de 1995. Belém, 14 de dezembro de 1994. LUIZ JOAQUIM CAMPOS ALHANATI, PRESIDENTE. CHRISTOVAM COLOMBI DE ARRUDA FRANÇA, SUPERINTENDENTE.

(Fat. nº 902, Reg. nº 902, Dias: 16, 19 e 20/12/94)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

EDITAL DE CITAÇÃO 180/94

PROCESSO Nº 93/58286-6

ASSUNTO: Tomada de Contas

RESPONSÁVEL: LUCIO ANTUNES DA SILVA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 255 Item I do Regimento, cita através do presente Edital, que será publicado três (03) vezes no prazo de (10) dias no "Diário Oficial do Estado", o Sr. LUCIO ANTUNES DA SILVA, Ex-Prefeito Municipal de Bom Jesus do Tocantins, a fim de que no prazo de (15) dias, após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 93/58286-6, referente ao Convênio SEPLAN 160/92, assinado em 10.12.92.

Belém, 15 de dezembro de 1994

ELIAS NAIF DAIBES MAROUCHE

Presidente CP94/02033183-9

EDITAL DE CITAÇÃO 181/94

PROCESSO Nº 93/58289-4

ASSUNTO: Tomada de Contas

RESPONSÁVEL: LUCIO ANTUNES DA SILVA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 255 Item I do Regimento, cita através do presente Edital, que será publicado três (03) vezes no prazo de (10) dias no "Diário Oficial do Estado", o Sr. LUCIO ANTUNES DA SILVA, Ex-Prefeito Municipal de Bom Jesus do Tocantins, a fim de que no prazo de (15) dias, após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 93/58289-4, referente ao Convênio SEPLAN 084/92, assinado em 17.09.92.

Belém, 15 de dezembro de 1994

ELIAS NAIF DAIBES MAROUCHE

Presidente CP94/02033159-6

(G.Reg.7357-Dias 19,23 e 28/12/94)

Portaria nº 12.691, de 13.12.94 - Conceder à servidora IRACEMA AMELIA FRASSO FERREIRA, Auxiliar Administrativo de Apoio ao Controle Interno TC-AC-9, dois (02) meses de licença prêmio, referentes aos trêz (03) meses de 19.04.81 a 19.04.84, nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1995, de acordo com art. 98 da Lei nº 5.810/94. CP94/0203139-1

Portaria nº 12.692, de 13.12.94 - Conceder à servidora ROSA HELENA DOS SANTOS MARTINS, Assessora Técnico Classe "B" TC-AT-4, matrícula nº 0686417, vinte e cinco (25) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 25.11 a 19.12.94. CP94/0203138-3

Portaria nº 12.693, de 13.12.94 - Conceder ao servidor NIOOLAI CASTELO BRANCO RIBEIRO, Assistente de Direção TCE-CPC-200, NM-01, matrícula nº 0100071, oito (08) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 03 a 10.12.94. CP94/0203146-4

Portaria nº 12.694, de 13.12.94 - Antecipar o período de férias relativas ao exercício de 1994, da funcionária ALDA MARIA FERREIRA CORREIA, matrícula nº 100216, Assistente de Direção TCE-CPC-200 NM-01, do mês de janeiro/95, para o período de 26.12.94 a 24.01.95. CP94/0203224-4

Portaria nº 12.695, de 13.12.94 - Conceder à servidora SADA TURIA DA SILVA, Assistente Técnico Classe "B" TC-AT-2, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 05.12.94 a 03.01.95. CP94/0203131-6

Portaria nº 12.696, de 13.12.94 - Ficar as férias relativas ao exercício de 1993, da funcionária MARIA DAS GRACAS FONTES DO NASCIMENTO, matrícula nº 2017342, Assessora Técnico Classe A TC-AT-3, para o período de 29.12.94 a 27.01.95. CP94/0203123-5

Portaria nº 12.697, de 13.12.94 - Conceder ao servidor JOSE MARIA AMARAL CRIVATO, matrícula nº 0178721, Assessor Técnico Classe "A" TC-AT-3, um (01) mês de licença prêmio, referente ao triênio de 30.11.85 a 30.11.88, no período de 02 a 31.01.95, de acordo com o art. 98 da Lei nº 5.810/94. CP94/0203140-5

Portaria nº 12.698, de 14.12.94 - Prorrogar o prazo de serviço de tempo integral, conforme estabelecido a Portaria nº 12.502, de 12.09.94, da servidora ENEA OLIVEIRA E SILVA, TC-AT-2, matrícula nº 0100178, a contar de 01.12.94, considerando o disposto no parágrafo 1º do art. 137 da Lei nº 5.810/94. CP94/0203173-1

Portaria nº 12.699, de 15.12.94 - Dispensar, a pedido, a funcionária WANDA CASTELO BRANCO DE MELO, matrícula nº 0178093, Assessora Técnico Classe "B" TC-AT-4, da função de Controladora da 6ª CCE, a partir desta data. CP94/0203198-7

Portaria nº 12.700, de 15.12.94 - Dispensar, a pedido, a funcionária RAIMUNDA IZABEL DIAS GARCIA, matrícula nº 0178262, Assistente Técnico Classe "B" TC-AT-2, da função de Diretora da Divisão de Auditoria da 6ª CCE, a partir desta data. CP94/0203149-9

Portaria nº 12.701, de 15.12.94 - Dispensar, a pedido, a funcionária MARIA DAS GRACAS SOUZA LOPES, matrícula nº 0178420, Assistente Técnico Classe "B" TC-AT-2, da função de Coordenadora da Coordenação de Recursos Materiais, a partir desta data. CP94/020348-6

Portaria nº 12.702, de 15.12.94 - Dispensar, a pedido, a funcionária SADA TURIA DA SILVA, matrícula nº 0179629, Assistente Técnico Classe "B" TC-AT-2, da função de Diretora da Divisão de Expediente do Departamento de Administração, a partir desta data. CP94/0203190-1

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PRIMA DE JULGAMENTOS

O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O EGREGIO PLENÁRIO DESTA CORTE JULGARA, NA SESSÃO A SER REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 1994, AS 9:00 HORAS, EM SUA SEDE, AS SEGUINTE PRESTAÇÕES DE CONTAS:

01) PROCESSO Nº 940489-03
INTERESSADA: IDALBERTO SANTA BRÍGIDA DE SOUZA
ORIGEM: CAMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1993
RELATOR: CONSELHEIRO ALCIDES ALCANTARA

02) PROCESSO Nº 934245-00
INTERESSADA: MARIA DE AQUINO MESSQUITA
ORIGEM: CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JOSÉ
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO FIRMADO COM A SEMEC
RELATOR: CONSELHEIRO ALCIDES ALCANTARA

03) PROCESSO Nº 941989-00
INTERESSADA: EDNA DOS SANTOS SANTANA
ORIGEM: GEMIO RECREATIVO BENEFICENTE CARNAVALES CO PARANGOLÉ DO SAMBA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO FIRMADO COM A FUNTEL
RELATOR: CONSELHEIRO LAÉRCIO FRANCO

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, em 16 de dezembro de 1994.

A) ANTONIO CARLOS CARVALHO

SECRETARIO GERAL

CP94/0203301-7

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGRO EXTRATIVISTA DO PIRANHA (AGROP)

DENOMINAÇÃO Associação Agro Extrativista do Piranha; DATA DA FUNDAÇÃO: 03/09/94; SEDE E FORO: Vila Gravata, Curionópolis-Pa; PRAZO DE DURAÇÃO: Tempo indeterminado; FINALIDADE: Gerar rendimentos que permitam a seus associados na automanutenção e melhoria de seu padrão de vida, através da administração e exploração da área para fins de agropecuária levando-se em conta a não degradação do meio ambiente, promover a exploração direta de culturas permanentes e temporárias, criações de animais, etc.; ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria; DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros (com mandato de 3 anos); FUNDO SOCIAL: Rendas de compra e venda, auxílios e subvenções recebidas, mensalidades dos sócios; REFORMA DO ESTATUTO: Aprovação pela Assembleia Geral.

ANTÔNIO PIO GOMES DE SOUZA

Presidente

(G.Reg. nº 7361)

RESUMO DO ESTATUTO CENTRO COMUNITÁRIO VERDEJANTE IV

DENOMINAÇÃO: Centro Comunitário Verdejante IV; SEDE E FORO: Rua Osvaldo Cruz, Conj. Verdejante IV Q3 Casa 36, Bairro de Águas Lindas-Belém; DATA DE FUNDAÇÃO: 13 de agosto de 1994; NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil, Sem fins lucrativos; PRAZO DE DURAÇÃO: Tempo indeterminado; FINALIDADE: Incentivar a educação através de escolas, cursos, palestras, seminários e outros meios de atividades que visem divulgar informações úteis à comunidade, tais como: Social, cultural, educacional, esportiva e outras; ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria; DIRETORIA: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro, Coordenador e Relações Públicas; RESPONSABILIDADE: A Diretoria se responsabilizará subsidiariamente pelas obrigações contraídas; FUNDO SOCIAL: Contribuições dos sócios, doações e legados, bens de valores adquiridos e as rendas pelo mês produzidos; REFORMA DO ESTATUTO: Aprovação pela Assembleia Geral; DISSOLUÇÃO: Os bens móveis, maquinários e verbais adquiridos, serão doados a outra entidade congênere devidamente cadastrada no CNAS.

ELIZABETE ALVES SILVA ALMEIDA

Presidente

(G.Reg.7363)

RESUMO DO ESTATUTO CAIXA PESQUEIRA ARTESANAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

DENOMINAÇÃO: Caixa Pesqueira de São Caetano de Odívalas; DATA DE FUNDAÇÃO: 08 de novembro de 1994; NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil, sem fins lucrativos; SEDE E FORO: São Caetano de Odívalas - Vigia-Pai; PRAZO DE DURAÇÃO: Tempo indeterminado; FINALIDADES: Fortalecer a organização econômica, social e política dos pescadores, racionalizar as atividades pesqueiras desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização; ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria; DIRETORIA: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria; 1º e 2º Secretários, Vice-presidente, 1º e 2º Tesoureiros (com mandato de 2 anos); RESPONSABILIDADE: A Diretoria se responsabilizará subsidiariamente pelas obrigações contraídas; FUNDO SOCIAL: Contribuições dos associados, auxílios e doativos, aluguel de imóveis, juros de títulos e depósitos; REFORMA DO ESTATUTO: Aprovação pela Assembleia Geral; DISSOLUÇÃO: Os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, devidamente registrada no CNAS.

JULIO RODRIGUES DO ESPÍRITO SANTO

Presidente

(G.Reg.7361)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

A T O Nº 8651

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 13 do Regimento Interno e à vista do que dispõe a Lei 8.666, de 21.06.93,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor requisitado por este Tribunal, SÉRGIO AUGUSTO SOUZA LEAL, Assistente da Seção de Administração de Edifício e os servidores do Quadro Permanente, WALDSON SILVA, Coordenador de Serviços Gerais e RONALD LUIZ BARROS DA SILVA, Auxiliar Judiciário, Classe B, Pad:Bo.I. para em

comissão, sob a presidência do primeiro, promoverem a licitação nº 46, modalidade CONVITE, a fim de restaurar o sistema de detecção de alarme de incêndio deste Regional.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 06 de dezembro de 1994.

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Presidente

A T O Nº 8657

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74 do Decreto Lei 200/67 e à vista do contido no expediente protocolado sob o nº 13.578(45-359), de 09/12/94,

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de aplicação do Suplemento de Fundos concedido através do ATJ Nº 8528, ao servidor do Quadro Permanente deste Tribunal, REINALDO GARCIA FARIAS, Chefe da Seção de Administração de Edifício, para atender despesas de combustível com viaturas deste Regional, até 31/12/94 e prestação de contas até dia 13/01/95.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 09 de dezembro de 1994.

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Presidente

A T O Nº 8661

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74 do Decreto Lei 200/67,

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de aplicação do Suplemento de Fundos concedido através do ATO nº 8626 de 21/11/94 à servidora MARIA DO CEU CUNHA DE OLIVEIRA, para despesas da Solenidade de Diplomação dos Eleitos nos Pleitos de 1994, até o dia 21/12/94.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 12 de dezembro de 1994.

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Presidente

(G.Reg.7364)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, item XVI do Regimento Interno; o interesse do serviço; o que consta do art. 116 § Único da Constituição Federal combinado com o item XXXIII do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal e art. 600 da CLT e do Of-118-806/94, RESOLVE:

-ATO Nº 396/94: DESIGNAR, com fundamento no artigo 116, § Único e 117, § Único da Constituição Federal em vigor, combinado com os arts. 660 e 662 da CLT, CLODOVIO ARAÚJO FERREIRA, integrante da lista tripartite do SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARÁ, para exercer, até 30.04.95, a função de Suplente de Juiz Classista representante dos Empregadores da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém.

-ATO Nº 397/94: I- DESIGNAR a Auxiliar Judiciária AIDA MARIA MOURA NUNES BRITO, para exercer o encargo de Encarregado do Setor de Cálculos da 11ª JCY de Belém, a partir de 14.12.94. II- ATRIBUIR a referida servidora, gratificação pela representação de gabinete, a nível de Assistente Administrativo.

-ATO Nº 398/94: EXONERAR, a partir de 14.12.94, MIGUEL JACKSON MARIALVA ELISIÁRIO do cargo em comissão de Assistente de Juiz do Gabinete da Presidência da 3ª JCY de Belém, em virtude de sua nomeação e posse no cargo de Auxiliar Judiciário, com lotação na JCY de Parauapebas.

MARILDA WANDERLEY COELHO, Presidente

(Kat. nº 957, Reg. nº 957, Dia: 19/12/94)

DE: Secretária da 2ª Turma
PARÁ:

Pauta de Julgamento da 2ª Turma do E. TRT da 8ª Região, com início a partir das 9:30 horas.

DIA 11.01.95 - QUARTA-FEIRA

01. PROCESSO TRT RO 8391/93. RECORRENTE: TRANSPORTES MARITUBA LTDA. Dr. Raimundo Barbosa Costa. RECORRIDO: WILSON QUEIROZ LIMA E OUTRO. Dr. Reinaldo Barata Ferreira. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juíza Pastora Leal. ORIGEM: JCY de Ananindeua. IMPEDIDOS: Juíza Odete Alves. Sr. Jous Severo.

92. PROCESSO TRT RO 8519/93. RECORRENTE: JOSÉ LUIZ DAS NEVES COSTA. Dr. Olga Bayma da Costa. RECORRIDO: TRANSERVIL - TRANSPORTES DE VALORES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. Dr. Marcus Vinícius do Nascimento. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 48 JCI de Belém. IMPEDIDO: Sr. José Severo.

93. PROCESSO TRT RO 8998/93. RECORRENTE: VIAÇÃO FORTE LTDA. Dr. Nair Ferreira de Lima. RECORRIDO: AMÉRICO CONCEIÇÃO DE SOUZA ROSA. Dr. Abelardo da Silva Cardoso. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Ananindeua. IMPEDIDOS: Juiza Odete Alves. Sr. José Severo.

94. PROCESSO TRT RO 8184/93. RECORRENTE: A. B. C. AGRICULTURA BRASIL NORTE S/A - PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO. Dr. Alécio Pimenta Filho. RECORRIDO: MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA MIRANDA. Dr. Mary Machado Scalécio. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 28 JCI de Belém. IMPEDIDO: Sr. José Severo.

95. PROCESSO TRT RO 7993/93. RECORRENTE: VIAÇÃO PERPÁTUO SOCORRO LTDA. Dr. Raimundo Barbosa Costa. RECORRIDO: LUIZ OTAVIO AMARAL DIOGO. Dr. Carlos Prestes de Brito. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 98 JCI de Belém. IMPEDIDO: Sr. José Severo.

96. PROCESSO TRT RO 6367/93. RECORRENTE: SOCOCO S/A - AGRICULTURAS DA AMAZONIA. Dr. Sumio Shimada. RECORRIDO: JOSÉ CARLOS DE SOUZA. Dr. José Macambira Chagas. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Abaetetuba. IMPEDIDO: Sr. José Severo.

97. PROCESSO TRT RO 7859/93. RECORRENTE: PRODUTOS GRANJEIROS LTDA. Dr. José Cláudio de Brito Filho. RECORRIDO: MARIA LUIZA FRANCO NEVES. Dr. Carlos Prestes Brito. RELATOR: Juiz Fernando Nunes. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 18 JCI de Belém. IMPEDIDO: Sr. José Severo.

98. PROCESSO TRT RO 1949/94. RECORRENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARÁ - COSANPA. Dr. Gilberto Júlio Vasco. RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARÁ - STIUPA. Dr. João José Geraldo. RELATOR: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

99. PROCESSO TRT RO 8535/93. RECORRENTE: PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA. Dr. Amauri Faciola de Souza. RECORRIDO: EDIMAR PINTO DOS SANTOS. Dr. Paula Frassinetti Mattos. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

10. PROCESSO TRT RO 8468/93. RECORRENTE: PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA. Dr. Amauri Faciola de Souza. RECORRIDO: HUMBERTO AUGUSTO SILVA DE ALCANTARA. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

11. PROCESSO TRT RO 8795/93. RECORRENTE: INTERFRIOS - INTERCÂMBIO DE FRIOS S/A. Dr. João José Maroja. RECORRIDO: VILMA DE NAZARÉ SILVA VIEIRA DA CRUZ. Dr. Inocência M. Coelho Júnior. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

12. PROCESSO TRT REXOFF 825/94. RECLAMANTE: GENESIO MARTINS DA SILVA. RECLAMADO: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN. Dr. Elody Nassar de Alencar. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Castanhal.

13. PROCESSO TRT REXOFF E RO 1975/94. RECORRENTE-RECLAMADO: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN. Dr. Rita Molit da Costa. RECORRIDO-RECLAMANTE: ARMANDO VINHAS DE OLIVEIRA. Dr. Euclides Rabelo Alencar. RELATOR: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: JCI de Castanhal.

14. PROCESSO TRT REXOFF 8988/93. RECLAMANTE: ADEMAR ARAÚJO DO EGITO. Dr. Alberto César Pamplona. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 18 JCI de Belém.

15. PROCESSO TRT REXOFF 6466/93. RECLAMANTES: ANA MARIA MOUTINHO COELHO E OUTROS. Dr. Edilberto de Souza Matos. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE JURUTÍ - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Antônio Sales Cardoso. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Obidos.

16. PROCESSO TRT RO 4695/94. RECORRENTES: OSCAR NUNES DE SOUZA. Dr. José Macambira Chagas. SOCOCO S/A - AGRICULTURAS DA AMAZONIA. Dr. Tony Nakauchi de Souza. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiza Rosita Nassar. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

17. PROCESSO TRT REXOFF 6066/93. RECLAMANTE: JOSÉ ALENCAR DA COSTA. Dr. Júlio de Oliveira Bastos. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. João Constantino da Silva. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: JCI de Capangema.

18. PROCESSO TRT RO 8773/93. RECORRENTE: MANOEL RUFINO GOMES. Dr. Tereza Cristina Alves. RECORRIDO: EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA. Dr. Elias Pinto de Almeida. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 18 JCI de Belém.

19. PROCESSO TRT RO 2634/94. RECORRENTE: JORGE AMARAL ESTEVES. Dr. Paula Frassinetti Mattos. RECORRIDO: MUNICÍPIO DE BELÉM - PREFEITURA

MUNICIPAL. Dr. José Ronaldo de Lima. RELATORA: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 108 JCI de Belém.

20. PROCESSO TRT RO 8594/93. RECORRENTE: ENDECO ENGENHARIA LTDA. Dr. José Torres Potyguar. RECORRIDO: DORIVALDO DOS REIS SANTOS. Dr. Maria das Graças Valente. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

21. PROCESSO TRT RO 8609/93. RECORRENTE: SERVINOITE LTDA. Dr. Vanilson Ferreira Hesketh. RECORRIDO: FRANCISCO SALES DA SILVA. Dr. Silvia Eloisa Sodré. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 108 JCI de Belém.

22. PROCESSO TRT RO 2846/94. RECORRENTE: LUCILENE FERREIRA. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos. RECORRIDO: GILBERTO ARAÚJO DO NASCIMENTO. Dr. Hélio Favacho Alves. RELATORA: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

23. PROCESSO TRT RO 8865/93. RECORRENTES: MARIA TEONILA FERREIRA DE MOURA. Dr. Raimundo Ribeiro Caldas. FOSFOROS DO NORTE S/A - FOSNOR. Dr. Artur Alves Ramos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 88 JCI de Belém.

24. PROCESSO TRT RO 8755/93. RECORRENTE: NORSENGEL - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Dr. George Abdou Yazbek. RECORRIDO: ODELI RUI DA SILVA CUNHA. Dr. Nilton Neves Ribeiro. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 98 JCI de Belém.

25. PROCESSO TRT RO 2593/94. RECORRENTE: ANTONIO MIGUEL GIRARD BARROS DA SILVA. Dr. Moacir Guimarães Filho. RECORRIDO: FRUTA OCEANICA BRASILEIRA S/A. Dr. Maria Rosângela de Souza. RELATORA: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 18 JCI de Belém.

26. PROCESSO TRT RO 8739/93. RECORRENTE: EDITORA ABRIL S/A. Dr. Arthur Alves Ramos. RECORRIDO: ARTUR ANTEZANA DA SILVA FILHO. Dr. Paulo Sérgio Costa. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 68 JCI de Belém.

27. PROCESSO TRT RO 8858/93. RECORRENTE: ROSILENE SOARES DE MIRANDA CARNEIRO. Dr. Maria Raimunda Magno Reis. RECORRIDO: BOMPREÇO S/A - SUPERMERCADOS DO NORDESTE. Dr. Francisco Soares Napoleão. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 68 JCI de Belém.

28. PROCESSO TRT REXOFF 3257/94. RECLAMANTE: DOMINGOS LOPES DA SILVA. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: JCI de Castanhal.

29. PROCESSO TRT RO 8979/93. RECORRENTE: MARIA LUCIA MIRANDA SALGADO. Dr. Marcelo Silva de Freitas. RECORRIDO: ESCOLA GONÇALVES DIAS. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 18 JCI de Belém.

30. PROCESSO TRT RO 11096/93. RECORRENTE: EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E RODOVIARIAS - ECCIR. Dr. Edileia Valério. RECORRIDO: MILTON COSTA DE ARAÚJO. Dr. Mary Machado Scalécio. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

31. PROCESSO TRT RO 8823/93. RECORRENTE: PONTE IRMÃOS & CIA LTDA. Dr. Mauro M. da Silva. RECORRIDOS: ANALIA MERCEDES GOMES MACHADO E OUTRAS. Dr. Pedro Rodrigues da Silva. RELATOR: Juiz José Teixeira. REVISORA: Juiza Pastora Leal. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

32. PROCESSO TRT REXOFF E RO 2508/94. RECORRENTE-RECLAMADO: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Sérgio Dias Guimarães. RECORRIDO-RECLAMANTE: LIDIO PEREIRA DA SILVA. RELATORA: Juiza Pastora Leal. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: JCI de Conceição do Araguaia.

33. PROCESSO TRT RO 8873/93. RECORRENTE: MARIA DRENDINA DA SILVA BRANDÃO. Dr. Rui Guilherme Amoras. RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Dr. Francisco Edmir Figueira. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 38 JCI de Belém.

34. PROCESSO TRT RO 465/94. RECORRENTE: CLAUDENICE SILVA MORAES. Dr. Maria José Cavalli. RECORRIDO: JACELY DUARTE PASTANA. Dr. Marcos Vinícius Nascimento. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 108 JCI de Belém.

35. PROCESSO TRT RO 1413/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ. Dr. Mary Lúcia Cohen. RECORRIDO: BANCO DA AMAZONIA S/A - BASA. Dr. Eduardo Nazareno, Farinha. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Severo. ORIGEM: 98 JCI de Belém.

36. PROCESSO TRT RO 3521/94. RECORRENTES: CLAUDIONOR MAGNO DE SOUZA E OUTROS. Dr. Miguel Gonçalves Serra. RECORRIDO: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN. Dr. Iacy Salgado dos Santos. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 68 JCI de Belém.

37. PROCESSO TRT RO 6516/94. RECORRENTE: ILIZETE FRAY. Dr. Elizabeth Biagioni de Maneses. RECORRIDO: ROSALIA RAMOS DA COSTA. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: JCI de Tucuruí.

38. PROCESSO TRT RO 9422/93. RECORRENTE: ANGELO DA CONCEIÇÃO. Dr. Raimundo Luís Modá. RECORRIDO: MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: JCI de Tucuruí.

39. PROCESSO TRT RO 424/94. RECORRENTES: REAMA - REFRIGERANTES DO AMAPÁ S/A. Dr. Lourival Pinheiro Borges. JOSÉ ANTONIO DA SILVA DIAS. (Recurso Adesivo). Dr. Antônio Fernando de Silva e Silva. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: JCI de Macapá.

40. PROCESSO TRT RO 6161/94. RECORRENTES: REFRIGERANTES GARDTO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. Dr. Ricardo Rabelo de Mello. JOSÉ RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS. (Recurso Adesivo). Dr. Armindo Marinho Bentes. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 JCI de Belém.

41. PROCESSO TRT RO 6391/94. RECORRENTE: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DA AMAZONIA S/A. Dr. Simone Cruz Vieira. RECORRIDO: ODELTEMAN PACHECO DAMASCENO DA SILVA. Dr. Ubiratan de Aguiar. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

42. PROCESSO TRT RO 5844/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ. Dr. Sérgio Saraiva Pinto. RECORRIDO: BANCO DA AMAZONIA S/A. Dr. Haroldo Pinheiro da Silva. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 88 JCI de Belém.

43. PROCESSO TRT RO 344/94. RECORRENTE: MARIA JOSÉ DE FREITAS MENDES. Dr. Cynthia Ferreira Santos. RECORRIDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Dr. Maria Clara Nassar. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 78 JCI de Belém. IMPEDIDA: Juiza Rosita Nassar.

44. PROCESSO TRT RO 2819/94. RECORRENTE: LUZIMAR PAES NUNES. Dr. Maria Lúcia da Silva Pimentel. RECORRIDO: ENGETEL - ENGENHARIA CIVIL, ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Dr. Nelson Borges. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 18 JCI de Belém.

45. PROCESSO TRT RO 3956/94. RECORRENTE: PAYSANDU SPORT CLUB. Dr. Edileia Valério. RECORRIDO: ANTONIO NAZARENO DA COSTA SOUZA. Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 JCI de Belém.

46. PROCESSO TRT RO 3441/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARÁ - SEPUB/PA. Dr. João de Lima Paiva. RECORRIDO: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN. Dr. Gilberto Pereira Guimarães. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 88 JCI de Belém.

47. PROCESSO TRT RO 4445/94. RECORRENTES: HUMBERTO OLÍMPIO PEGADO CARVALHO. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos. CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. Dr. Maria Helena da Rocha. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 88 JCI de Belém.

48. PROCESSO TRT RO 9136/93. RECORRENTE: ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A. Dr. Gerson de Oliveira Souza. RECORRIDOS: JUAREZ CORRÊA DE ARAÚJO. Dr. Odval Guarema. MABERVA ENGENHARIA LTDA; PAULO ACATAUASSU TEIXEIRA E OLAVO ACATAUASSU TEIXEIRA. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

49. PROCESSO TRT RO 6521/94. RECORRENTE: BOMPREÇO S/A - SUPERMERCADOS DO NORDESTE. Dr. Francisco Napoleão. RECORRIDO: ODALIA DE FARIAS CARREIRA. Dr. Angela da Conceição Bezerra. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

50. PROCESSO TRT RO 6572/94. RECORRENTE: OSMAR CAVALCANTE. Dr. Luiz da Costa Neto. RECORRIDO: IRINEU CARDOSO DA SILVA. Dr. Zaidé Queiroz França. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 JCI de Belém.

51. PROCESSO TRT RO 2792/94. RECORRENTE: GLEICIEL BECKMAN SANTOS MAIA. Dr. Ubiratan de Aguiar. RECORRIDO: COMERCIAL BOULEVARD LTDA. Dr. Nelson Roffe Borges. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 38 JCI de Belém.

52. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4756/94. RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÚDICA E PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS. Dr. Luiz Carlos de Assis. RECORRIDO: REGINA COELI GUIMARÃES DA SILVA. Dr. Luiz Roberto de Melo. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 38 JCI de Belém.

53. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4768/94. RECORRENTE: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. José Daniel O. da Luz. RECORRIDO: ROSA MARIA LOPES BARROS. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: JCI de Conceição do Araguaia.

54. PROCESSO TRT RO 389/94. RECORRENTE: EDVALDO DAS GRACAS BARBOSA MARIA. Dr. Eliezer Francisco Cabral. RECORRIDO: EIDAI DO BRASIL MADEIRAS S/A. Dr. Tsuguo

Koyama. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISORA: Juiza Odete Alves. ORIGEM: 58 JCI de Belém.

55. PROCESSO TRT RO 6536/94. RECORRENTE: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. Dr. Carlos Torres Potyguar. RECORRIDO: WELLINGTON FONTENELLE CHAVES JÚNIOR. Dr. Silvia Marina Mourão. RELATORA: Juiza

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 3

Odeto Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 38 J CJ de Belém.

56. PROCESSO TRT RO 3058/94. RECORRENTE: EDSON FERNANDO DA SILVA. Drª Olga Bayma da Costa. RECORRIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A - CELPA. Dr. Paulo Sérgio de Moraes. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

57. PROCESSO TRT RO 2886/94. RECORRENTE: COMPANHIA TEXTIL DE CASTANHAL - CTC. Dr. Marcos Gomes de Almeida. RECORRIDO: DELMIRO BATISTA DE ANDRADE. Drª Eriédina Borges Paulo. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Castanhal.

58. PROCESSO TRT RO 4460/94. RECORRENTE: SUPERMERCADO ALMIRANTE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Dr. Mário Pinto Tostes. RECORRIDA: NAZARÉ DO SOCORRO GARCIA FONTEL. Drª Raimunda das Graças Martins. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 28 J CJ de Belém.

59. PROCESSO TRT RO 4344/94. RECORRENTE: JOSÉ PAULO FERREIRA. Drª Vilma Chavaglia. RECORRIDO: ELETROMETAL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Abaetetuba.

60. PROCESSO TRT AI 5919/94. AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - SINTUPPA. Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo. ABRVADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - UFPA. RELATOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 78 J CJ de Belém. IMPEDIDA: Juiza Rosita Nassar.

61. PROCESSO TRT AI 6251/94. AGRAVANTE: CÍRIA CLAUDIA SANTOS CANTAL. Dr. João Carlos Patrazana. ABRVADO: WALDIR FIOK DA SILVA. Dr. Alberico Pimentel Filho. RELATOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 108 J CJ de Belém.

62. PROCESSO TRT AI 6626/94. AGRAVANTE: INDÚSTRIA MINERALÓGICA DO PARA S/A - IMPAR. Dr. Fernando Alves Soares. ABRVADO: JORGE VALIM DOS SANTOS. Dr. Adilson Mota Alves. RELATOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Ananindeua.

63. PROCESSO TRT AI 4116/94. AGRAVANTE: ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA. Dr. Claudio Monteiro Gonçalves. ABRVADO: ANTONIO RODRIGUES DE ANDRADE. Dr. Antônio dos Reis Pereira. RELATOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 J CJ de Belém.

64. PROCESSO TRT RO 5685/94. RECORRENTE: ANTONIO VIEIRA DE SOUZA E OUTROS. Dr. Carlos Prestes de Brito. RECORRIDO: RAPIDO MARAJÓ LTDA. Dr. Raimundo Barbosa Costa. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Ananindeua.

65. PROCESSO TRT REXOFF 5483/94. RECLAMANTE: LUZIA LIMA MATOS. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE ÓBIDOS - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Óbidos.

66. PROCESSO TRT RO 9263/93. RECORRENTES: BANCO ITAU S/A. Dr. Paulo Chermont. ODILON CERQUEIRA LEITE. Drª Kelli Vilela. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz José Severo. ORIGEM: J CJ de Marabá.

67. PROCESSO TRT REXOFF 4976/94. RECLAMANTE: RAIMUNDO DE SOUZA DIAS. Dr. Raimundo Luis Moda. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Tukurui.

68. PROCESSO TRT AP 4118/94. AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Laudomício Nazareth Ferreira. ABRVADO: MANOEL DE JESUS VILHENA BITTENCOURT. Dr. Brasil Rodrigues de Araújo. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Abaetetuba.

69. PROCESSO TRT RO 9068/93. RECORRENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BELÉM E ANANINDEUA - PARA. Dr. Leonardo da Paixão. RECORRIDO: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGENS, TÉCNICOS, DUCHISTAS, MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARA. Dr. Walter Nogueira da Silva. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz José Severo. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

70. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4400/94. RECORRENTE: INSTITUTOS DE TERRAS DO PARA. Drª Maria de Nazaré Grelo Miranda. RECORRIDO: CLAUDIO DE BARROS PAES. Dr. João José Geraldo. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 28 J CJ de Belém.

71. PROCESSO TRT RO 5603/94. RECORRENTE: NATANAEL PATRÍCIO AMÉRICO E OUTROS. Drª Elizabeth Biagioni de Menezes. RECORRIDO: JOSÉ SOARES DO COUTO FILHO. Dr. Antônio Lopes Valadão. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Tukurui.

72. PROCESSO TRT RO 8789/93. RECORRENTES: ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A. Drª Paula Maia Brasil. SAMANUEL MOREIRA DE SOUZA. Drª Ana Leuda Brasil Matos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz José Severo. ORIGEM: 108 J CJ de Belém.

73. PROCESSO TRT REXOFF 9368/93. RECLAMANTE: JOSÉ MARIA RODRIGUES MIRANDA. RECLAMADA: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS. Drª Regina Régia Cunha. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Abaetetuba.

74. PROCESSO TRT REXOFF 10991/93. RECLAMANTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA. Drª Aurenice P. Botelho. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Marabá.

75. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4183/94. RECORRENTE: MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-ACU - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. João Augusto Oliveira Júnior. RECORRIDO: ELIONETE DO SOCORRO LIMA ASSUNÇÃO. Dr. Olavo C. de Oliveira Júnior. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Castanhal.

76. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4161/94. RECORRENTE: IZABEL DA SILVA DE SOUZA. Drª Vilma Chavaglia. RECORRIDO: MUNICÍPIO DE MOJU - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Abaetetuba.

77. PROCESSO TRT RO 352/94. RECORRENTE: NORSEGERL - VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Dr. Adelmo Caxias de Sousa. RECORRIDO: RAIMUNDO BATISTA NERI. Dr. Hilton Gonçalves Ribeiro. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Macapá.

78. PROCESSO TRT REXOFF 15/94. RECLAMANTE: SIMONE DAS NEVES PINHEIRO. Dr. Antônio Guimarães Cardoso. RECLAMADOS: MUNICÍPIO DE TERRA SANTA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Edilberto de Souza Matos. MUNICÍPIO DE FARO - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Óbidos.

79. PROCESSO TRT RO 2880/94. RECORRENTE: COMPANHIA TEXTIL DE CASTANHAL - CTC. Dr. Marcos Gomes de Almeida. RECORRIDAS: RITA HELENA DE SOUZA OLIVEIRA E OUTRA. Drª Eriédina Borges Paulo. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Castanhal.

80. PROCESSO TRT RO 3419/94. RECORRENTES: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Dr. José Américo O. da Silva. EDSON FERREIRA BRITO. Drª Aurenice Pinheiro Botelho. RECORRIDOS: OS MESMOS E ENEFER - CONSULTORIA, PROJETO LTDA. Drª Ana Maria Grafulha. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Marabá.

81. PROCESSO TRT REXOFF 10101/93. RECLAMANTE: MANOEL DOS SANTOS NASCIMENTO. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Luiz Rodolfo Carneiro. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Santarém.

82. PROCESSO TRT RO 3721/94. RECORRENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS CORREIA SOBRINHO. Drª Socorro Guimarães. RECORRIDO: THEMAG ENGENHARIA LTDA. E OUTROS. Dr. José Américo O. da Silva. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Marabá.

83. PROCESSO TRT RO 2883/94. RECORRENTE: COMPANHIA TEXTIL DE CASTANHAL - CTC. Drª Clausa Von Scharfen. RECORRIDOS: MARIA DO SOCORRO SILVA PENA E OUTROS. Drª Eriédina Borges Paulo. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Castanhal.

84. PROCESSO TRT AP 9897/93. AGRAVANTE: UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Drª Maria Deusa A. da Silva. ABRVADO: EDUARDO ALBERTO DE BARROS CORDEIRO E OUTROS. Dr. Waldir Pinheiro de Oliveira. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

85. PROCESSO TRT RO 693/94. RECORRENTE: JOSÉ CUPERTINO SALUSTIANO DOS SANTOS. Drª Niltes Neves Ribeiro. RECORRIDO: BOMPREÇO S/A - SUPERMERCADOS DO NORDESTE. Dr. Francisco Soares Napoleão. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 38 J CJ de Belém.

86. PROCESSO TRT RO 3225/94. RECORRENTE: TICKET - SERVIÇOS, COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA. - DIVISÃO GR. Dr. Ricardo Thomé Chamié. RECORRIDO: ADEMAR DE MELO LOBATO. Drª Olga Bayma da Costa. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

87. PROCESSO TRT RO 4245/94. RECORRENTE: RAIMUNDO DA VERA CRUZ MENEZES. Dr. Miguel Gonçalves Serra. RECORRIDO: FROTA - FROTA AMAZÔNICA S/A. Drª Maria Rosângela da Silva. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 48 J CJ de Belém.

88. PROCESSO TRT REXOFF 10118/93. RECLAMANTES: DOMINGAS EVANGELISTA COELHO E OUTROS. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE PRAINHA - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Adanor G. Malcher. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: J CJ de Almeirim.

89. PROCESSO TRT RO 3909/94. RECORRENTE: MARIA DE FÁTIMA COSTA. Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos. RECORRIDO: CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARA. Dr. Pedro Raimundo Mello. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 18 J CJ de Belém. IMPEDIDO: Juiz Vicente Fonseca.

90. PROCESSO TRT RO 3981/94. RECORRENTES: ISAIAS FERREIRA DA COSTA. Drª Sônia Kerber Almeida. FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA. Drª Aurea de Fátima Bechara. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 48 J CJ de Belém.

91. PROCESSO TRT RO 8354/93. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A - CELPA. Dr. Paulo Sérgio Moraes. RECORRIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES LOPES. Dr. Antônio A. da Cunha Neto. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

92. PROCESSO TRT RO 5861/94. RECORRENTE: JAIME DAMASCENO LIMA. Drª Ely Fátima de Souza. RECORRIDO: ESTALEIROS BACIA AMAZÔNICA S/A. Dr. Ricardo Rebelo de Mello. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 J CJ de Belém.

93. PROCESSO TRT RO 4206/94. RECORRENTE: KIVOSHI KIKUCHI. Drª Olga Bayma da Costa. RECORRIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A. Dr. Rui Guilhon Coutinho. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 38 J CJ de Belém.

94. PROCESSO TRT RO 4845/94. RECORRENTES: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARA. Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo. COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA S/A. Drª Maria Bentes de Mendonça. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 68 J CJ de Belém.

95. PROCESSO TRT RO 8754/93. RECORRENTES: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE. Dr. Almerindo Augusto Trindade. IVANDI SANTANA DA CRUZ E OUTROS. Drª Paula Frassinetti Mattos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz José Severo. REVISOR: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 98 J CJ de Belém.

96. PROCESSO TRT RO 4411/94. RECORRENTE: ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A. Drª Paula Fernanda Brasil. RECORRIDO: RICARDO MARINHO DE SOUZA. Drª Ana Cristina Costa de Souza. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 58 J CJ de Belém.

97. PROCESSO TRT RO 4044/94. RECORRENTE: JOSÉ MARIA DA ROCHA LUZ. Drª Carla Jorge Melen. RECORRIDO: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. Dr. Antônio Maria Cavalcante. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: 38 J CJ de Belém.

98. PROCESSO TRT RO 3861/94. RECORRENTE: SIDINEI RENATO VASCONCELLOS CORREIA. Dr. Manoel Barros Costa. RECORRIDO: BANCO DO BRASIL S/A. Dr. Lenewton Athayde. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz José Teixeira. ORIGEM: J CJ de Conceição do Araguaia.

Acórdãos do Pleno

(9274 à 9330/94)

ACORDÃO Nº 9274/94

PROCESSO TRT ED 8885/94

RELATOR : JUIZ VICENTE FONSECA

EMBARGANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Advogado(s) : Dr.(a) José Cláudio M. de Brito Filho

EMBARGADO(S) : SINDICATO DO SEMPREGADOS EM

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NOS ESTADOS

DO PARÁ E AMAPÁ

Advogado(s) : Dr.(a) Sérgio W. Albuquerque Costa e outros

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS

Advogado(s) : Dr.(a) Marilena Moraes Barbosa Funari e outro

EMENTA : MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ATUA COMO PARTE.

INTIMAÇÃO

Se o Ministério Público atua no processo como parte,

desnecessária a intimação pessoal de que trata o art. 236, § 2º, do

Código de Processo Civil, e o art. 48, inciso II, alínea "h" da Lei

Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Considera-se intimado o

Ministério Público na própria sessão de julgamento, em que estava

presente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do

Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos

de declaração, porque intempestivos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 9275/94

PROCESSO TRT AR 3452/94

RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI

AUTOR(S) : JOAQUIM MACEDO CORREA

Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes e outros

RÉU(S) : JOAQUIM FONSECA NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO

S/A

Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Carlos da Silva Pantoja e outros

EMENTA : A ação reclusória não é o meio adequado para

obter-se a reforma do julgado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do

Trabalho da Oitava Região, unanimemente em julgar improcedente a

presente ação. Custas pelo autor na quantia de R\$200,00 sobre R\$

10.000,00.

ACORDÃO Nº 9276/94

PROCESSO TRT AR 580/94

RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI

AUTOR(S) : SILNAVE S/A

Advogado(s) : Dr.(a) José Ronaldo Vieira

RECORRIDO(S) : MANOEL PEREIRA PANTOJA

Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Fernando da Silva e Silva

EMENTA : Não há coisa julgada entre dissídio individual e

dissídio coletivo, eis que inexiste reprodução de ação anteriormente

ajuzadas, já que ausentes a identidade de parte, causa de pedir e

pedido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do

Trabalho da Oitava Região, unanimemente em julgar totalmente

improcedente a presente ação. Custas pelo Autor na quantia de

R\$200,00 sobre R\$10.000,00.

ACORDÃO Nº 9277/94

PROCESSO TRT MS 5754/94

RELATORA : JUIZA MARIA JOAQUINA

IMPETRANTE(S) : UNIÃO FEDERAL - COMPANHIA DE

DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - CODEASA

Advogado(s) : Dr.(a) Maria Madalena Carneiro Lopes

IMPETRADO(S) : EXMO. SR. JUIZ PRESIDENTE DA MM. J CJ DE

MACAPÁ

EMENTA : MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO. Não

cabe mandado de segurança contra decisão ou despacho judicial,

quando haja recurso específico nas leis processuais ou possam ser

modificados através de medida correicional, conforme art. 8º, inciso I,

da Lei nº 1.533/61.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, porque incabível na espécie.

ACORDÃO Nº 9278/94
PROCESSO TRT Nº 9184/94
RELATORA : JUÍZA MARIA JOAQUINA
IMPETRANTE(S) : DIÁRIO 3 DO PARÁ LTDA.
Advogado(s) : Dr. Carlos Pedro Furtado
IMPETRADO(S) : EXMº SR. JUIZ PRESIDENTE DA 7ª JCJ DE BELÉM

EMENTA : MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. Deve ser negada a segurança quando não ficou caracterizada, de forma inequívoca, a existência de direito líquido e certo do impetrante em resiliir os contratos de trabalho de seus empregados jornalistas, que estariam exercendo a profissão sem a devida habilitação em curso específico.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, denegar a segurança impetrada, em face da ausência do direito líquido e certo invocado e manter a liminar concedida pelo Exmº Sr. JUIZ Presidente da 7ª JCJ de Belém, na ação cautelar nº 1.148/94.

ACORDÃO Nº 9279/94
PROCESSO TRT A REG 9189/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Advogado(s) : Dr.(a) Miguel Pires
AGRAVADO(S) : JOÃO ROBERTO PIZANÇO

EMENTA : MANDADO DE SEGURANÇA - DESCABIMENTO
 Descabe o writ quando o ato dito abusivo pode ser discutido em recurso próprio, previsto expressamente na legislação trabalhista.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo; negar a preliminar de impedimento da Exmª Juíza Relatora, arguida pelo Ministério Público, à falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Custas pela agravante, sobre o valor dado à causa (ação de mandado de segurança) R\$1.000,00, na quantia de R\$20,00. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9280/94
PROCESSO TRT A REG 7809/94
RELATOR : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ANTONIA DE LIMA MONTEIRO

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada.

ACORDÃO Nº 9281/94
PROCESSO TRT A REG 7369/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : EUNICE MARIA DA SILVA MACEDO

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9282/94
PROCESSO TRT A REG 7371/94
PROLATOR : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : LEILA MARIA NASCIMENTO COSTA

EMENTA : FUNDADAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ - FUNCAP

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9283/94
PROCESSO TRT A REG 7372/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo

AGRAVADO(S) : JOÃO JORGE SOARES ROCHA
E
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ - FUNCAP

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9284/94
PROCESSO TRT A REG 7377/94
PROLATOR(A) : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : LUIS RENATO FRANCO HAGMANN DE FIGUEIREDO E OUTROS

EMENTA : CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9285/94
PROCESSO TRT A REG 7380/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : IDEVAL MANOEL DOS SANTOS E OUTROS

EMENTA : HEMOPA - CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor público.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9286/94
PROCESSO TRT A REG 7381/94
RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ESNITA DE OLIVEIRA SIMPLICIO

EMENTA : CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

EMENTA : Sendo a agravante parte legítima no feito, não lhe cabe o direito de propor mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada.

ACORDÃO Nº 9287/94
PROCESSO TRT A REG 7382/94
RELATORA : JUÍZA ODETE ALVES
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ANA BELA DE SOUZA ANDRADE E OUTROS

EMENTA : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ - IDESP

EMENTA : AGRAVO REGIMENTAL - MANDADO DE SEGURANÇA - LIBERAÇÃO DE DEPÓSITOS DO FGTS - Mantém-se a decisão que indeferiu liminarmente a inicial do Mandado de Segurança

que visava tornar sem efeito Alvará expedido para liberação do FGTS, por ser incabível na espécie. Ademais, a Caixa Econômica Federal não tem o direito de figurar no polo passivo da relação processual onde se discute a liberação dos depósitos do FGTS, em face da extinção do contrato de trabalho. Ainda que se admita a sua condição de gestora do Fundo, essa atribuição não pode ser alargada para fazê-la parte, visto que não participou da relação laboral.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada.

ACORDÃO Nº 9288/94
PROCESSO TRT A REG 7385/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : MILTON FARIAS UCHOA

EMENTA : FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ - FUNCAP

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9289/94
PROCESSO TRT A REG 7386/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : NELCY SILVA QUINTO E OUTRO

EMENTA : FUNDAÇÃO DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ - FTERPA

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9290/94
PROCESSO TRT A REG 7387/94
PROLATOR(A) : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : DILMA CONCEIÇÃO BATISTA GONÇALVES E OUTROS

EMENTA : ESTADO DO PARÁ - HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - INSTITUTO OPHIR LOIOLA

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
 Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9291/94
PROCESSO TRT A REG 7391/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : LUIS OTÁVIO ROMERO DE ARAÚJO COSTA

EMENTA : FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9292/94
PROCESSO TRT A REG 7392/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : CARLOS GONÇALVES GOMES E OUTROS

EMENTA : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9293/94
PROCESSO TRT A REG 7394/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ISAAC DE CARVALHO CHAGAS

EMENTA : FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9294/94
PROCESSO TRT A REG 7397/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ELIZABETH MARIA MARQUES FERNANDES

EMENTA : INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico de servidor pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Prolatou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0409

CADERNO 4

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.862

BELEM — SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1994

ACORDÃO Nº 9296/94
PROCESSO TRT A REG 7407/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : MARNEDE DE OLIVEIRA DIAS
E
SECRETARIA DE ESTADO E PROMOÇÃO SOCIAL - SETEP

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9298/94
PROCESSO TRT A REG 7419/94
RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : WILSON LUIZ RIBEIRO DA COSTA
E

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ

EMENTA : Sendo a agravante parte legítima no feito, não lhe cabe o direito de propor mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para manter a decisão agravada.

ACORDÃO Nº 9297/94
PROCESSO TRT A REG 7475/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : JOSÉ PORFÍRIO DE LIMA E OUTROS
E
ESTADO DO PARÁ - HOSPITAL OPHIR LOKOLA

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9299/94
PROCESSO TRT A REG. 7487/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : INETE DE JESUS FURTADO SOTELO
E

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9298/94
PROCESSO TRT A REG. 7488/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ELZA AMARAL
E

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9300/94
PROCESSO TRT A REG. 7711/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : GILSON NAZARENO PINTO DE AZEVEDO
E
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBBEP

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9301/94
PROCESSO TRT A REG. 7718/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : MARIO RAMOS DA SILVA
E
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9302/94
PROCESSO TRT A REG 7721/94
PROLATORA : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : IRAN DOS SANTOS SA
E
HEMOPA - CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ

EMENTA : Não é a Caixa Econômica Federal parte legítima para discussão que envolve liberação do FGTS, por mudança de regime jurídico do servidor de fundação pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente agravo e, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. decisão agravada. Proletou o acórdão a Exmª Juíza Lygia Oliveira.

ACORDÃO Nº 9303/94
PROCESSO TRT A REG 8067/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : AURORA MOREIRA DO NASCIMENTO
E
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9304/94
PROCESSO TRT A REG 8068/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : EDITE LAMEIRA ROMA
E

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9305/94

PROCESSO TRT A REG 8075/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : CARLOS ALBERTO BARBOSA MARQUES
E
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para

que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9306/94
PROCESSO TRT A REG 8076/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : ROBERTO FRANCISCO DE SOUZA FERREIRA
E
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9307/94
PROCESSO TRT A REG 8078/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : RAIMUNDO ASSUNÇÃO BAHIA E OUTROS
E
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9308/94
PROCESSO TRT A REG 8080/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : MARIO FERNANDO PROENÇA CORDEIRO
E
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9309/94
PROCESSO TRT A REG 8081/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : IVONE LUIZ DA SILVA
E
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

EMENTA : FGTS - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTS e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.336/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTS em Juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade de parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9310/94
PROCESSO TRT A REG 8084/94
PROLATORA : JUÍZA MARILDA COELHO
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTs e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTs em juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade da parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9336/94
PROCESSO TRT A REG 8387/94
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado(s) : Dr.(a) Nelson do Carmo Figueiredo
AGRAVADO(S) : MARIA ROSA AYRES NUNES
E
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

EMENTA : FGTs - ILEGITIMIDADE DE PARTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Cabe ao Ministério da Ação Social a gestão da aplicação do FGTs e à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Operador (Art. 4º da Lei 8.036/90), não havendo autorização legal para que a CEF represente o gestor do FGTs em juízo. Mantida a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança, por ilegitimidade da parte.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada. Designada prolatora do Acórdão a Exmª Juíza Marilda Coelho.

ACORDÃO Nº 9337/94
PROCESSO TRT DC 3348/94
RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI
DEMANDANTE(S) : SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE MOJU, ACARÁ, TAILÂNDIA E BREU BRANCO
Advogado(s) : Dr.(a) Luchivaldo da Silva Ribeiro e outro

DEMANDADO(S) : FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA

EMENTA : Se não houve esgotamento de tentativa de negociação para formalização de convenção coletiva, extingue-se o processo sem julgamento do mérito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em extinguir o processo sem julgamento do mérito, nos termos da fundamentação, ressalvados os acordos homologados. Custas na quantia de R\$200,00 sobre R\$10.000,00.

ACORDÃO Nº 9338/94
PROCESSO TRT DC 2788/94
RELATOR : JUIZ DOMENICO FALESI
DEMANDANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS ENTIDADES PÚBLICAS CONCESSIONÁRIAS DO SISTEMA DE TRANSPORTES E DO TRÁFEGO URBANO DO MUNICÍPIO DE BELÉM - SINTBEL
Advogado(s) : Dr.(a) José Ednelson dos Santos Figueira
DEMANDADO(S) : COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM - CTBEL

EMENTA : O município é a base territorial mínima para a constituição de um sindicato. É constitucionalmente vedada a criação de sindicato de uma só empresa, posto que isso implica restringir aquém dos limites do município o âmbito de atuação da entidade sindical.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em determinar o desentranhamento de todos os documentos juntados após o encerramento da instrução processual, salvo o instrumento de procuração, eis que intempestivos; sem divergência, acolher a preliminar de ilegitimidade "ad causam", extinguindo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Custas pelo demandante na quantia de R\$200,00 sobre R\$10.000,00.

ACORDÃO Nº 9339/94
PROCESSO TRT DC 4618/94
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA
DEMANDANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO NO MUNICÍPIO DE ANANÍDEUA - ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr. Raimundo Fagundes Lopes
DEMANDADO(S) : SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIAS DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA : DISSÍDIO COLETIVO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DE PROPOSTA-BASE.
Indefere-se a inicial de dissídio coletivo, quando a mesma não se faz acompanhar por proposta-base, como determina o art. 867, da CLT.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, extinguir o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC.

ACORDÃO Nº 9339/94
PROCESSO TRT DC 4198/94
PROLATOR : JUIZ DOMENICO FALESI
DEMANDANTE(S) : SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Lúcia do Carmo X. Cohen
DEMANDADO(S) : SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO - SINAMBE (Delegacia Sindical da Região Norte)
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Pereira Custódio e outros

EMENTA : Juízo parcialmente procedente o dissídio coletivo que visa melhorias nas condições salariais.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em julgá-lo em parte procedente, para estabelecer a seguinte sentença normativa:

CLÁUSULA I - REAJUSTE SALARIAL - Os salários dos integrantes da categoria profissional demandante serão reajustados, a partir de 1º de maio de 1994, utilizando-se a fórmula seguinte: a) aplicação sobre os salários vigentes em 28.02.94 da variação acumulada integral do INPC, apurada no período de 1º.08.93 a 28.02.94, descontando-se os aumentos espontâneos e computáveis concedidos no mencionado período, exceto os decorrentes de término de aprendizagem, implementação de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, localidade ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado; b) divisão do salário reajustado com base no item anterior, pela URV vigente em 1º de março de 1994 (CR\$447,80), ficando os salários, a partir de março/94, convertidos em URV, aplicando-se, a partir desse mês, a política salarial vigente.
CLÁUSULA II - VIGÊNCIA - A presente sentença normativa terá vigência de um ano, a contar de 1º de maio de 1994. A cláusula I foi aprovada por maioria de votos, vencidas as Exmªs Juízas Relatora e Odete Alves para cada uma das partes. Designado prolator do Acórdão o Exmª Juiz Revisor. O Exmª Procurador do Trabalho solicitou e lhe foi deferido a notificação pessoal da publicação do Acórdão desta decisão.

Belém, 17 de novembro de 1994

EDMUNDO AUGUSTO CABRAL RAMOS
Diretor do Serviço de Acórdãos e Jurisprudência

Acórdãos da 1ª Turma
(9331 a 9397/94)

ACORDÃO Nº 9331/94
PROCESSO TRT RO 10.388/93
ORIGEM : 8ª CJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Firme Ferraz Filho
RECORRIDO(S) : ALTEVIR DE OLIVEIRA CARDOSO E OUTROS

EMENTA : Planos Econômicos - Diferenças
Devidas aos reclamantes as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso da reclamada, porque em ordem; considerar interposta a remessa obrigatória, por força de lei; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar, em face da reiterada jurisprudência do E. Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do § 4º do artigo 8º do Decreto-Lei 2338/97, do inciso I do artigo 1º do Decreto-Lei 2428/88, dos artigos 6º e 8º da Lei 7738/88 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 164/90; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para manter integralmente a r. decisão recorrida, com as determinações quanto à capa do processo, constantes da fundamentação, custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 9332/94
PROCESSO TRT AP 10.087/93
ORIGEM : 9ª CJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
AGRAVANTE(S) : IRMÃOS REZENDE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Gilson Facioli de Souza
AGRAVADO(S) : MAZEM REGINA MONTEIRO LOBO
Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Rodrigues da Silva

EMENTA : AGRAVO DE PETIÇÃO - DEPÓSITO PRÉVIO
É necessário o depósito prévio no agravo de petição quando a execução não está garantida com dinheiro e sim com bens penhorados, que não a garantem para efeito de recurso.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do agravo porque deserto, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 9333/94
PROCESSO TRT RO 10.979/93
ORIGEM : 10ª CJ DE CASTANHAL
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : LUZ CARLOS LIMA BARROS

Advogado(s) : Dr.(a) Edilson Araújo dos Santos
RECORRIDO(S) : PENA BRANCA DO PARÁ S/A
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria L. dos Santos

EMENTA : Provado, agora, que o ajuizamento da reclamação foi feito no último dia do prazo para tal, é de se atestar a prescrição da ação, para que as questões nele postas sejam decididas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade do processo, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, afastando a prescrição, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem, para que decida as questões constantes da reclamação, como entender de direito. Custas a final.

ACORDÃO Nº 9334/94
PROCESSO TRT RO 11.816/93
ORIGEM : 10ª CJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ALNIR DE JESUS SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Sílmio Isaac Banaszky
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ENHYRA S/A e sua sucessora SABINO DE OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO SANAVE
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Fernando de Luz

EMENTA : Não provada a existência de mal de duas viagens realizadas em cada um dos contratos de trabalho referidos na reclamatória, não se pode aceitar a tese de transformação dos referidos pactos em indeterminado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença, deferir ao reclamante a correção e juros sobre a parcela de FGTs paga diretamente pela empresa nos dois contratos (2º e 3º) mencionados na inicial, além do salário retido de quatro dias, com juros e correção, a apurar em liquidação, mantida a r. decisão nos seus demais termos. Custas pela empresa, sobre o valor da condenação que agora lhe é imposta, arbitrada para esse efeito em CR\$298.000,00, na quantia de CR\$4.000,00, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 9336/94
PROCESSO TRT RO 10.826/93
ORIGEM : 4ª CJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : FRANCISCO DAS CHAGAS SALES DE CARVALHO
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes
JOAQUIM FONSECA NAVEGAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Carlos Silva Pantoja
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; determinar o desentranhamento da contramanda apresentada pelo reclamante, porque intempestiva; por maioria de votos, negar provimento ao recurso da reclamada, vencido em parte o Exmª Juiz Domenico Falezi que indeferiu as diferenças dos planos econômicos; sem divergência, dar provimento parcial ao recurso do reclamante, para deferir-lhe a indenização de férias não gozadas, com 1/3, a apurar em liquidação de sentença, com juros e correção, pelos períodos não abrangidos pela prescrição quinquenal; manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 9336/94
PROCESSO TRT REX OFF 10.388/93
ORIGEM : CJ DE MARABÁ
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : SÔNIA MARIA GONÇALVES E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Ronaldo Giusti Abreu
RECORRIDO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria do Socorro G. de Souza

EMENTA : Auxílio-alimentação - Indevida a suspensão
Parcela instituída pelo órgão empregador para pagamento mensal não poderia ser suspensa, como foi, por determinado período, constituindo tal ofensa ao princípio constante do art. 448 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa obrigatória; rejeitar a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida. Custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 9337/94
PROCESSO TRT ED 8322/94
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de Aguiar Quelroz
EMBARGADO(S) : JOÃO DE OLIVEIRA TEIXEIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Abelardo S. Cardoso

EMENTA : EMBARGOS DECLARATÓRIOS - REJEIÇÃO
Uma vez não havendo dúvida, omissão, contradição ou obscuridade no v. Acórdão embargado, rejeitam-se os declaratórios.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por nada haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante a multa prevista na lei.

ACORDÃO Nº 9338/94
PROCESSO TRT ED 8329/94
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de Aguiar Quelroz
EMBARGADO(S) : MARLI DOS SANTOS AMORIM
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cavalli

EMENTA : EMBARGOS DECLARATÓRIOS - REJEIÇÃO
Uma vez não havendo dúvida, omissão, contradição ou obscuridade no v. Acórdão embargado, rejeitam-se os declaratórios.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por nada haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante a multa prevista na lei.

ACORDÃO Nº 9338/94
PROCESSO TRT ED 8174/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : TRANSLUTA - TRANSPORTADORA DE JUTA DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Tito Eduardo V. Couto e outros
EMBARGADO(S) : MANOEL DOS SANTOS AMORIM
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra

EMENTA : Havendo omissão na decisão embargada, acolhem-se os embargos declaratórios para saná-la.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos e os acolher em parte para, em razão da espontaneidade, determinar que seja observada na decisão embargada a compensação do reajuste salarial concedido ao reclamante em

fevereiro/98, conforme os fundamentos, mantendo o v. Acórdão em todos os seus demais termos.

ACORDÃO Nº 8348/94
PROCESSO TRT REX OFF E RO 4723/93
ORIGEM : JCJ DE SATARÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Edmilson Lopes Figueira
RECORRIDO(S) : AGOSTINHO BATISTA PIRES E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Sérgio Hailton da Silva Duarte e outros

EMENTA : IPC DE MARÇO/90
 É inconstitucional o dispositivo de lei que viola direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90 e, no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Isento o reclamado do pagamento de custas, a teor do disposto na Lei nº 8.429/93.

ACORDÃO Nº 8341/94
PROCESSO TRT RO 8618/93
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : JOSE GILBERTO QUEDES TAVARES
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos e outros
RECORRIDO(S) : COMPANHIA DAS DOÇAS DO PARÁ - CDP

EMENTA : É inconstitucional o dispositivo de lei que viola direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso mas negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 8342/94
PROCESSO TRT REX OFF E RO 3146/93
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : LCE MARIA CABRERA FERREIRA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz de Marillac Campelo e outro

EMENTA : É inconstitucional o dispositivo de lei que viola direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer da remessa de ofício, porque incabível na espécie; conhecer dos recursos voluntários das partes, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso da reclamada por deserção, suscitada pelas reclamantes em contra-razões, e a preliminar de coisa julgada, suscitada pela reclamada, por falta de amparo legal; ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90 e, no mérito, negar provimento ao recurso da reclamada e dar provimento ao recurso dos reclamantes para, reformar parcialmente a decisão recorrida, dela excluir a compensação do reajuste de 80,32%, mantendo seus demais termos. Custas como fixadas em 1º grau.

ACORDÃO Nº 8343/94
PROCESSO TRT RO 230/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : B S E - TRANSPORTE EXPRESSO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Roberto Mendes Ferreira
RECORRIDO(S) : MÁRIO KATO
Advogado(s) : Dr.(a) Mário Ferreira Vieira

EMENTA : Não se conhece de recurso firmado por advogado sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8344/94
PROCESSO TRT RO 51/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : MARCOS MARCELINO & CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Elias Pinto de Almeida
RECORRIDO(S) : ANTONIO PAULO DE LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Lúcia de Carmo X. Cohen

EMENTA : Diferença do IPC de março/90 - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8345/94
PROCESSO TRT RO 51/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : MARCOS MARCELINO & CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Elias Pinto de Almeida
RECORRIDO(S) : ANTONIO PAULO DE LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Lúcia de Carmo X. Cohen

EMENTA : Diferença do IPC de março/90 - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8346/94
PROCESSO TRT REX OFF E RO 3488/93
ORIGEM : JCJ DE SATARÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS
Advogado(s) : Dr.(a) Regina Regia Cunha
RECORRIDO(S) : ENIL FRANCISCO ALMEIDA ARAÚJO

EMENTA : Diferença do IPC de março/90 - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nivaldo S. Duarte
EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS
 São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso voluntário da reclamante por falta de habilitação regular de sua subscritora, conhecer da remessa de ofício; rejeitar as preliminares de prescrição e exceção de incompetência de Juízo "EX RATIONE MATERIAE" e "EX RATIONE PERSONAE", por falta de amparo legal; ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo ao § 4º do art. 8º do Decreto-lei 235/67, ao item I do art. 1º do Decreto-lei 2425/88, aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/88 e ao item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90 e, no mérito, negar-lhes provimento para confirmar a decisão recorrida. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 8348/94
PROCESSO TRT RO 187/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mário Sérgio Pinto Tostes

EMENTA : Diferenças salariais dos chamados planos econômicos do Governo Federal - Direito adquirido aos respectivos percentuais.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso da reclamada; por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Relatora, conhecer do recurso adesivo do reclamante; ratificar, em face da literatura jurisprudencial do Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/88 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, dar provimento parcial ao adesivo do reclamante para afastar da condenação a limitação ali imposta à diferenças concedidas, vencidos os Exm's Juizes Hermes Tupinambá Neto e Domenico Falei; à unanimidade, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 8347/94
PROCESSO TRT RO 361/94
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ESTACON ENGENHARIA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Cabral de Castro
RECORRIDO(S) : MANOEL ALMEIDA NUNES E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Edmilson Farias Monteiro

EMENTA : Não se conhece de recurso, cuja comprovação do depósito ad recursum está em fotocópia não autenticada. (Aplicação da regra constante do art. 830 da CLT).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do presente recurso, porque irregular a comprovação do depósito ad recursum. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 8348/94
PROCESSO TRT RO 1801/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : JOÃO MIRANDA DE FARIAS E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outra
RECORRIDO(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilma Rodrigues Valério dos Santos e outros

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende o direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7730/88 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, pelo voto do desempate do Exmº Juiz Vicente Malheiros da Fonseca, a Egrégia Turma deu provimento parcial ao recurso para, reformando, em parte, a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar ao reclamante JOÃO DE MIRANDA FARIAS a reposição salarial de URV de fevereiro/89 no percentual de 25,05%, desde fevereiro de 1989 a 31.10.89, com repercussão nas horas extras, adicional de tempo de serviço e nas parcelas reatórias, por maioria de votos vencido o Exmº Juiz Relator, dar ainda provimento ao recurso para deferir a ambos os reclamantes, a reposição salarial do IPC de março/90 no percentual de 84,32%, desde abril de 1990 até a rescisão contratual, com reflexos nos 13º salários, nas férias + 1/3, no FGTS, nas horas extras, adicional por tempo de serviço e parcelas reatórias, mantido o decréto recorrido nos demais termos, inclusive quanto às custas.

ACORDÃO Nº 8349/94
PROCESSO TRT RO 848/93
ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : EMPRESA DE TRANSPORTES RÁPIDO DOM MANOEL LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo B. Costa
RECORRIDO(S) : ANTONIO MARCOS DOS SANTOS GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Brito e outros

EMENTA : IPC DE MARÇO/90

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8348/94
PROCESSO TRT RO 848/93
ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : EMPRESA DE TRANSPORTES RÁPIDO DOM MANOEL LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo B. Costa
RECORRIDO(S) : ANTONIO MARCOS DOS SANTOS GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Brito e outros

EMENTA : IPC DE MARÇO/90

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8349/94
PROCESSO TRT RO 181/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : ADEBLA NEIRÃO DO AMARAL E OUTROS

EMENTA : Diferenças dos planos econômicos - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8350/94
PROCESSO TRT AI 3724/94
ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
AGRAVANTE(S) : MANUEL FERREIRA SIMÕES
Advogado(s) : Dr.(a) Álvaro Augusto P. Vilhena e outros
AGRAVADO(S) : JOÃO MARIA DA SILVA PEREIRA

EMENTA : Impõe a lei que o depósito recursal seja efetuado em conta vinculada, ficando à disposição do Juízo (CLT, art. 899, § 4º).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento para confirmar o r. despacho agravado.

ACORDÃO Nº 8351/94
PROCESSO TRT AI 4203/94
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
AGRAVANTE(S) : ATALAIA VEÍCULOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José M. Siqueira e outros
AGRAVADO(S) : WANIA DA COSTA NEPOMUCENO
Advogado(s) : Dr.(a) Alfredo A. Casanova Ribeiro e outros

EMENTA : Publicada a sentença no dia e hora previamente designados, com a ciência antecipada da parte, torna-se desnecessária a expedição de nova notificação, fluindo o prazo recursal a partir do dia útil imediato ao da publicação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento para confirmar o r. despacho agravado.

ACORDÃO Nº 8352/94
PROCESSO TRT RO 6565/93
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros
RECORRIDO(S) : TRANSPORTES SÃO LUÍZ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS
 São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, e ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/88 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, dar-lhe parcial provimento para, reformar em parte a decisão recorrida, deferir as diferenças salariais e repercussões relativas ao IPC de março/90, conforme os fundamentos, mantidos os demais termos da decisão recorrida. Custas pela reclamada, calculadas sobre R\$-1.000,00, no valor de R\$20,00.

ACORDÃO Nº 8353/94
PROCESSO TRT RO 177/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilma Valério dos Santos

EMENTA : Não se conhece de recurso, cuja comprovação do depósito ad recursum está em fotocópia não autenticada. (Aplicação da regra constante do art. 830 da CLT).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do presente recurso, porque irregular a comprovação do depósito ad recursum. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 8354/94
PROCESSO TRT REX OFF 8834/93
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Meira Araújo Costa e outros
RECORRIDO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Advogado(s) : Dr.(a) Djama Dias dos Santos

EMENTA : Diferenças dos planos econômicos - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso do reclamado; por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Relatora, conhecer do recurso adesivo do reclamante; ratificar, em face da literatura jurisprudencial do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/88 no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso da reclamada para determinar que não haja incidência das diferenças na parcela de "lucro"; dar parcial provimento também ao recurso do reclamante para retirar a limitação imposta às diferenças deferidas, vencido o Exmº Juiz Domenico Falei que mantinha integralmente a decisão recorrida; à unanimidade, manter, a final, a r. decisão nos seus demais termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8354/94
PROCESSO TRT REX OFF 8834/93
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ AGUIALDO ALCANTARA
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Meira Araújo Costa e outros
RECORRIDO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Advogado(s) : Dr.(a) Djama Dias dos Santos

EMENTA : IPC DE MARÇO/90

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso voluntário da reclamada, por falta de habilitação de seu subscritor, conhecer da remessa ex ofício; ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90 e, no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida. Custas no 1º grau.

ACORDÃO Nº 8355/94
PROCESSO TRT RO 181/94
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : ADEBLA NEIRÃO DO AMARAL E OUTROS

EMENTA : Diferenças dos planos econômicos - Deferimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso, porque firmado por advogado sem poderes nos autos. Custas conforme sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

Advogado(s) : Dr.(a) Izaias Batista da Costa e outros
E
FUNDACÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ - FEP
Advogado(s) : Dr.(a) Roberto Mendes Ferreira e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso do reclamante para, reformando em parte a decisão afastar a limitação imposta às diferenças da URV/FEV/89, incluir as diferenças decorrentes do IPC/MARÇO/90 e excluir a compensação, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Faesli. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT RO 8448/93
ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR(A) : JUÍZA LYDIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : JORGE MODESTO FAVACHO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli

E
VOLT'S ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) José Alberto Soares Vasconcelos
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Diferenças dos planos econômicos - Deferimento.

Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos, em face da iterativa jurisprudência do TRT Plano, e inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 184/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso do reclamante para, modificando parcialmente a sentença, deferir-lhe as diferenças e reflexos do IPC de março/90, a apurar em liquidação, com juros e correção, afastar, ainda, da apuração das diferenças da URV de fevereiro/89, a limitação imposta na decisão, vencido em parte os Exmºs Juizes Hermes Tupinambá Neto e Domênico Faesli que mantinham a limitação; à unanimidade, manter, a r. decisão nos seus demais termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8367/94
PROCESSO TRT ED 8172/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : ANA LÚCIA DE SOUZA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Izaias Batista da Costa e outros
EMBARGADO(S) : FUNDACÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Roberto Mendes Ferreira e outro

EMENTA : Não havendo dúvida a ser sanada na decisão embargada, rejeita-se os embargos declaratórios opostos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por não haver dúvida a ser sanada na decisão embargada.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT ED 8173/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ
Advogado(s) : Dr.(a) Mº do Socorro M. Palva Neves e outro
EMBARGADO(S) : FRANCENILSON DE SOUZA FLORENZANO
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outro

EMENTA : Não havendo contradição e omissão a ser sanada na decisão embargada, rejeita-se os embargos declaratórios opostos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por não haver contradição ou omissão a ser sanada no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT ED 8182/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : INCOR - INSTITUTO DO CORAÇÃO DO PARÁ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José M. Siqueira
EMBARGADO(S) : SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, TÉCNICOS, DUCHISTAS, MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) David Cruz Araújo e outros

EMENTA : Rejeita-se os embargos declaratórios quando não há omissão a ser sanada na decisão embargada.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por não haver omissão a sanar no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT ED 8083/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : BERTILLON - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Sérgio Alberto Frazão do Couto e outros
EMBARGADO(S) : MIRIAN CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Flávio Pereira Américo

EMENTA : Não havendo omissão a sanar na decisão embargada, devem ser rejeitados os embargos declaratórios, que por serem protelatórios, aplica-se à embargante a multa prevista no parágrafo único do art. 838 do CPC.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por não haver a sanar no v. Acórdão embargado. Por serem meramente protelatórios, aplica-se à

embargante a multa prevista no parágrafo único do art. 838 do CPC, conforme a fundamentação.

ACORDÃO Nº 8361/94
PROCESSO TRT ED 8014/94
RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA
EMBARGANTE(S) : MANOEL MEDEIROS PINHEIRO E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti C.S. Mattos e outros
E
CIMBE - CÍRCULO MILITAR DE BELÉM
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Roberto F. de Oliveira e outros
EMBARGADO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Rejeita-se os embargos declaratórios quando não há omissão, dúvida ou obscuridade na decisão embargada.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por não haver omissão, dúvida ou obscuridade no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8362/94
PROCESSO TRT ED 8348/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilene Valério
EMBARGADO(S) : RAIMUNDO PAULINO RODRIGUES

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não existir nenhuma omissão no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8363/94
PROCESSO TRT ED 8347/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr. Deusdedit Freire Brasil e outros
EMBARGADO(S) : LUCINDO MALCHER DA SILVA

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não existir nenhuma omissão no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8364/94
PROCESSO TRT ED 8348/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : MARIA DE LOURDES SILVA SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilene Rodrigues Valério dos Santos e outros

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante, a multa prevista em lei.

ACORDÃO Nº 8366/94
PROCESSO TRT ED 8351/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : JOSÉ PEREIRA GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8366/94
PROCESSO TRT ED 8352/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : LUIZ BATISTA FAGUNDES E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8367/94
PROCESSO TRT ED 8357/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : JOSÉ AUGUSTO DO CARMO

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8367/94
PROCESSO TRT ED 8357/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : JOSÉ AUGUSTO DO CARMO

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante, a multa prevista em lei.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT ED 8368/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : LOYDS BANK PLC
Advogado(s) : Dr.(a) Ophir Cavalcante Junior e outros
EMBARGADO(S) : SINDICATO DOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ
Advogado(s) : Dr.(a) José Torres das Neves

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante, a multa prevista em lei.

ACORDÃO Nº 8368/94
PROCESSO TRT ED 8363/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : FRANCISCO DE ASSIS BRITO

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8370/94
PROCESSO TRT ED 8365/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilene Valério e outros
EMBARGADO(S) : ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José C. Cavalli e outra

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 8371/94
PROCESSO TRT ED 8345/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de A. Queiroz
EMBARGADO(S) : ROSELINO PEREIRA FERREIRA

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver a suprir no v. Acórdão embargado; por serem meramente protelatórios, aplicar à embargante, a multa prevista em lei.

ACORDÃO Nº 8372/94
PROCESSO TRT RO 8452/93
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : BANCO DO ESTADO DO GOIÁS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Vanilson Ferreira Heskat
RECORRIDO(S) : ANA MARIA SINIMBU DE LIMA MAGALHÃES
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos e outros

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ratificar, com base em iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno a inconstitucionalidade do § 4º do art. 2º do DL 2335/87, dos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e do inciso II, § 1º do art. 2º da MP 184/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 8373/94
PROCESSO TRT RO 2936/93
ORIGEM : 1º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLD ALVES
RECORRENTE(S) : COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Luis Roberto Coelho de Sousa Meira
E
ANTONIO JOSÉ ANDRADE BEZERRA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Bentes de Mendonça
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL.

Deve ser atizada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais contidos nos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator quanto à inconstitucionalidade item II, § 1º do art. 2º da MP 184/90, no mérito, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento ao do reclamante para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a limitação feita à URV de fevereiro/89 e corrigir, na forma do artigo 533, da CLT, o índice referente ao IPC de março/89 para 84,32%, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 9374/94

PROCESSO TRT RO 489/93

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO DA GAMA ALVES
RECORRENTE(S) : BELÉM PESCA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Haroldo Alves dos Santos

Advogado(s) : MARIA RAMUNDA DA CRUZ BARBOSA
RECORRIDO(S) : Dr.(a) Inocência Mártires Coelho Jr
AS MESMAS

EMENTA : ESTABILIDADE DA GESTANTE - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA GRAVIDEZ

O reconhecimento do direito à estabilidade para a gestante, nos termos do artigo 10, II, "b", do ADCT da CF/88, depende da comprovação do estado gravídico da reclamante, o que deveria ser feito antes da rescisão contratual. Não é possível deferir-se a pretensão de a ex-empregada somente veio a fazer a comprovação exigida cerca de dois (02) meses após o seu desligamento, depois de cumprir o aviso prévio em serviço.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamante e dar provimento ao da reclamada para, reformando a sentença recorrida, excluir da condenação a reintegração da reclamante. Custas pela reclamante de CR\$88,63, sobre CR\$3.000,00.

ACORDÃO Nº 9375/94

PROCESSO TRT RO 4488/93

ORIGEM : JCI DE ABATETUBA
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : ANDRÉ DIAS CARDIM

Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : BELSERV - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Elizete Maria F. Pastana Ramos

EMENTA : Se o empregado já é remunerado de acordo com o salário mínimo, que obedece a índices especiais, não terá direito também aos reajustes com base nos chamados Planos Econômicos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencidos os ex-entendidos juizes Relator e Presidente, confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 9376/94

PROCESSO TRT RO 3944/93

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A

Advogado(s) : Dr. João Damas Amaro e outros
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LEVE E PESADA, MADEIREIRAS, OLARIAS E DO MOBILIÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE TUCURUI, NOVO REPARTIMENTO E BREU BRANCO
Advogado(s) : Dr. Rubens José Gomes de Lima e outros

EMENTA : O adicional de "complementação por redução da jornada", instituído pelo empregador, a partir da vigência da Constituição de 1988, para compensar a redução da jornada de trabalho diário, integra o salário, devendo incidir no cálculo das horas extras, adicional noturno e depósito do FGTS.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa do sindicato reclamante, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 6º e 8º da Lei nº 7730/89 e Item II, § 1º, art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas pela reclamante, calculadas sobre o valor arbitrado de Cr\$ 100.000,00, na quantia de Cr\$ 2.000,00.

ACORDÃO Nº 9377/94

PROCESSO TRT ED 9362/94

RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO
EMBARGANTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SETRAN
Advogado(s) : Dr. Antonio Paulo M. das Chagas
EMBARGADO(S) : JAMIE AIRES RAMOS
Advogado(s) : Dr. Miguel Serra e outro

EMENTA : "Os fundamentos do v. Acórdão embargado estão nas provas trazidas pelas partes - extratos do FGTS e RES - não se podendo fazer a presunção favorecendo o empregador".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos, mas os rejeitar por não haver omissão no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 9378/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 7288/92

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LUIZ ALBANO
RECORRENTE(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM

Advogado(s) : Dr. Silvestre Fonseca Filho
RECORRIDO(S) : ITAMAR DAS GRAÇAS RODRIGUES
Advogado(s) : Dr. Clayton dos Santos Chaves e outros

EMENTA : "É devido o saque do FGTS na extinção da relação de emprego para o posterior ingresso no regime estatutário".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício e do voluntário de reclamado, rejeitar e sobreestimar do processo e a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho com carência do direito do reclamante. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como estabelecidas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 9379/94

PROCESSO TRT ED 9313/94

RELATOR(A) : JUIZ LUIZ ALBANO
EMBARGANTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SETRAN
Advogado(s) : Dr. Mário Leite Soares
EMBARGADO(S) : JOSÉ CLETO PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado(s) : Dr. José Vieira Brito Filho

EMENTA : "A prova documental impugnada não foi considerada relevante nos fundamentos do v. Acórdão embargado razão pela qual não há omissões a serem sanadas".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver omissão no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 9380/94

PROCESSO TRT RO 3838/93

RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : LUIZ OTÁVIO BABÁ CARDOZO
Advogado(s) : Dr. João José Soares Geraldo e outro
RECORRIDO(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA
Advogado(s) : Dr. Paulo Sérgio Rodrigues de Moraes e outros

EMENTA : Não se conhece de recurso subscrito por pessoas não habilitadas regularmente nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, acolhendo proposição da D. Procuradoria Regional do Trabalho, não conhecer do recurso porque subscrito por profissional sem habilitação nos autos.

ACORDÃO Nº 9381/94

PROCESSO TRT RO 3121/93

ORIGEM : 3ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : THEMAG ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr. Paulo Brito Chermont e outros
RECORRIDO(S) : EVANDRO OLIVEIRA DE ALENCAR
Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros

EMENTA : "A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Collor ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos artigos 8º, § 4º do Decreto-lei 2336/87, dos artigos 6º e 8º da Lei 7730/89 e do artigo 2º, inciso II § 1º da Medida Provisória nº 154/90

deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno ao § 4º art. 8º do DL 2336/87, artigos 6º e 8º da Lei nº 7730/89; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 9382/94

PROCESSO TRT RO 4572/93

ORIGEM : 6ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : UMIARANS S/A CORRETORA DE SEGUROS
Advogado(s) : Dr.(a) Icarai Dantas e outros
RECORRIDO(S) : ALVARO DO ROSÁRIO DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Raymundo Nonato de Souza e outros

EMENTA : Consideram-se ofensivas ao direito adquirido dos trabalhadores as normas legislativas, que instituíram os chamados Planos Econômicos (arts. 8º, § 4º do Decreto-lei 2.336/87; arts. 6º e 8º da Lei 7.730/89 e art. 2º, inciso II, § 1º da MP 154/90), razão pela qual não devem ser aplicadas ao caso concreto, deferindo-se as diferenças postuladas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2336/87, arts. 6º e 8º da Lei 7730/89 e Item II, § 1º, art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 9383/94

PROCESSO TRT RO 4191/93

ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA
Advogado(s) : Drª Maria Lúcia Saráfico A. Carvalho e outros
RECORRIDO(S) : BELMA REGINA DA SILVA MIRANDA
Advogado(s) : Drª Olga Bayma da Costa e outros

EMENTA : As diferenças salariais decorrentes dos chamados Planos Econômicos tomam-se indevidas, quando, através de negociação coletiva os representantes da categoria profissional e econômica transacionam, em caráter expresso, a efetiva quitação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao Item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças decorrentes da URP de fevereiro/89; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, manter a decisão nos demais termos.

ACORDÃO Nº 9384/94

PROCESSO TRT RO 3788/93

ORIGEM : 2ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado(s) : Dra. Paula Maria S. Cunha e outros
Advogado(s) : E
RECORRIDO(S) : EMANOEL SIMÕES RODRIGUES FILHO E OUTROS
Advogado(s) : Dr. Haroldo Souza Silva e outros
OS MESMOS

EMENTA : "A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Collor ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos artigos 8º, § 4º do Decreto-lei 2336/87, dos artigos 6º e 8º da Lei 7730/89 e do artigo 2º, inciso II § 1º da Medida Provisória nº 154/90 deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de

inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao inciso I do art. 1º do Decreto-lei 2426/88, arts. 6º e 8º da Lei 7730/89 e Item II, § 1º, art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 9385/94

PROCESSO TRT RO 3889/93

ORIGEM : 5ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : LUCIMAR GOMES DOS SANTOS
Advogado(s) : Dr. Antônio Samento Guedes
RECORRIDO(S) : TRANSEVIL - TRANSPORTE DE VALORES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado(s) : Dra. Roberta Medeiros e outros

EMENTA : Não se considera empregada, a teor do art. 3º consolidado, a costureira, que trabalha em casa, confeccionando fardamento para empregados de uma empresa prestadora de serviços de segurança. O trabalho executado não se enquadra nos "fins normais" da empresa.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar desentranhamento das contra-razões de fls. 30/31, porque intempestivos; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 9386/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 4218/93

ORIGEM : JCI DE BREVES
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Litisconsorte
Advogado(s) : Dr. Heraldo Luiz de S. Machado e outros

RECORRIDOS : MANOEL AZEVEDO LEÃO E OUTROS

Advogado(s) : Reclamantes
Dr. Gilmar Kuhn
E
MUNICÍPIO DE BREVES - PREFEITURA MUNICIPAL
- Reclamado

EMENTA : A mudança de regime jurídico de trabalho do servidor público municipal, que de empregado regido pela CLT assume o status de funcionário regido por estatuto, equivale à ruptura do pacto laboral. Cabe, portanto, o levantamento do saldo da conta vinculada do FGTS.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, não conhecer do recurso da Caixa Econômica Federal; conhecer da remessa de ofício; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 9387/94

PROCESSO TRT RO 3808/93

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA.
Advogado(s) : Dr. Antonio Carlos L. Valedão
RECORRIDO(S) : MARIA DAS GRAÇAS AFONSO DOS SANTOS
Advogado(s) : Dra. Edileuza Pinheiro Meireles

EMENTA : A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Collor ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos arts. 6º e 8º da Lei 7.730/89 e do art. 2º, inciso II § 1º da Medida Provisória nº 154/90 deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 6º e 8º da Lei nº 7730/89 e Item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão e quo, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 até a data-base. Custas pela reclamante, calculadas sobre o valor CR\$100.000,00, no valor de CR\$2.000,00.

ACORDÃO Nº 9388/94

PROCESSO TRT RO 4062/93

ORIGEM : 6ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : TEREZINHA DE JESUS SILVA DE JESUS
Advogado(s) : Dra. Vilma Aparecida de S. Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CASA DO COMÉRCIO
Advogado(s) : Dr. Manoel Marques da Silva Neto e outro

EMENTA : Só é cabível a limitação dos efeitos pecuniários da condenação, em tema de planos econômicos, quando o instrumento normativo contém cláusula expressa, quitando as perdas salariais da categoria profissional a partir da data-base.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 6º e 8º da Lei 7730/89 e Item II, § 1º art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Relator com relação à limitação do IPC de março/90, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a decisão e quo, incluir na condenação as diferenças de 28,86% da URP de fevereiro de 89, a partir desse mesmo mês, sem qualquer limitação; mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 9389/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 3823/93

ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Litisconsorte)

Advogado(s) : Drª Melina Russelakis Carneiro e outros
E
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM (Reclamado)

Advogado(s) : Dr. Antonio de Lima Freitas
RECORRIDO(S) : OS MESMOS
E
WALDIR RUFINO DE SOUZA (Reclamante)
Advogado(s) : Dr. Eliezer Francisco da Silva Cabral

EMENTA : A alteração do regime jurídico dos antigosceletistas da Administração Federal indireta, com a adoção do regime estatutário, equivale, no plano da legislação obreira, à ruptura do pacto laboral. Dal o direito dos antigosceletistas de movimentarem o saldo de suas contas vinculadas do FGTS.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da Caixa Econômica Federal, por falta de legítimo interesse para agir; em conhecer da remessa necessária e do recurso voluntário do reclamado; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; determinar o desentranhamento dos documentos de fls. 43/53; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º do art. 6º da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 9390/94
PROCESSO TRT RO 4468/93
ORIGEM : JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : AGROPALMA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Maria da Graça Sequeira Melo e outros
RECORRIDO(S) : WILSON DOS SANTOS LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Wilma Aparecida de S. Chavaglia e outro

EMENTA : A legislação que instituiu os Planos Verão e Colôr ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do art. 2º, inciso II, § 1º da Medida Provisória nº 164/90 deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89, item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 164/90, sendo desprezada, por falta de "quorum", a inconstitucionalidade do inciso II e §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei 8.038/90 (IPC de abril/90); no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a decisão recorrida, excluir da sentença as diferenças oriundas do IPC de abril/90; por maioria de votos manter a decisão em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março até a data-base. Custas como fixadas no Primeiro Grau.

ACORDÃO Nº 9391/94
PROCESSO TRT RO 3710/93
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA - TABA
Advogada(s) : Drª Simone Maria Pálheta Pires e outros
RECORRIDO(S) : MIGUEL DE JESUS LIMA
Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

EMENTA : A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Colôr ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas do art. 5º, § 4º do Decreto-lei 2.335/87, e do art. 2º, inciso II, § 1º da Medida Provisória nº 164/90 deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 2º do Decreto-lei 2.335/87 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 164/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas pela recorrente, calculadas sobre o valor de CR\$-100.000,00 no total de CR\$-2.000,00.

ACORDÃO Nº 9392/94
PROCESSO TRT RO 4246/93
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : MOTAMA-HOTÉIS DE TURISMO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr. Deuvaldo Freire Brasil
RECORRIDO(S) : MARIA DE NAZARÉ MARTINS GODINHO
Advogado(s) : Dr. Edilson Araújo dos Santos e outra

EMENTA : Não se conhece do recurso subscrito por procurador inabilitado no processo.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, não conhecer do recurso porque subscrito por advogado inabilitado nos autos.

ACORDÃO Nº 9393/94
PROCESSO TRT AP 3893/93
ORIGEM : 6º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s) : Dr. José Maria Losada P. de Albuquerque Jr.
AGRAVADO(S) : CARMEN RAMUNDA LIMA MOREIRA E OUTROS
Advogado(s) : Dr. Ivan Furtado e outro

EMENTA : A Fazenda Pública pode embargar a execução, após o recebimento da citação especial, mas deve observar estritamente os prazos legais, sob pena de não conhecimento da impugnação por intempestividade.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do E. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, unanimemente, em conhecer do agravo; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o r. despacho agravado.

ACORDÃO Nº 9394/94
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2446/94
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - ESCOLA TENENTE REGO BARROS
Advogado(s) : Dr. Raimundo Edson da Silva Melo e outro
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : CELSO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA
Advogado(s) : Dr. Antonio Pereira e outros

EMENTA : CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE. O controle difuso da constitucionalidade de leis pode ser exercido pelo

Juiz singular, mesmo que não tenha sido arguida a inconstitucionalidade da norma, de vez que faz parte da função jurisdicional, ao aplicar o direito ao caso concreto, deixar de aplicar a norma que contraria direta ou indiretamente a Constituição.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, não conhecer do recurso voluntário da reclamada porque apresentado em fotocópia; conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de carência de ação, por falta de amparo legal; sem divergência, deu em parte provimento ao apelo obrigatório para, reformando parcialmente a decisão recorrida, limitar as diferenças relativas ao IPC de junho/87, de julho/87 a outubro/88; as diferenças em razão da URJ de abril/88, desse mês até julho/88 e as provenientes da URJ de fevereiro/88, de fevereiro a dezembro/88; mantida a sentença em seus termos.

ACORDÃO Nº 9395/94
PROCESSO TRT REX OFF 4060/93
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECLAMANTE(S) : DEUZANIRA CABRAL DE MELLO
Advogada(s) : Dra. Mônica Coelho Franco e outros
RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP

EMENTA : "A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Colôr ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos artigos 5º, § 4º do Decreto-lei 2.335/87, dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do artigo 2º, inciso II § 1º da Medida Provisória nº 164/90 deixam de prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas".

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; considerar a tentativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno desta Regional, consoante as vés dos V. Acórdãos 1234/93, 1287/93, 1264/93, 1241/93, 1348/93, 1508/93 e 982/93, relativamente ao § 4º art. 2º do DL 2.335/87, arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 e item II, § 1º art. 2º da MP 164/90; no mérito, sem divergência julgou procedente em parte o apelo, mandando excluir da condenação as diferenças salariais de abril e maio de 88, por falta de amparo legal; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base, manteve a r. sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 9396/94
PROCESSO TRT RO 4490/93
ORIGEM : 7º JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ARY BRANDÃO
RECORRENTE(S) : JOEL DA SILVA FERREIRA
Advogado(s) : Dr. Pedro Tourinho Tupinambá e outros
RECORRIDO(S) : ALIMENTÍCIO INTERNACIONAL DE CACAU S/A - INTERCACAU
Advogado(s) : Dra. Maria da Glória da Silva Maroja e outros

EMENTA : Não configura "rigor excessivo" determinar o empregador, que seu empregado observe as normas usuais a qualquer empregado. O empregador deve tratar o empregado com urbanidade, mas esta se obriga a cumprir as tarefas derivadas do pacto laboral. Na apuração desta justa causa dá-se grande ênfase à condição pessoal do empregado e no caso, *sub-judice*, o recorrente demonstrou ser refratário à disciplina.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a decisão recorrida. Custas como no 1º Grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 9397/94
PROCESSO TRT ED 8363/94
RELATOR(A) : JUIZ LUIZ ALBANO
EMBARGANTE(S) : NORPLAST - PLÁSTICOS DO NORTE S/A.
Advogado(s) : Dr. Manoel José Monteiro Siqueira
EMBARGADO(S) : RENILDO DE SOUZA PINTO
Advogado(s) : Dr. Pedro Raimundo Maia Milão e outros

EMENTA : "Reconhecemos o erro de datilografia na conclusão do v. Acórdão embargado e autorizamos a correção acolhendo os embargos".

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos e os acolher para que seja corrigida a conclusão do v. Acórdão embargado, retirando a expressão "as diferenças salariais" que consta antes da indicação do voto vencido, conforme a fundamentação.

Belém, 18 de novembro de 1994

EDMUNDO AUGUSTO CABRAL RAMOS
 Diretor do Serviço de Acórdãos
 e Jurisprudência

(G.Reg.7346)

PROCESSO TRT RO 8313/93

RECORRENTE : JOÃO PAES DA CRUZ
Advogado: Dr. Odival Quarana Filho

RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado: Dr. Landomício Ferreira

DESPACHO

O recurso de fls. 38/45 atende aos pressupostos comuns de admissibilidade e está fundamentado.

Inconforma-se o recorrente com a decisão da 2ª Turma deste Regional que julgou improcedente sua reclamação, confirmando a sentença de 1º grau, ao argumento de que o autor percebia o salário mínimo e este possui índices próprios de reajuste, por vezes superior ao

salário comum e que a sistematização de reajuste, então, é diversa, não se aplicando aos que o percebem, índices outros, como os planos econômicos pretendidos - URJ de fevereiro/89 e IPC de março/90. Alega divergência jurisprudencial e violação legal.

A natureza interpretativa da matéria afasta o cabimento da revista por violação. Entretanto, os autos transcritos a fls. 39/40, evidenciam a alegada divergência, motivo pelo qual admito a interposição do apelo no efeito devolutivo.

Intimar.

Belém, 28 de novembro de 1994

MARILDA WANDERLEY COELHO
 Juíza Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº RO 834/93

RECORRENTE: TRANSBRASILIANA - TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Adv.: Dr. Raimundo Barbosa Costa

RECORRIDO: FRANCISCO OLÍMPIO DE OLIVEIRA FILHO
Adv.: Dra. Erlene Lima

DESPACHO

I - Recurso em ordem, fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

II - O inconformismo da recorrente se refere ao deferimento de diferença de FGTS, horas extras e de diferenças do Plano Colôr. Argui a nulidade da decisão por afronta ao art. 97 da CF e, no mérito, alega violação de lei e divergência jurisprudencial.

III - Com a transcrição do Enunciado nº 315 do C. TST, a recorrente demonstra a configuração do pressuposto da alínea a do art. 896 da CLT, não sendo necessário examinar os demais aspectos do apelo.

IV - Pelo exposto, admito a interposição do recurso no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 28 de novembro de 1994

MARILDA WANDERLEY COELHO
 Vice-presidente no exercício da presidência

PROCESSO TRT Nº RO 880/93

RECORRENTE: TABA - TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA S/A
Adv.: Dr. Gerson Vilhena Gonçalves de Matos

RECORRIDO: RONALDO GOMES DE SOUZA
Adv.: Dr. Antonio dos Reis Pereira

DESPACHO

I - O recurso, ainda que subscrito por advogada com poderes nos autos, não está em condições de ser admitido, uma vez que foi interposto fora do prazo legal, conforme certificado a fls. 158v. Com efeito, o acórdão nº 4.507/94 foi publicado no dia 7 de julho. Suspensão o prazo, com a oposição de embargos declaratórios, em 12 de julho, voltou a correr após a publicação do Acórdão nº 6.071/94, no dia 16.9.94, expirando, portanto, a 22 do mesmo mês.

II - Pelo exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belém, 28 de novembro de 1994

MARILDA WANDERLEY COELHO
 Vice-presidente no exercício da presidência

PROCESSO TRT Nº RO 2140/93

RECORRENTE: BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Adv.: Dr. Paulo Roberto Freitas de Oliveira

RECORRIDO: JOÃO BATISTA SILVA DE OLIVEIRA
Adv.: Dra. Maria José Cabral Cavalli

DESPACHO

I - O recurso está no prazo, foi firmado por advogado com habilitação nos autos e regular quanto ao preparo.

II - Inconforma-se a recorrente com a decisão do Regional que, considerando os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, decretou a inconstitucionalidade de dispositivos da política econômica e deferiu ao recorrido diferenças salariais. Renovando os argumentos de inexistência de direito adquirido e de quitação através de acordo coletivo, a recorrente aponta violação de lei, traz aresos para o confronto de teses e pretende a limitação à data-base.

III - Tratando-se de hipótese que envolve o IPC de março/90 e, considerando as disposições do Enunciado 315 e 322/TST e a revogação do 317/TST, admito a interposição do apelo no efeito devolutivo. Intimar.

Belém, 30 de novembro de 1994.

MARILDA WANDERLEY COELHO
 Vice-presidente no exercício da presidência

PROCESSO TRT Nº RO 3229/94

RECORRENTE: PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA.
Advogado: Dr. Amari F. da Silva

RECORRIDO: JOSÉ GERALDO DA SILVA
Advogado: Dr. Maria de Fátima Brito de Melo

DESPACHO

O recurso de fls. 60/65 preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT. Insurge-se a recorrente com a decisão regional que deferiu diferenças salariais e consectários em decorrência da decretação de inconstitucionalidade de dispositivo da Lei 7730/89 pela 2ª Turma. Alega violação legal e divergência jurisprudencial. Pelo pressuposto específico da violação a texto de lei, não cabe a revista, já que a matéria é de natureza interpretativa, esbarrando no Enunciado 221 do TST. Consegue a recorrente, entretanto, demonstrar o dissídio pretoriano com a transcrição dos arestos a fls. 63/65, motivo pelo qual dou seguimento ao apelo. Intimar.

Belém, 1º de dezembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Juiz Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 3983/93

RECORRENTE: SOCÓCO S/A-AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA.
Advogado: Dr. Tony Nakaschi de Souza.

RECORRIDO: BENEDITO ROSA DA SILVA
Advogado: Dr. Antonio Cardoso

DESPACHO

O recurso de revista de fls. 123/141 preenche os pressupostos comuns de admissibilidade. Insurge-se a recorrente contra a decisão que deferiu diferenças salariais decorrentes da decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da legislação dos planos econômicos dos anos 87/90. Alega violação legal e divergência jurisprudencial.

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho consagrou, através do Enunciado nº 315 da Súmula de sua Jurisprudência, entendimento pela constitucionalidade do dispositivo da Medida Provisória nº 154/90, convertida na Lei nº 8030/90, que afastou a aplicação do IPC de março/90 no reajuste dos salários dos trabalhadores, admito o recurso, sendo desnecessário o exame de outros argumentos recursais. Intime-se.

Belém, 1º de dezembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Juiz Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 3929/93.

RECORRENTE: TICKET SERVIÇOS COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
Advogado: Dr. Ricardo Hachem Thomé Chamé.

RECORRIDO: MARIA DOS RAMOS DA SILVA
Advogado: Dr. Maria Brilhantina Ferreira

DESPACHO

O recurso de revista de fls. 97/102 preenche os pressupostos comuns de admissibilidade.

Insurge-se a recorrente contra a decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da MP 154/90 e deferimento, pela E. 1ª Turma, de diferenças salariais decorrentes da aplicação do IPC de março/90. Fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

Tratando-se de matéria já sumulada, Enunciado 315/TST, admito a interposição da revista em ambos os efeitos. Intimar.

Belém, 1º de dezembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Juiz Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 2502/93

RECORRENTE: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A
Adv.: Dr. Ophir Cavalcante Júnior e outros

RECORRIDO: SEBASTIÃO OTÁVIO DAS MERCES RODRIGUES,
Adv.: Dr. Vilma Aparecida de S. Chaves e outra

DESPACHO

I - O recurso de fls. 228/234 preenche os requisitos comuns de admissibilidade e fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II - Insurge-se a recorrente contra a decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 7730/89 e a consequente deferimento de diferenças salariais. Alega violação legal e divergência jurisprudencial.

III - A condenação não abrangia os dispositivos da MP 154/90 e da Lei nº 8030/90. Portanto, as alegações iniciais do apelo não fazem sentido. Entretanto, as alegações recursais referentes à limitação à data-base possibilitam a revista, pelo pressuposto da alínea a do art. 896 da CLT.

IV - Pelo exposto, e considerando-se a revogação do Enunciado 317/TST, admito a interposição do recurso nos dois efeitos. Intimar. Belém, 30 de novembro de 1994.

ITAIR SA DA SILVA
Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 6105/93

RECORRENTE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
Advogado: Dr. Carlos Balbino Torres Potiguar e outros

RECORRIDO: MARCELO CANINDÉ DE SENA E OUTRA
Advogado: Dr. Wilson Dabó e outros

DESPACHO

A revista de fls. 79/84 preenche as formalidades legais para a sua admissibilidade. Está firmada por advogado habilitado nos autos e interposta no prazo.

Seu único objetivo é questionar o deferimento de diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de março/90. Alega a recorrente divergência jurisprudencial e violação legal.

Tendo em vista o Enunciado 315 do Colendo TST, citado a fls. 83, considero evidenciada a alegada divergência, motivo pelo qual admito a interposição da revista em ambos os efeitos.

Intimar.

Belém, 1º de dezembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 4901/93

RECORRENTE: MASO INDUSTRIAL S/A
Adv.: Dr. Raimundo Nonato de M. Dantas e outros

RECORRIDO: COSME URUBATAN DA SILVA
Adv.: Dr. Abelardo da Silva Cardoso e outros

DESPACHO

I - O recurso foi interposto no prazo e está firmado por advogado com habilitação nos autos. Custas e depósito ad recurrem em ordem.

II - Inconforma-se o recorrente com a decisão do Regional que, considerando a reiterada jurisprudência do Pleno, decretou a inconstitucionalidade de dispositivos da MP 154/90 e deferiu ao recorrente diferenças salariais. Alega violação de lei e conflito jurisprudencial.

III - Para demonstração da divergência, a recorrente transcreve arestos para confronto de teses. Entendo evidenciado o atrito de interpretação em relação ao IPC de março/90.

IV - Pelo exposto, admito a interposição do apelo no efeito devolutivo. Intimar.

Belém, 24 de novembro de 1994.

MARILDA WANDERLEY COELHO
Vice-presidente, no exercício da presidência

PROCESSO TRT Nº RO 5160/93

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Procurador: Dr. José Maria Losada P. de Albuquerque Jr. e outros

RECORRIDOS: ROBERTO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA
MARIA BENEDITA ROCHA DE MATOS,
REINALDO DOS SANTOS FERREIRA,
DEBORA DE SOUZA DONZA e
MARIA SANTANA DA LUZ FERREIRA
Adv.: Dr. Roberto Melo

DESPACHO

I - O recurso, de entidade com amparo no DL 779/69, está em ordem e com fundamento na alínea c do art. 896 da CLT.

II - A 2ª Turma, acolhendo parcialmente a arguição de prescrição e confirmando a sentença de primeiro grau, deferiu o reajuste da parcela denominada adiantamento do PC55. Inconformado, o instituto apela de revista. Renova os

argumentos de que não é parcela salarial e sim um emprestimo patronal. Alega violação constitucional e legal, além de divergência jurisprudencial.

III - A matéria, já apreciada inúmeras vezes neste Regional, trata de parcela oriunda da relação de emprego e, envolvendo interpretação, torna impossível a revista por violação. Quanto à divergência, o aresto colacionado para a demonstração do conflito jurisprudencial, desserve à finalidade, nos termos do Enunciado nº 296 do C. TST.

IV - Pelo exposto e com fulcro no que dispõem os Enunciados 23, 221 e 296 do Colendo TST, nego seguimento ao recurso. Intimar. Belém, 24 de novembro de 1994.

MARILDA WANDERLEY COELHO
Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PROCESSO TRT Nº RO 7284/93

RECORRENTE: SOUZA CRUZ S/A-empresa da COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ
Advogado: Dr. Luis Fernando de Paiva Neves

RECORRIDO: MOACIR QUIRINO ALVES
Advogado: Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

DESPACHO

O recurso de fls. 159/166 preenche os pressupostos comuns de admissibilidade.

Versa sobre o deferimento de diferenças salariais decorrentes da Lei 7730/89 (Plano Verão).

A recorrente inconformada com a decisão regional contida no v. Acórdão nº 4303/94, a fls. 141/144 que deferiu diferenças salariais em consequência daquele plano, apela de revista. Fundamenta-se na alínea "c" do artigo 896 da CLT.

Não lhe assiste razão. A matéria, envolvendo interpretação, não enseja a revista e a recorrente não traz em suas razões nenhum aresto como paradigma divergente para confronto.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Intime-se. Belém, 30 de novembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Juiz Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 6198/93

RECORRENTE: SOCÓCO S/A AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA
Advogado: Dr. Tony Nakaschi de Souza e outros

RECORRIDO: HENRIQUE ARAÚJO CUDMAR
Advogado: Dr. Joel Macambira Chagas e outros

DESPACHO

A revista de fls. 140/148 preenche as formalidades legais para a sua admissibilidade. Está firmada por advogado habilitado nos autos e interposta no prazo.

Seu único objetivo é questionar o deferimento de diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de março/90. Alega a recorrente divergência jurisprudencial e violação legal.

Diante da transcrição do Enunciado 315 do Colendo TST, a fls. 147, considero evidenciada a alegada divergência, motivo pelo qual admito a interposição da revista em ambos os efeitos.

Intimar.

Belém, 1º de dezembro de 1994

ITAIR SA DA SILVA
Presidente

PROCESSO : TRT RO 8.554/93

RECORRENTE: FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S/A

Advogado: Dr. Orlando Maciel Rodrigues
RECORRIDO: JOÃO CARLOS FERREIRA DE MORAES
Advogado: Dr. Nanira Sousa e outros.

DESPACHO

I- Recurso em ordem, fundamenta-se nas alíneas "a" e "b" de art. 896 Consolidação.

II- A empresa não se conforma com decisão deste Regional, que a condenou ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do IPC/MAR/90. Alega divergência jurisprudencial.

III- Caracterizada a divergência com a transcrição de arestos paradigmáticos e as disposições do Enunciado 315/TST, é de ser admitida a revista, com fulcro na alínea "a" de art. 896 da CLT.

IV- Ante o exposto, admito o recurso em ambos os efeitos.

Intimar.
Belém, 24 de outubro de 1994.

MARILDA WANDERLEY COELHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Relatório Público "Arthur Viana"